UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ANIMAL

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA E PROPOSTA DE REINTRODUÇÃO DO BOVINO CURRALEIRO COMO ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE RENDA

Ana Cláudia Gomes Rodrigues Neiva
Orientadora: Maria Clorinda Soares Fioravanti

GOIÂNIA
2009

UFG

sistema de bibliotecas ufg

Termo de Ciência e de Autorização para Disponibilizar as Teses e Dissertações Eletrônicas (TEDE) na Biblioteca Digital da UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás–UFG a disponibilizar gratuitamente através da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD/UFG, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ **Dissertação** ☒ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor: **Ana Cláudia Gomes Rodrigues Neiva** CPF: E-mail: **aclaudianeiva@gmail.com**

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não

Vínculo Empregatício do autor: **Fundação Universidade Federal do Tocantins** Agência de fomento:

País: **Brasil** UF:**TO** CNPJ: **05.149.726/0001-04** Sigla: **UFT**

Título: Caracterização socioeconômica da comunidade quilombola Kalunga e proposta de reintrodução do bovino Curraleiro como alternativa de geração de renda

Palavras-chave: **autoconsumo, comportamento do consumidor, denominação de origem, Pé-Duro, populações tradicionais, sistemas produtivos**

Título em outra língua: **Social and economic characterization of the Kalunga quilombola community and a proposal to reintroduction Curraleiro cattle as an alternative source of income**

Palavras-chave em outra língua: **autoconsumption, consumer behavior, denomination of origin, Pé-Duro traditional populations, production systems**

Área de concentração: **Produção Animal** Data defesa: (dd/mm/aaaa) **13/10/2009**

Programa de Pós-Graduação:**Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal**

Orientador(a):**Maria Clorinda Soares Fioravanti** CPF: E-mail: **clorinda@vet.ufg.br**

Co-orientador(1): **Sandra Aparecida Santos** CPF: E-mail: sasantos@cpap.embrapa.br

Co-orientador(2): **José Robson Bezerra Sereno** CPF: E-mail: **sereno@cpac.embrapa.br**

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?[1] ☒ total ☐ parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

[ ] Capítulos. Especifique:

[ ] Outras restrições:

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Goiânia 8 de dezembro de 2009

ACRodrigues

Assinatura do(a) autor(a)

[1] Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

ANA CLÁUDIA GOMES RODRIGUES NEIVA

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA E PROPOSTA DE REINTRODUÇÃO DO BOVINO CURRALEIRO COMO ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE RENDA

Tese apresentada para a obtenção do
grau de Doutor em Ciência Animal
junto à Escola de Veterinária da
Universidade Federal de Goiás

Área de Concentração
Produção Animal

Orientadora:
Prof[a] Dr[a] Maria Clorinda Soares Fioravanti

Comitê de Orientação:
Pesq. Dr[a]. Sandra Aparecida Santos - EMBRAPA/CPAP
Pesq. Dr. José Robson Bezerra Sereno - EMBRAPA/CPAC

GOIÂNIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(GPT/BC/UFG)

Neiva, Ana Cláudia Gomes Rodrigues.
N417c Caracterização socioeconômica da comunidade quilombola Kalunga e proposta de reintrodução do bovino Curraleiro como alternativa de geração de renda [manuscrito] / Ana Cláudia Gomes Rodrigues Neiva - 2009.
138 f.: il., figs, tabs.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Clorinda Soares Fioravanti.
Co-Orientadores: Drª. Sandra Aparecida Santos, Dr. José Robson Bezerra Sereno.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Veterinária, 2009.

Bibliografia.
Inclui lista de figuras e tabelas.

1. Gado curraleiro – Criação – Goiás – Comunidade Kalunga. 2. Comunidade Kalunga – Autoconsumo – Goiás.
3. Kalunga (negros africanos) - Goiás. I.Título
CDU: 636.2(817.3):572.9(=013)

ANA CLÁUDIA GOMES RODRIGUES NEIVA

Tese defendida e aprovada em **13/10/2009** pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Maria Clorinda Soares Fioravanti
(ORIENTADOR (A))

Profa. Dra. Concepta Margaret McManus Pimentel - UnB/DF

Profa. Dra. Francisca Silvânia de Sousa Monte - UFC/CE

Prof. Dr. Alcido Elenor Wander - EMBRAPA/CNPAF - DF

Dr. Marcos Fernando Oliveira e Costa - EV/UFG/GO

Ao meu esposo, José Neuman, meus filhos Gabriel e Davi e meus pais Rodrigues e Izabel, dedico.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Goiás, pela oportunidade para realização deste curso, especialmente aos Professores Luiz Augusto Brito e Maria Clorinda Soares Fioravanti por todo empenho para consolidação do programa DINTER UFG-UFT.

À Universidade Federal do Tocantins e à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Ciência Animal Tropical por possibilitarem a realização deste curso em especial aos Professores Viviane Mayumi Maruo e José Neuman Miranda Neiva pelo esforço e dedicação para que o programa DINTER UFG-UFT tivesse êxito.

À CAPES pela concessão da bolsa que garantiu nossa permanência na Universidade Federal de Goiás.

Ao SEBRAE-GO pelo apoio financeiro para realização do trabalho.

Ao Ministério da Integração Nacional pelo financiamento do Projeto Estabelecimento e Manutenção de Núcleos de Criação de Gado Curraleiro.

À minha orientadora Profª. Drª. Maria Clorinda Soares Fioravanti, pelo apoio, amizade, ensinamentos e confiança, fundamentais para realização deste trabalho.

Aos componentes da banca examinadora, Professora Dra. Concepta MacManus, Professora Dra. Silvânia Monte e Dr. Marcos Fernando Oliveira e Costa pelas valiosas sugestões e pela disponibilidade em participar da defesa da tese.

Ao Dr. José Robson Bezerra Sereno e a Dra Sandra Aparecida Santos, meus co-orientadores sempre tão prestativos e dispostos a partilhar seus conhecimentos.

Ao Dr. Alcido Elenor Wander pela atenção, sugestões e críticas, que muito contribuíram para a melhoria do trabalho.

Ao Prof. Dr Luiz Manoel pelas sugestões no exame de qualificação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Goiás por aceitarem o desafio

de estender as ações dessa Instituição até o Norte do Brasil permitindo que nosso grupo de professores se qualificasse em nível de doutorado.

Ao Professor Alencariano Falcão e ao Dr. Urbano Abreu pela discussão dos dados.

Ao Professor Laerte Guimarães Ferreira e ao estudante Galileu Morgado do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento - LAPIG da UFG pela confecção do mapa da comunidade.

Aos moradores da comunidade Kalunga de Cavalcante por permitirem a realização deste trabalho, representados aqui pelo Sr. Florentino e por D. Evangelha, sempre dispostos a nos ajudar e nos guiar nas trilhas do Sítio Kalunga.

À Associação Kalunga de Cavalcante e Prefeitura Municipal de Cavalcante, parceiras no trabalho, o que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

Aos graduandos Marcelo Borges dos Santos Júnior, Neryssa Alencar de Oliveira e ao mestrando Lucas Jacomini Abud pelo apoio na aplicação dos questionários.

A todos os companheiros de pesquisa no Sítio Kalunga, Lucas Abud, Cátia Oliveira, Marcelo Corrêa, Marcos Oliveira, Marcello Sato, Waltuir e Reinaldo.

À doutoranda Flávia Gontijo pela amizade e por todo apoio durante a minha estadia em Goiânia.

Ao meu amado esposo José Neuman pelo apoio incondicional e incentivo em todos os momentos, sempre fazendo com que nossos filhos não sentissem tanto a minha ausência.

Aos meus filhos Gabriel e Davi, pelo amor, paciência e por serem o incentivo maior para enfrentar qualquer obstáculo.

A todos os colegas do Dinter que partilharam desta experiência: Heloísa Baleroni, Samara Galvão, Lílian Luizaga, Elcivan Nóbrega, Bruno Medrado, Josefa Nascimento, Eduardo Beerli e Rubens Fausto, em especial ao Wallace Oliveira pelas discussões e troca de idéias.

Enfim, a todos que colaboraram para esta conquista.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS 1
1. Comunidades quilombolas 1
1.1 Aspectos históricos dos quilombos 1
1.2 Remanescentes de quilombos 3
1.3 Comunidade Kalunga 4
1.4 Populações tradicionais 8
2. Gado Curraleiro 11
3. Reintrodução do gado Curraleiro na comunidade Kalunga 14
4. Objetivos 16
Referências..... 17

CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO KALUNGA DE CAVALCANTE, GOIÁS 23
Resumo 23
Abstract 24
1. Introdução 25
2. Material e métodos 26
3. Resultados e discussão 30
3.1 Aspectos sociais 30
3.1.1 Características das famílias 30
3.1.2 Características dos domicílios 33
3.1.3 Serviços de saúde 36
3.1.4 Posse de bens duráveis e acesso aos meios de comunicação 37
3.1.5 Outras demandas da comunidade Kalunga 38
3.2 Sistemas de produção 39
3.2.1 Sistema de produção vegetal 39
3.2.2 Sistema de produção animal 42
3.3 O autoconsumo e a composição da renda familiar 50
3.3.1 Autoconsumo e composição da renda familiar em função da posse do gado Curraleiro 54

3.3.2 Autoconsumo e composição da renda familiar em função da presença de aposentados e esposas assalariadas 56
4. Conclusões 60
Referências 61

CAPÍTULO 3 - PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES SOBRE A CARNE DE CURRALEIRO E CARNE ORGÂNICA EM GOIÂNIA, PIRENÓPOLIS E NA REGIÃO DA CHAPADA DOS VEADEIROS, GOIÁS 67
Resumo 67
Abstract..... 68
1. Introdução 69
2. Material e métodos 71
3. Resultados e discussão 72
3.1 Perfil dos consumidores 72
3.2 Hábitos de consumo 73
3.2.1 Hábitos de consumo em função da renda 73
3.2.2 Hábitos de consumo em função do sexo 75
3.2.3 Hábitos de consumo em função do nível de escolaridade 76
3.3 Percepção do consumidor sobre a carne de Curraleiro e a carne bovina orgânica 77
3.3.1 Percepção do consumidor em função da renda 78
3.3.2 Percepção do consumidor em função do sexo 80
3.3.3 Percepção do consumidor em função do nível de escolaridade 81
4. Conclusões 83
Referências 84

CAPÍTULO 4 - INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR AO GADO CURRALEIRO DA COMUNIDADE KALUNGA DE CAVALCANTE, GOIÁS 87
Resumo 87
Abstract 88
1. Introdução 89
2. Indicação geográfica 90
2.1 Exemplos de indicação geográfica 94
2.2 Indicação geográfica como estratégia de desenvolvimento local 97

2.3 Registro de indicação geográfica 100
3. Carne de Curraleiro Kalunga: um projeto de denominação de origem 104
3.1 Caracterização histórica, social e econômica da comunidade Kalunga 104
3.2 O território da carne de Curraleiro Kalunga 106
3.3 Caracterização do produto: carne de Curraleiro Kalunga 107
3.4 Organização social e articulação dos produtores 109
4. Implementação do projeto carne de Curraleiro Kalunga 112
5. Considerações finais 115
Referências 116

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 122
ANEXOS 124

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 2

TABELA 1 Principais problemas e dificuldades apontados pelos moradores da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, agosto de 2008 33

TABELA 2 Características dos domicílios da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 34

TABELA 3 Posse de bens duráveis pelas famílias da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 37

TABELA 4 Produtos e insumos utilizados para o manejo nutricional dos animais pelos moradores da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 46

TABELA 5 Relação das enfermidades, produtos e atividades desenvolvidas no manejo sanitário dos bovinos na comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 47

TABELA 6 Idade e número médio de filhos e pessoas residentes das famílias entrevistadas na comunidade Kalunga de Cavalcante em função da posse do gado Curraleiro, 2007/2008 55

TABELA 7 Composição da renda bruta total das famílias entrevistadas na comunidade Kalunga de Cavalcante, em função da posse do gado Curraleiro, 2007/2008 55

TABELA 8 Idade e número médio de filhos e pessoas residentes nas famílias entrevistadas na comunidade Kalunga de Cavalcante, segundo a existência ou não de aposentado e salário da esposa, 2007/2008..... 57

TABELA 9 Composição da renda bruta total das famílias entrevistadas na comunidade Kalunga de Cavalcante, segundo a existência ou não de aposentado e salário da esposa, 2007/2008 57

CAPÍTULO 3

TABELA 1 Perfil dos consumidores de carne nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009 76

TABELA 2 Hábitos dos consumidores de carne, em função da renda familiar mensal, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na

região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009 74

TABELA 3 Hábitos dos consumidores de carne, em função do sexo dos entrevistados, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009..... 76

TABELA 4 Hábitos dos consumidores de carne, em função do nível de escolaridade, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009 77

TABELA 5 Percepção dos consumidores sobre a carne de gado Curraleiro e carne orgânica, em função da renda familiar mensal, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009..... 78

TABELA 6 Percepção dos consumidores sobre a carne de gado Curraleiro e carne orgânica, em função do sexo dos entrevistados, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009 80

TABELA 7 Percepção dos consumidores sobre a carne de gado Curraleiro e carne orgânica, em função do nível de escolaridade, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009 82

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO 1

QUADRO 1 População da capitania de Goiás em 1779 5

CAPÍTULO 4

QUADRO 1 Principais diferenças entre Indicação de Procedência e Denominação de Origem 93

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

FIGURA 1 Localização do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros-GO 9

FIGURA 2 Animais da raça Curraleiro, município de Cavalcante-GO 12

CAPÍTULO 2

FIGURA 1 Localização das propriedades estudadas na comunidade Kalunga do município de Cavalcante, GO 28

FIGURA 2 Idades dos entrevistados e das esposas, na comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 31

FIGURA 3 Nível de escolaridade dos entrevistados (produtores e suas esposas), na comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 32

FIGURA 4 Casas da Comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 .. 35

FIGURA 5 Principais produtos agrícolas da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 40

FIGURA 6 Freqüência da criação de animais de produção na comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 43

FIGURA 7 Proporção dos produtos em relação ao produto bruto de autoconsumo das famílias da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 52

FIGURA 8 Composição da renda bruta total das famílias da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 53

FIGURA 9 Percentual de famílias da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, segundo estratos de renda média mensal (em salários mínimos), 2007/2008 54

CAPÍTULO 3

FIGURA 1 Valor percentual que os consumidores estão dispostos a pagar a mais pela carne de Curraleiro orgânica, em função da renda familiar mensal, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009 79

FIGURA 2 Valor percentual que os consumidores estão dispostos a pagar a mais pela carne de Curraleiro orgânico, de acordo com o sexo dos entrevistados, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009 81

FIGURA 3 Valor percentual que os consumidores estão dispostos a pagar a mais pela carne de Curraleiro orgânico, de acordo com o nível de escolaridade dos entrevistados, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009 83

CAPÍTULO 4

FIGURA 1 Fluxograma de processamento dos pedidos de reconhecimento de indicação geográfica junto ao INPI 103

FIGURA 2 Animais da raça Curraleiro, comunidade Kalunga, Cavalcante-GO..... 108

FIGURA 3 Esquematização dos trabalhos para implementação da DO Carne de Curraleiro Kalunga 114

RESUMO

A comunidade Kalunga é a mais importante comunidade remanescente de quilombo da Região Centro Oeste. Em 2007, essa comunidade foi beneficiada pelo projeto Estabelecimento e Manutenção de Núcleos de Criação de Gado Curraleiro que visa dentre outras coisas, reintroduzir os animais desta raça originalmente criados pelos Kalunga. A raça de bovino Curraleiro ou Pé-Duro é uma das raças naturalizadas do Brasil, originada a partir de raças procedentes da Península Ibérica, trazidas para o país pelos colonizadores à época do descobrimento e apresenta características como rusticidade, prolificidade e resistência a ecto e endoparasitas. Assim, objetivou-se com esse trabalho caracterizar os aspectos socioeconômicos da comunidade Kalunga de Cavalcante, nordeste do Estado de Goiás, bem como analisar a percepção do consumidor sobre a carne de Curraleiro produzida por essa população e propor estratégias de conservação e agregação de valor a estes animais reintroduzidos na comunidade. Para caracterização socioeconômica foram utilizados dados primários, mediante a utilização de entrevistas diretas com 18 famílias da comunidade e entrevistas com os dirigentes da Associação Kalunga de Cavalcante. As principais lavouras cultivadas pelas famílias são milho, mandioca, abóbora, arroz e feijão. As famílias criam bovinos para produção de leite, galinhas e suínos que se destinam principalmente para o autoconsumo. A estrutura da renda bruta das famílias é composta, pela renda de autoconsumo, pelos rendimentos obtidos com a venda de produtos agropecuários, aposentadorias, salários das esposas, programas sociais e outras rendas provenientes de atividades temporárias desenvolvidas fora da unidade familiar. Em relação à percepção do consumidor, sobre a carne do gado Curraleiro, foram realizadas 108 entrevistas com consumidores nas cidades de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros no Estado de Goiás. De maneira geral, os consumidores entrevistados acham importante o consumo de carne orgânica e da carne de Curraleiro produzida em um sistema orgânico, em função dos benefícios à saúde das pessoas, ao meio ambiente e ao bem-estar animal. Os consumidores estão dispostos a pagar um sobrepreço pela carne de Curraleiro orgânica,

especialmente em função dos seus atributos de qualidade como aroma, sabor e maciez. Em relação às indicações geográficas, especificamente a proposta da Denominação de Origem Carne de Curraleiro Kalunga, a implementação da mesma viabilizará o estabelecimento de uma modalidade de exploração sustentável para o Cerrado, com a preservação de uma raça bovina adaptada as condições adversas deste bioma e proporcionará às famílias quilombolas, manutenção da tradição pecuária, bem como a melhoria na disponibilidade de alimento e aumento da renda familiar.

Palavras-chave: autoconsumo, comportamento do consumidor, denominação de origem, Pé-Duro, populações tradicionais, sistemas produtivos

CAPÍTULO 1
CONSIDERAÇÕES GERAIS

1 Comunidades quilombolas

1.1 Aspectos históricos dos quilombos

O tráfico de negros através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação do sistema econômico mundial (REIS & GOMES, 1996). Para o Brasil vieram principalmente africanos de dois grupos étnicos da África: os bantos e os sudaneses. Estima-se que o número de escravos africanos nas Américas passou de 15 milhões de homens e mulheres e, segundo os autores, 40% do total tinham como destino o Brasil. As regiões brasileiras que receberam maior número de escravos foram a Sudeste e o Nordeste, especificamente as áreas correspondentes aos Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, São Paulo e o Pará na região Norte (PEDROSA, 2006).

A mão-de-obra escrava era a base da economia nacional, movimentava engenhos, fazendas, minas e cidades. A importância quantitativa e a extensão geográfica dos movimentos de resistência a esse sistema influenciaram a história política, econômica e demográfica do país. Dentre outros tipos de resistência, a fuga e a formação de grupos de escravos fugitivos, foi a que se tornou mais comum (KARASCH, 1996; REIS & GOMES, 1996).

A formação desses grupos, aos quais rotineiramente se juntavam outros elementos igualmente oprimidos como negros alforriados, fugitivos do serviço militar, índios, mulatos e negros marginalizados, foi um fato comum nas Américas (MOURA, 1981). Esses grupos tinham diferentes denominações: na América espanhola, *palenques* e *cumbes*; na inglesa, *maroons;* na francesa *grand marronage*. No Brasil eram chamados de quilombos e mocambos e seus membros de quilombolas, calhambolas ou mocambeiros (REIS & GOMES, 1996).

Quilombo é uma palavra originária dos povos de língua banto. Seu significado no Brasil tem relações com alguns ramos desses povos cujos

membros foram aqui escravizados. Especificamente os grupos *lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala*, entre outros, vindos de Angola e Zaire (MUNANGA, 1995). O termo que vem sendo modificado ao longo dos séculos, durante a escravidão era sinônimo de ajuntamento de escravos fugidos. Segundo a definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, de 2 de dezembro de 1740, quilombo era “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (SCHMITT et al., 2002, p. 2).

De acordo com BAIOCCHI (2006), os quilombos representam formas organizacionais em que o africano, em processo de defesa do território e afirmação da identidade de seu grupo, deixa a passividade e resignação para adotar posição de resistência e luta. Essas comunidades de ex-escravos se organizavam de diferentes formas, de acordo com o número de habitantes. Havia quilombos de vários tamanhos, os pequenos possuíam estrutura simples: eram grupos armados e sobreviviam de maneira predatória. Os grandes, mais complexos, se organizavam constituindo formas de governo, religião, propriedade, família e economia. Normalmente os grupos que mais cresciam eram os beneficiados por condições favoráveis como maior isolamento, melhor fertilidade do solo e possibilidade de recrutar novos membros (MOURA, 1981).

Todas as experiências registradas apontam como características inerentes a esses grupos a capacidade organizativa. Mesmo sendo destruídos diversas vezes, reaparecem em novos lugares, como focos de resistência ao inimigo. A sobrevivência dessas populações exigia uma base social e econômica organizada, com estrutura de poder bem definida e defesa permanente do território ocupado (LEITE, 2007).

Assim, os quilombos representaram a base da resistência negra ao sistema escravista, onde os descendentes de africanos podiam expressar sua identidade cultural, criando uma sociedade alternativa, mostrando a possibilidade de uma organização formada por homens livres (MOURA, 1993). Muitos desses grupos nunca foram descobertos pelos inimigos e, mesmo depois da abolição da escravatura, os habitantes dos quilombos continuaram no mesmo local dando origem aos atuais remanescentes de quilombos (MEEGEN-SILVA, 1999).

1.2 Remanescentes de quilombos

Remanescentes de quilombos são sítios historicamente ocupados por negros com resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas por seus descendentes com conteúdos etnográficos e culturais. Para a Associação Brasileira de Antropologia é toda comunidade negra rural que agrupa descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado (MEEGEN-SILVA, 1999).

Essas comunidades são detentoras de Direitos Culturais Históricos, assegurados pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal que tratam das questões relativas à preservação dos valores culturais da população negra, e eleva as terras dos remanescentes de quilombos à condição de Território Cultural Nacional (NERY, 2004).

A constituição e manutenção das comunidades remanescentes de quilombos, na luta por seus direitos e na garantia do território tem relação direta com a identidade étnico-racial do grupo. A identidade é um fator primordial nas relações e referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais expressos pela língua, festas, rituais, comportamento alimentar, religiosidade e tradições, que marcam a condição humana em diferentes níveis e formas de relações (VELLOSO, 2007).

As comunidades remanescentes de quilombos são caracterizadas pela predominância negra, atividades rurais agrícolas de subsistência, pecuária tradicional, pesca, caça e artesanato. O arranjo dos sistemas de produção depende principalmente da potencialidade produtiva do meio ambiente onde estão inseridas. De maneira geral, essas comunidades possuem áreas individuais e áreas de uso comum para implementação das atividades produtivas (AMBIENTE BRASIL, 2007).

Existe atualmente, divergência em relação ao número de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. A Fundação Cultural Palmares relata a existência de 743 comunidades descendentes de africanos em todo o país, com uma população estimada em dois milhões de pessoas. De acordo com o Segundo Cadastro Municipal dos Territórios Quilombolas, realizado em 2005 pelo Centro

de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília, existem 2.228 comunidades remanescentes de quilombos em todo território nacional, das quais apenas 70 estão com a situação fundiária regularizada. Ainda de acordo com esse levantamento nas regiões Nordeste e Sudeste se encontra a maior parte destas comunidades, enquanto menor parcela está localizada nas regiões Centro-Oeste e Sul. Dentre as comunidades remanescentes de quilombo da região Centro-Oeste, a Kalunga é a mais importante em termos numérico e histórico e está entre as maiores do país (ANJOS & CYPRIANO, 2006; PEDROSA, 2006).

1.3 Comunidade Kalunga

O povoamento da região Centro-Oeste foi intensificado no século XVIII com a descoberta de ouro na região de Goiás. A capitania de Goiás era um local ideal para a formação de quilombos, devido a distância dos centros administrativos portugueses do litoral e das forças militares responsáveis pela destruição dos quilombos. Outro fator importante que favorecia a formação de quilombos no estado era a existência de lugares montanhosos com difícil acesso, margeados por rios que facilitavam as fugas dos escravos (KARASCH, 1996).

O censo de 1779 em Goiás indicava que, de acordo com a região, entre 45% e 80% da população era constituída por “pretos”. Nas cidades mineradoras, como Crixás, Pilar, Tocantins e Arraias esse valor era em torno de 70% (Quadro 1). Os escravos fugitivos eram, na sua maioria, do sexo masculino, em função do tipo de trabalho que exerciam em fazendas de gado, engenhos de açúcar e campos de mineração. Já as mulheres e crianças que trabalhavam nas casas dos senhores, eram vigiadas mais de perto. Apesar da invisibilidade dos quilombos na historiografia oficial local, esses grupos exerceram papel fundamental na formação da economia e sociedade mineradoras da Capitania de Goiás no século XVIII (KARASCH, 1996)

Na região norte do estado de Goiás, na década de 30 do século XVIII, instalam-se as “Mynas de Tocantins”. Em 1740 e 1769, respectivamente, nascem as cidade de Cavalcante e Santo Antônio do Morro do Chapéu, hoje Monte Alegre. Ambas utilizam mão-de-obra escrava para mineração e abrigam

quilombos nas serras e vales. Assim, o quilombo dos Kalunga nasceu com escravos africanos fugidos dessas minas e posteriormente expandiu-se com migrações de escravos alforriados, índios e outras pessoas que adquiriram terras (BAIOCCHI, 2006).

QUADRO 1 – População da capitania de Goiás em 1779

Julgados*	Total	Brancos	Pardos	Pretos	% Pretos
Vila Boa	6.954	1.460	1.003	4.491	64,6
Anta	2.668	602	689	1.377	51,6
Meia Ponte	7.885	1.809	1.581	4.495	57,0
Santa Luzia	3.384	490	717	2.177	64,3
Santa Cruz	1.534	562	268	704	45,9
Crixá	2.814	219	348	2.247	79,9
Pilar	5.156	576	930	3.650	70,8
Trahiras	5.253	679	1.398	3.176	60,5
Tocantins	4.303	276	985	3.042	70,7
São Felix	3.750	387	682	2.681	71,5
Cavalcante	1.284	142	168	974	75,9
Natividade	3.191	555	656	1.980	62,1
Carmo	1.171	84	202	885	75,6
Arrayas	1.082	156	164	762	70,4
Barra de Palma	1.486	530	240	716	48,2
São Domingos	618	118	219	281	45,5
Pontal	890	87	150	653	73,4
Paraná de Cima	1.066	198	283	585	54,9

* Divisão territorial sobre a qual tem jurisdição o juiz ordinário;

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, citado por KARASCH (1996). "Estatística, ofício de Luiz da Cunha Menezes a Martinho de Mello e Castro, remetendo o mapa da população da capitania de Goiáz, com distinção de classes, Vila Boa, 8 de julho de 1780, f.246".

A palavra Kalunga (ou Calunga) é de origem africana (bantu) e tem vários significados e interpretações. Pode ser considerada uma palavra mágica, uma divindade do culto bantu, imagem ou fetiche dessa divindade. Para os moradores do Sítio Histórico, Kalunga "é um lugar sagrado que não pode pertencer a uma só família, é um lugar que nunca seca, bom para plantar". É também, uma planta da família das simarubáceas (*Simaba ferruginea*) que ocorre na região do Cerrado e Caatinga (BAIOCCHI, 2006).

O povoamento dos vãos e serras por africanos e afro-brasileiros que originou o território Kalunga teve início no século XVIII e, de certa forma, se deu de modo isolado do poder oficial até a década de 1980. As primeiras pesquisas sobre os Kalunga foram realizadas pela antropóloga Mari Baiocchi, que ficou sabendo da existência da comunidade em 1962, quando desenvolvia projetos do

Instituto de Antropologia da Universidade Católica de Goiás. No entanto, só em 1982 voltou para efetivamente realizar seus estudos, coordenando o Projeto Kalunga: Povo da Terra. Segundo relatos da pesquisadora depois de 16 horas percorrendo a cavalo as trilhas que dão acesso à região, a chegada à Serra da Contenda aconteceu às dezoito horas do dia 10 de junho de 1982 (VELLOSO, 2007).

Apesar dos habitantes afirmarem que os pesquisadores eram os primeiros a chegar à comunidade, sabe-se que outras pessoas já haviam estado por lá: religiosos, ciganos vendendo tachos e animais, tropeiros negociando muares, professores, técnicos da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM e a Coluna Prestes. Entretanto, as informações sobre àquela população eram praticamente inexistentes e “nenhum de fora” havia percorrido toda a região (BAIOCCHI, 2006).

A comunidade Kalunga não vivia isolada como atestam alguns autores, nem mesmo antes da abolição da escravatura, pois além do contato social entre seus membros e os indígenas, o território que ocupavam era vizinho de grandes fazendas de gado. Como até a década de 1980 não havia estradas na região, apenas trilhas conhecidas somente pelos Kalunga, eram eles quem decidiam quando e quem viajava. Normalmente eram os homens que iam com maior freqüência até a cidade, pois precisavam negociar o gado, vender o excedente da produção agrícola e comprar bens que não eram produzidos na comunidade, como roupas, querosene, sal entre outros (MARINHO, 2008).

Os moradores passaram a se autodenominar Kalunga, somente após o início dos trabalhos de Baiocchi na região. O termo que anteriormente era usado de forma pejorativa começa a ser visto por eles próprios de maneira construtiva. Houve uma mudança no sentido da palavra, de modo que se tornou politicamente vantajoso pertencer a essa comunidade (SIQUEIRA, 2006).

Na década de 1980, os Kalunga começam a se organizar em busca dos direitos integrantes da sua cidadania. O ponto de partida foi o pedido para impedir a grilagem em suas terras e posteriormente a regularização de sua posse, assim como o reconhecimento como remanescentes de quilombos (SOARES, 1995).

A partir da Constituição Federal promulgada em 1988, o assunto ganha destaque no cenário político nacional. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 68 determina:

> "*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes o título"* (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, em 21 de janeiro de 1991 a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás sancionou a Lei nº 11.409 que transformou a região dos Kalunga em Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga:

> *"Constitui patrimônio cultural e sítio de valor histórico a área de terras situada nos vãos das Serras do Moleque, de Almas, da Contenda-Calunga e Córrego Ribeirão dos Bois, nos Municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás, conforme estabelecem o § 5º do art. 216 da Constituição Federal e o art. 163, itens I e IV, § 2º, da Constituição do Estado de Goiás"* (GOIÁS, 1991).

De acordo com o artigo 2 da referida Lei, seus beneficiários são os habitantes do sítio histórico, que nasceram na área delimitada, descendentes de africanos que integram o quilombo que ali se formou no século XVIII.

Destaca-se ainda a importância do Decreto Presidencial nº 4887 de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. De acordo com o decreto a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade e compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, por meio do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária – INCRA, adotar os procedimentos necessários a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos (BRASIL, 2003).

Em dezembro de 2004 foi inaugurado o escritório do INCRA na cidade de Cavalcante como o primeiro passo para regularização das terras da comunidade Kalunga; em 2008 este escritório foi fechado sem que tivesse ocorrido a regularização da posse. Até a elaboração final deste trabalho (outubro

de 2009), a questão fundiária na região não havia sido resolvida. Esta situação de instabilidade decorrente da não indenização dos proprietários e conseqüente falta de regulamentação do título coletivo a que faz jus a comunidade Kalunga, tem gerado conflitos com posseiros, fazendeiros, garimpeiros e madeireiros em todo o território (VALENTE, 2007; BRASIL, 2009).

A região habitada pelo povo Kalunga compreende aproximadamente as seguintes coordenadas geográficas: de 13°20’ a 13°27’ de latitude sul e de 47°10’ a 47°20’ de longitude oeste de Greenwich, na microrregião Chapada dos Veadeiros no nordeste do Estado de Goiás. O clima da região é tropical de altitude, com duas estações definidas, uma chuvosa entre os meses de outubro a abril e outra seca de maio a setembro (SEBRAE, 1999).

A área do Sito Kalunga está nas proximidades do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Figura 1), que possui grande potencial turístico em função das riquezas naturais, históricas e culturais. O parque beneficia de maneira direta ou indireta os municípios no seu entorno, especialmente, Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante. O crescimento da demanda turística na região pode ser observado pelo aumento do número de pousadas, hotéis, restaurantes, agências de turismo. Alguns moradores da comunidade Kalunga estão inseridos na cadeia do ecoturismo da região, onde atuam como guias de turismo, atendentes em restaurantes e pousadas e também prestam serviços de auxílio ao transporte de turistas. Dentre as principais atrações turísticas da região estão as cachoeiras Santa Bárbara e Capivara na localidade Engenho II no Sítio Kalunga, município de Cavalcante (CRUZ & VALENTE, 2005; VELLOSO, 2007; IBAMA, 2009).

A região está inserida na Reserva da Biosfera do Cerrado, uma das áreas de maior biodiversidade do planeta. As reservas da Biosfera se constituem em Patrimônio da Humanidade, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura – UNESCO (SEBRAE, 1999; BAIOCCHI, 2006; UNESCO, 2009).

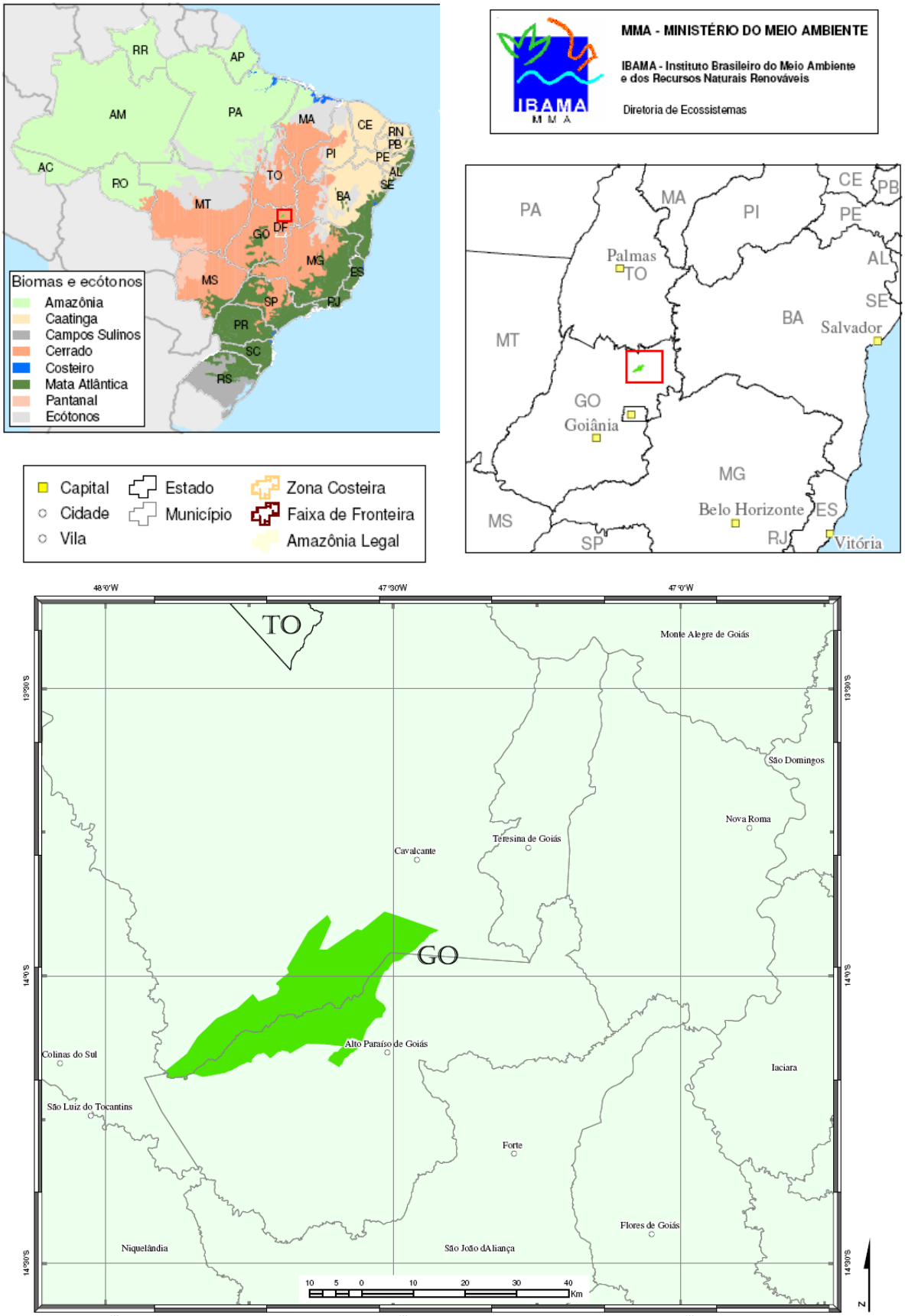

FIGURA 1 – Localização do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros-GO
Fonte: IBAMA (2009)

1.4 Populações tradicionais

A comunidade Kalunga e todas as comunidades remanescentes de quilombo são exemplos de populações tradicionais, assim como as comunidades caiçaras, ribeirinhas, indígenas, jangadeiros, pescadores artesanais, babaçueiros, sertanejos ou vaqueiros, caipiras e pantaneiros. As populações tradicionais são grupos humanos diferenciados em termos de cultura que reproduzem seu modo de vida ao longo do tempo, tendo como base modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (ARRUDA, 1999).

De acordo com DIEGUES (2004), as populações ou sociedades tradicionais são caracterizadas pela a) dependência da natureza, ciclos naturais e recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) profundo conhecimento da natureza e de seus ciclos, refletindo no modo de uso e manejo dos recursos naturais, repassado para as outras gerações por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz tanto em termos sociais como econômicos; d) esse território é ocupado por várias gerações; e) importância das atividades de subsistência, mesmo que a produção de mercadorias esteja mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância atribuída à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco e compadrio para o desenvolvimento das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) utilização de tecnologias simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente, com uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, onde o produtor e sua família dominam todo o processo produtivo, até a obtenção do produto final; j) fraco poder político; k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

No entanto, os critérios anteriores se baseiam na noção de tipo ideal e que nenhuma cultura existe em estado puro. Desta forma, uma comunidade tradicional pode apresentar um modo de vida onde as características acima se apresentam com maior ou menor intensidade, especialmente devido ao nível de articulação com o modo de produção capitalista dominante, o que significa que as

populações tradicionais hoje, se encontram transformadas em maior ou menor grau (DIEGUES, 2004).

Para uma comunidade ser considerada tradicional, não precisa apresentar padrões de comportamento estáticos ou imutáveis, no entanto, deve ser capaz de reinterpretar os comportamentos tradicionais para a manutenção da reprodução social. O modo de vida dessas populações não é conseqüência de uma tendência natural a viver de forma sustentável, mas sim um equilíbrio entre necessidades e exigências do meio físico, pois mais do que os valores conservacionistas, o que importa nessa situação, são as condições de reprodução social dessas comunidades (FLEURY & ALMEIDA, 2007).

Destaca-se a importância de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania das populações tradicionais, bem como seu padrão de uso dos recursos naturais. Apesar de nem todos serem conservacionistas natos, existe entre eles um grande conhecimento empírico do local onde vivem e das particularidades do ecossistema local. Assim, é essencial a participação da população da comunidade Kalunga na construção de uma política de conservação para a região, da qual sejam beneficiadas e que possa melhorar suas condições de vida (ARRUDA, 1999).

2 Gado Curraleiro

Os bovinos locais ou naturalizados do Brasil foram originados a partir de raças procedentes da Península Ibérica trazidas para o país pelos colonizadores à época do descobrimento, cujo objetivo era fornecer alimentos para os colonos. Dentre as raças portuguesas, as mais importantes na formação do rebanho nativo são a Mértola, Alentejana, Arouquesa, Barrosa, Minhota e Mirandesa, onde as cinco últimas deram origem as raças Caracu e Curraleiro (PRIMO, 2000).

Estas raças passaram por um processo de seleção natural ao longo dos anos e se adaptaram às condições climáticas, sanitárias e de manejo em diferentes regiões do país, adquirindo características como rusticidade, prolificidade e resistência a ecto e endoparasitas (MARIANTE & EGITO, 2002).

No entanto, devido a uma demanda cada vez maior por alimentos de origem animal, vários programas de melhoramento foram implementados visando o aumento da produtividade. Assim, raças exóticas, selecionadas em países de clima temperado, foram importadas, com o objetivo de diluir o germoplasma das raças locais que apresentavam menor produtividade, o que provocou quase que o desaparecimento dessas raças (PRIMO, 1992; EGITO et al., 2002).

Dentre as raças locais ameaçadas de extinção encontra-se o gado Curraleiro ou Pé-Duro (*Bos taurus ibericus*). Os bovinos desta raça (Figura 2) apresentam características morfológicas como: peso mínimo de 380 kg para os machos e 300 kg para as fêmeas e altura mínima de 1,34 m para os machos e 1,20 m para as fêmeas. Possuem pelagens variadas, sendo as mais comuns a vermelha clara e a baia, com extremidades, vassoura e focinho pretos e, alguns animais apresentam manchas escuras ao redor dos olhos. A cabeça é pequena com chifres curtos e em forma de coroa e orelhas pequenas, revestidas internamente de pelos claros, os membros são delgados e bem proporcionados (BRITTO, 1998; BOAVENTURA et al., 2005; SANTINI, 2008).

FIGURA 2 – Animais da raça Curraleiro, município de Cavalcante-GO

O pequeno porte do bovino Curraleiro provavelmente se deve à ação da seleção natural em condições nutricionais precárias, com escassez de alimentos e água. O Curraleiro consegue passar por períodos de restrição alimentar sem adquirir enfermidades. Apesar de perder peso nesses períodos, consegue recuperá-lo quando as condições voltam a ser favoráveis sem a necessidade de suplementação alimentar, pois aproveitam melhor as pastagens naturais em locais adversos. Animais de raças melhoradas, adaptadas a boas pastagens, se mantidas nas mesmas condições, em pouco tempo perderão peso, o desempenho reprodutivo será reduzido e também ocorrerá diminuição da imunidade. Assim, o bovino Curraleiro apresenta grande potencial de utilização para pequenos produtores rurais, pois além de fornecer carne, leite e animais de trabalho, apresenta baixo custo de produção e não exige grandes investimentos em infra-estrutura na propriedade (BRITTO, 1998; SANTIN, 2008).

Adaptado às condições adversas do Cerrado, o bovino Curraleiro apresenta como qualidades a rusticidade, baixo custo de produção, carne saborosa e o baixo teor de gordura. Além disso, sua maior resistência a ecto e endoparasitas reduz a utilização de insumos químicos como carrapaticidas e medicamentos, fato que tem sido cada vez mais valorizado por consumidores de carne em todo o mundo e pode ser usado como um diferencial no mercado (CARVALHO, 1997; FIORAVANTI et al. 2008).

As raças locais do Brasil, de maneira geral, possuem características únicas que devem ser preservadas para atender demandas futuras e evitar o desaparecimento das mesmas. A conservação dessas raças, especificamente do gado Curraleiro, é importante não somente do ponto de vista científico, cultural e histórico, mas também econômico em função da sua capacidade de adaptação às condições ambientalmente desfavoráveis ou adversas (CARVALHO 1997; EGITO et al. 2002).

BIANCHINI et al. (2006) ao avaliar as medidas corporais e características de pele associadas à tolerância ao calor em raças naturalizadas, observam que as raças Curraleiro e Junqueira, possuem características de adaptação ao clima tropical, toleram o clima quente e situações de restrição alimentar. Em condições ambientais desfavoráveis, com altas temperaturas e déficit alimentar, a utilização de raças bovinas adaptadas é uma alternativa

promissora (PEZZINI et al., 2006). Os referidos autores ao analisarem os efeitos da alta temperatura nas características seminais de touros das raças Curraleiro e Holandesa, verificaram que os touros Curraleiros são mais tolerantes que os Holandeses.

De acordo com EGITO (2OO7), as raças naturalizadas brasileiras, de maneira geral, constituem um importante patrimônio genético e apresentam características fenotípicas, genotípicas, culturais e históricas ímpares que precisam ser conservadas. Segundo SERRANO et al. (2004), a raça Curraleiro é uma entidade genética distinta, o que comprova a unicidade de sua população e evidencia a importância de sua conservação. Entretanto, segundo SANTIN (2008), os trabalhos de conservação dessa raça têm passado por dificuldades em função da insuficiência de recursos financeiros, pequeno número de pesquisadores e preconceito em relação à raça, sendo necessário o desenvolvimento de ações que visem divulgar a importância da raça e as vantagens de sua criação.

Atualmente, o gado Curraleiro está distribuído nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Goiás e estima-se que existam mais de 5.000 animais dessa raça. A EMBRAPA possui um núcleo de preservação em São João do Piauí, onde os animais são mantidos no *habitat* onde se desenvolveram e foram submetidos à seleção natural (FIORAVANTI et al., 2008).

3 Reintrodução do gado Curraleiro na comunidade Kalunga

Em 2006, a Universidade Federal de Goiás por meio da Escola de Veterinária foi convidada pelo Ministério da Integração Nacional a elaborar um projeto que correlacionasse o gado Curraleiro e os Kalunga. Assim, em 2007 teve início o projeto Estabelecimento e Manutenção de Núcleos de Criação de Gado Curraleiro, uma demanda dos moradores da comunidade Kalunga de Cavalcante, Goiás, na tentativa de resgatar a tradição pecuária da população, com a criação do gado Curraleiro (FIORAVANTI et al., 2008).

O projeto visa dentre outras coisas, reintroduzir os animais desta raça originalmente criados pelos Kalunga e estabelecer o Núcleo de Criação de Curraleiro no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. O núcleo será implantado na Fazenda Santo Estevão, localizada a aproximadamente 5 km da Capela do Vão do Moleque, município de Cavalcante, Goiás e funcionará como local de difusão das melhores técnicas de criação animal na região e capacitação dos produtores, onde serão realizados cursos de profissionalização e reuniões. Apesar de não ter ocorrido a regularização fundiária da posse da terra, a fazenda foi cedida pelo proprietário à universidade para manutenção do primeiro lote de animais (FIORAVANTI et al., 2008).

De acordo com o depoimento das pessoas mais idosas da comunidade Kalunga de Cavalcante, na década de 1960 vários produtores criavam o gado Curraleiro e a situação mudou, com a diminuição deste rebanho a partir dos anos 1980, com a chegada do gado zebuíno na região. Os moradores da comunidade alegam que o gado Curraleiro apresenta menor custo de produção em função de sua rusticidade, baixa exigência nutricional e melhor aproveitamento da vegetação nativa, especialmente quando comparado ao Nelore. Outro fato importante é que os moradores demonstram vocação para o pastoreio e anseiam por voltar a possuir “pelo menos uma moitinha de gado Curraleiro” (FIORAVANTI et al., 2008).

Segundo os autores citados anteriormente, em junho de 2007 dez famílias da comunidade Kalunga e o Núcleo de Criação do Curraleiro receberam 86 animais, sendo destinados seis adultos (cinco fêmeas e um reprodutor) e um ou dois bezerros para cada propriedade. A escolha das famílias foi realizada pela Associação Kalunga de Cavalcante (AKC) durante Assembléia Geral. As famílias participantes desta fase do projeto estão distribuídas nas localidades do Vão do Moleque, Vão de Almas, Prata, Boa Sorte e Engenho II na área do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga no município de Cavalcante, Estado de Goiás.

A região habitada pelo povo Kalunga está situada numa área de Cerrado, segunda maior formação vegetal do país, superado apenas pela Floresta Amazônica (IBAMA, 2007). A principal ameaça a este Bioma é a atividade antrópica (expansão agrícola e pecuária sem ordenamento ecológico-econômico), com destruição da vegetação nativa e substituição da mesma por

monocultura de grãos ou pastagens cultivadas. Comprometendo, não somente a biodiversidade, mas também a qualidade de vida das populações e a sustentabilidade das atividades econômicas e sociais da região (SCARIOT et al., 2005).

Uma das maneiras de conservação do Bioma Cerrado é o fortalecimento das comunidades locais e de seus modos de vida, com a garantia do acesso à terra e aos recursos naturais. A valorização do conhecimento tradicional e de suas relações com os diferentes ecossistemas, especialmente quando estabelecem algum tipo de comércio local, é importante para garantir o uso racional das espécies e o desenvolvimento sustentável da região (OLIVEIRA & DUARTE, 2004).

Nesse contexto, a criação extensiva de uma raça bovina naturalizada, adaptada às condições do Cerrado, alimentada com vegetação nativa e com uma carne de sabor diferenciado representa uma alternativa sustentável de geração de renda, bem como de melhoria na disponibilidade de alimento para as famílias da comunidade Kalunga (FIORAVANTI et al., 2008).

4 Objetivos

O objetivo geral do trabalho foi fazer a caracterização socioeconômica da comunidade quilombola Kalunga e propor a reintrodução do bovino Curraleiro como alternativa de geração de renda. Especificamente, caracterizar os aspectos socioeconômicos da comunidade Kalunga, bem como analisar a percepção do consumidor sobre a carne de Curraleiro produzida por essa população e propor estratégias de conservação e agregação de valor a estes animais reintroduzidos na comunidade. É importante ressaltar que o projeto de pesquisa que resultou nesta tese foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Goiás.

O trabalho está composto por quatro capítulos além desse. No segundo capítulo são caracterizados os aspectos socioeconômicos e os sistemas produtivos da comunidade Kalunga de Cavalcante, onde são descritas as principais atividades produtivas e a participação de cada uma na composição da

renda bruta das famílias. O terceiro capítulo identifica o perfil do consumidor de carne e seus hábitos de compras, além de analisar sua percepção sobre a carne de Curraleiro e a carne orgânica, bem como o quanto este consumidor está disposto a pagar pelos produtos, nas cidades de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros no Estado de Goiás. O quarto capítulo mostra a importância das indicações geográficas, especificamente, as denominações de origem (DO), como estratégia de conservação e agregação de valor ao gado Curraleiro, e ao mesmo tempo propõe ações a serem desenvolvidas para o futuro registro da DO pela comunidade Kalunga. E no último capítulo apresentam-se as considerações finais do trabalho.

REFERÊNCIAS

1. AMBIENTE BRASIL. **Quilombos**, 2007. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br/.../natural/index.html&conteudo=./natural/artigos/quilombos.html. Acesso em 10 jun. 2007.

2. ANJOS, R. S. A.; CYPRIANO A. **Quilombolas**: tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006. 240p.

3. ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 79-92, 1999.

4. BAIOCCHI, M. de N. **Kalunga**: povo da terra. Goiânia: UFG, 2006. 132p.

5. BIANCHINI, E.; McMANUS, C.; LUCCI, C. M.; FERNANDES, M. C. B.; PRESCOTT, E.; MARIANTE, A. da S.; EGITO, A. A. do. Característica corporais associadas com a adaptação ao calor em bovinos naturalizados brasileiros. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 41, n. 9, p. 1443-1448, 2006.

6. BOAVENTURA, V. M.; FIORAVANTI, M. C. S. JULIANO, R. S. **Gado Curraleiro: relação dos criadores e aspectos gerais da raça**. Goiânia: Sebrae-GO, 2005, 80p.

7. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

8. BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de janeiro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 nov. 2003.

9. BRASIL. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares. **Kalunga do Vão do Moleque**: uma comunidade amedrontada [on line], 2009. Disponível em http://www.palmares.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=2279. Acesso em 03 jun. 2009.

10. BRITTO, C. do M. de C. **Citogenética do gado Pé-Duro**. Teresina: EDUFPI, 1998, 94p.

11. CARVALHO, J. H. de. **Potencial econômico do bovino Pé-Duro**. n. 26, 1997, p. 1-3, Embrapa Meio Norte. Teresina (Documentos).

12. CRUZ, K. C. M. dos S.; VALENTE, A. L. E. F. A cachoeira do poço encantado: empreendimento familiar e presença Kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás. **Revista de Economia Rural**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 779-804, 2005.

13. DIEGUES, A. C.. **O Mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 169p.

14. EGITO, A. A.; MARIANTE, A. S.; ALBUQUERQUE, M. S. M. Programa Brasileiro de Conservação de Recursos Genéticos Animais. **Archivos de Zootecnia**, v. 51, p. 39-52, 2002.

15. EGITO, A. A**. Diversidade genética, ancestralidade individual e miscigenação nas raças bovinas no Brasil com base em microssatélites e haplótipos de DNA mitocondrial:** subsídios para a conservação. 2007. 232f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília.

16. FIORAVANTI, M. C. S.; SERENO, J. R. B.; NEIVA, A. C. G. R.; ABUD, L. J.; LOBO, J. R.; ANDRADE, D. F.; CARDOSO, W. S.; MACHADO, J. R. L. Reintrodução do gado Curraleiro na comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: resultados parciais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE SAVANAS TROPICAIS, 2. e SIMPÓSIO NACIONAL DO CERRADO, 9., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília : EMBRAPA, 2008. v. único. p. cd.

17. FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 3-19, 2007.

18. GOIÁS. Lei n.11.409 de 21 de janeiro de 1991. Dispõe sobre o sítio histórico e patrimônio cultural que especifica. **Diário Oficial do Estado**, Goiânia, 28 jan. 1991.

19. IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Ecossistemas brasileiros**: Cerrado, 2007. Disponível em: http://www.ibama.gov.br . Acesso em: 10 mar. 2008.

20. IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. **Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. 2009. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=PARNA. Acesso em: 27 out. 2009.

21. KARASCH, M. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. cap. 11, p. 240-262.

22. LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. In: Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétinicas – UFSC, 2007. Disponível em http://www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos.htm. Acesso em: 20 jun. 2007.

23. MARIANTE, A. S.; EGITO, A. A. Animal genetic resources in Brazil: result of five centuries of natural selection, **Theriogenology**, v. 57, n. 1, p. 223-235, 2002.

24. MARINHO, T. A. **Identidade e territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque**. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

25. MEEGEN-SILVA A. **Kalunga**: identidade étnica de uma comunidade remanescente de quilombos. 1999. 109f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) - Vrije Universiteit, Amsterdã.

26. MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 100p.

27. MOURA, C. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1993. 94p.

28. MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 56-63, 1995.

29. NERY, T. C. dos S. Saneamento: ação de inclusão social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.50, p.313-321, 2004.

30. OLIVEIRA, E. de; DUARTE, L. M. G. Gestão da biodiversidade e produção agrícola: o Cerrado goiano. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n.1, p. 105-142, jan/abr, 2004.

31. PEDROSA, M. A. F. **Composição genética de quatro populações remanescentes de quilombos no Brasil com base em microssatélites e marcadores de ancestralidade**. 2006. 143f. Dissertação (Programa de Pós-

Graduação em biologia Molecular) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília.

32. PEZZINI, T. G.; SARTORI, R.; SILVA, T. A. de S. N.; McMANUS, C.; MARIANTE, A. da S. Características seminais de touros Curraleiros e Holandeses submetidos à insulação escrotal. **Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília**, v.41, n.5, p.863-868, 2006.

33. PRIMO, A T. El ganado bovino ibérico em las américas 500 anõs despues. **Archivos de Zootecnia**, Córdoba, v. 41, n. 154, p. 421-432, 1992.

34. PRIMO, A. T. The discovery of Brazil and the introduction of domestic animals. In: Global conference on conservation of domestic animal genetic resources, 5, 2000, Brasilia. Global conference on conservation of domestic animal genetic resources, 5. **Proceedings**. Brasilia: Embrapa Genetic Resources and Biotechnology, 2000. 4 p.

35. REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. Uma história de liberdade. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org) **Liberdade por um f**io: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. cap.1, p. 9-25.

36. SANTIN, A. P. I. **Perfil sanitário de bovinos da raça Curraleiro frente a enfermidades de importância econômica.** 2008. 78 f. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Escola de Veterinária, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

37. SCARIOT, A.; SOUSA-SILVA, J. C.; FELFILI, J. M. **Cerrado**: ecologia, biodiversidade e conservação. Brasília: MMA, 2005, 439p.

38. SCHMITT, A.; TURATTI, M. C.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 10, p. 1-8, 2002.

39. SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Goiás. **Proder especial**: programa de emprego e renda – levantamento das potencialidades locais: município de Cavalcante. Goiânia: SEBRAE, 1999. 55p.

40. SERRANO, G. M.; EGITO, A. A. do; McMANUS, C.; MARIANTE, A. da S. Genetic diversity and population structure of Brazilian native bovine breeds**.** **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 39, n. 6, p. 543-549, 2004.

41. SIQUEIRA, T. T. de. **Do tempo da sussa ao tempo do forró, música, festa e memória entre os Kalunga de Teresina de Goiás**. 2006. 135f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia/Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

42. SOARES, A. A. **Kalunga**: o direito de existir. Brasília: Ministério da Cultura/ Fundação Cultural Palmares. 1995. 93p.

43. UNESCO. The World Network of Biosphere Reserves. Biosphere Reserve Information. Disponível em: http://www.unesco.org/mab/wnbrs.shtml. Acesso em: 13 jul. 2009.

44. VALENTE, A. L. E. F. (In) Segurança alimentar em Território Kalunga. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...**Recife: SBS, 2007. p. 1-12.

45. VELLOSO, A. D. **Mapeando narrativas**: uma análise do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II – Kalunga. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial) – Departamento de Geografia/Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

CAPÍTULO 2
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO KALUNGA DE CAVALCANTE, GO

RESUMO

A comunidade Kalunga é a maior comunidade remanescente de quilombo da região Centro-Oeste. Assim, objetivou-se, com este trabalho, caracterizar aspectos socioeconômicos e os sistemas produtivos da comunidade Kalunga de Cavalcante, localizada na microrregião Chapada dos Veadeiros no nordeste do Estado de Goiás. Os dados utilizados foram obtidos de fonte primária, mediante a utilização de entrevistas diretas com 18 famílias da Comunidade e entrevistas com os dirigentes da Associação Kalunga de Cavalcante. As principais lavouras cultivadas pelas famílias são milho, mandioca, abóbora, arroz e feijão. Em relação a produção animal, as famílias criam bovinos para produção de leite, galinhas e suínos que se destinam principalmente para o autoconsumo. A estrutura da renda bruta das famílias é composta, pela renda de autoconsumo, pelos rendimentos obtidos com a venda de produtos agropecuários, aposentadorias, salários das esposas, programas sociais e outras rendas provenientes de atividades temporárias desenvolvidas fora da unidade familiar. As famílias da comunidade enfrentam problemas relacionados à carência de serviços básicos e infraestrutura, como saneamento, postos de saúde, escolas e vias de acesso, e também problemas relacionados à questão fundiária. Assim, é imprescindível que os trabalhos desenvolvidos nesta comunidade levem em consideração a percepção que os moradores têm sobre a realidade em que vivem e as atividades econômicas a serem implantadas por meio dos programas de desenvolvimento, valorizem a identidade e o saber local, bem como garantam sua participação na busca por melhores condições de vida.

Palavras-chave: agricultura familiar, autoconsumo, populações tradicionais, sistemas produtivos

SOCIOECONOMIC CHARACTERIZATION OF THE KALUNGA REMNANT OF THE CAVALCANTE *QUILOMBO* COMMUNITY, IN THE STATE OF GOIÁS, BRAZIL

ABSTRACT

The Kalunga community is the largest remaining quilombo community the Center West of Brazil. The objective of this study was to characterize the social and economic aspects and production systems of the Kalunga of Cavalcante community located in the micro-region Chapada dos Veadeiros, in the northeast of Goiás. Data was obtained from primary sources, such as direct interviews with 18 families of the Community and with the leaders of the Kalunga of Cavalcante Association. The main crops cultivated by the families are corn, cassava, pumpkin, rice and beans. Regarding animal production, the families keep cattle for milk, as well as chickens and swine destined mainly for autoconsumption. The families' gross income is made up of autoconsumption and income obtained from the sale of agricultural products, retirement pensions, wives´ salaries, social programs and other income from temporary activities outside the family unit. The families in the community face several problems, especially the lack of basic services and infrastructure, such as sanitation, health centers, schools, roads and also problems related to the agrarian issue. Thus, it is necessary that works developed in this community take these problems into account, considering the viewpoint of residents on their reality and the economic activities to be implemented through development programs, value their identity and knowledge as well as guarantee their participation in the search for better living conditions.

Key words: family agriculture, autoconsumption, traditional populations, production systems

1 INTRODUÇÃO

A comunidade Kalunga é a maior comunidade remanescente de quilombo da região Centro-Oeste e está entre as maiores do país. Ocupa uma área de 253,2 mil hectares, dividida em cinco núcleos: Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão das Almas, Contenda e Kalunga, subdivididos em 62 povoados que no ano de 2004, possuíam 958 famílias com 3.752 habitantes na zona rural dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás na microrregião Chapada dos Veadeiros, no Nordeste do Estado de Goiás. As principais vias de acesso são a rodovia GO-118 e os Rios Paranã e Almas (SEPPIR, 2004).

A comunidade Kalunga e todas as comunidades remanescentes de quilombo passaram a ter maior visibilidade no cenário político nacional a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que garantiu a essas populações, o direito de propriedade das terras que ocupavam há séculos. No ano de 1991, a área Kalunga foi reconhecida pelo Governo de Goiás como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Em 2000 essa comunidade recebeu do Governo Federal, por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), o Título de Reconhecimento de Domínio sobre a área (ANJOS & CYPRIANO, 2006; BAIOCCHI, 2006).

Apesar do direito de propriedade da terra garantido por lei, a regularização das terras da comunidade Kalunga até outubro de 2009 não havia sido resolvida, o que tem gerado conflitos fundiários com proprietários de fazendas na área do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga, que não foram indenizados, acirrando o conflito pela demarcação e utilização das terras (VALENTE, 2007; BRASIL, 2009).

Atualmente, os Kalunga enfrentam problemas de falta de infra-estrutura como: ausência de estradas, assistência médica e escolas, convivem com a seca e lutam pela regularização de suas terras. Esta situação tem provocado o êxodo rural, especialmente entre os mais novos, que buscam melhores condições de vida nos grandes centros. As jovens da comunidade saem, principalmente para Brasília e Goiânia, onde na maioria das vezes, trabalham como empregadas domésticas, e os rapazes exercem trabalho temporário em fazendas da região (TIBÚRCIO & VALENTE, 2007; NEIVA et al., 2008).

A melhoria na qualidade de vida dos grupos rurais negros é um desafio para os pesquisadores da área do agronegócio. As condições de vida nessas comunidades exigem que sejam empreendidas ações que possibilitem a inserção econômica de seus membros, a partir de projetos de desenvolvimento local sustentável, com a articulação do conhecimento empírico da comunidade e o conhecimento científico e tecnológico das instituições de apoio à agricultura familiar (VALENTE, 2004).

Em junho de 2007, dez famílias da comunidade Kalunga de Cavalcante foram beneficiadas pelo Projeto Estabelecimento e Manutenção de Núcleos de Criação do Gado Curraleiro, uma parceria da Escola de Veterinária (UFG) e o Ministério da Integração Nacional. O principal objetivo do projeto é reintroduzir o bovino Curraleiro na comunidade e implantar um núcleo de criação no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. A escolha dos criadores foi realizada pela Associação Kalunga de Cavalcante (AKC) e cada família recebeu seis animais adultos (cinco fêmeas e um reprodutor) e um ou dois bezerros. Ao final de cada ano a progênie é dividida ao meio, metade fica com os criadores e a outra metade com o projeto, que repassa esses animais a novas famílias interessadas (FIORAVANTI, 2008).

Desta forma objetivou-se com este trabalho caracterizar aspectos socioeconômicos e os sistemas produtivos da comunidade tradicional Kalunga de Cavalcante, Goiás, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas, bem como programas regionais de desenvolvimento, capazes de promover a sustentabilidade social e econômica da região.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O projeto de pesquisa que resultou nesta tese foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Goiás. Antes da coleta de dados os participantes, assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, onde ficou explícito que a participação dos mesmos na pesquisa era voluntária.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos de fonte primária, mediante a aplicação de questionários (Anexo I) com 18 produtores rurais (Figura

1) das localidades de Vão de Almas, Vão do Moleque e Engenho II na Comunidade Kalunga do município de Cavalcante, Goiás, entre julho de 2007 e agosto de 2008. No processo de reintrodução do gado Curraleiro, inicialmente dez famílias foram beneficiadas, no entanto em 2008, um dos produtores desistiu do projeto e número de famílias assistidas passou para nove. Assim, para compor a amostragem deste estudo foram aplicados questionários com essas famílias e, adicionalmente, para permitir comparações foram selecionadas outras nove famílias que moravam na mesma região, mas que não foram beneficiadas pelo projeto.

No questionário foram considerados aspectos sociais e econômicos da população, onde foram obtidas informações sobre a caracterização do produtor e sua família, condições de moradia, aspectos sanitários, posse de bens duráveis, acesso aos meios de comunicação, serviços de saúde, sistemas de produção, destino da produção de origem vegetal e animal, produção para autoconsumo, composição da renda familiar, entre outros. Os dados oriundos do questionário foram avaliados por meio de análise tabular e descritiva de acordo com a metodologia proposta por GIL (1999).

O levantamento dos principais problemas enfrentados pela comunidade, bem como suas conseqüências e possíveis soluções foi feito durante reuniões com as famílias, onde todos os membros tinham a possibilidade de discutir e decidir a prioridade de tais questões. Em função das grandes distâncias entre residências e da dificuldade de locomoção e comunicação na comunidade, algumas reuniões foram feitas com apenas uma família e outras com até três famílias.

O autoconsumo foi considerado como a parcela da produção vegetal e animal produzida pelas famílias e destinada ao consumo do grupo familiar. A renda oriunda dessas atividades de acordo com GRISA (2007) e BARBOSA et al. (2004), indica o ganho que a família teria se vendesse, com base no preço pago ao produtor, os produtos consumidos.

A quantidade autoconsumida foi estimada a partir das informações obtidas no questionário sobre a quantidade produzida e consumida pela família, referente ao ano agrícola 2007/2008.

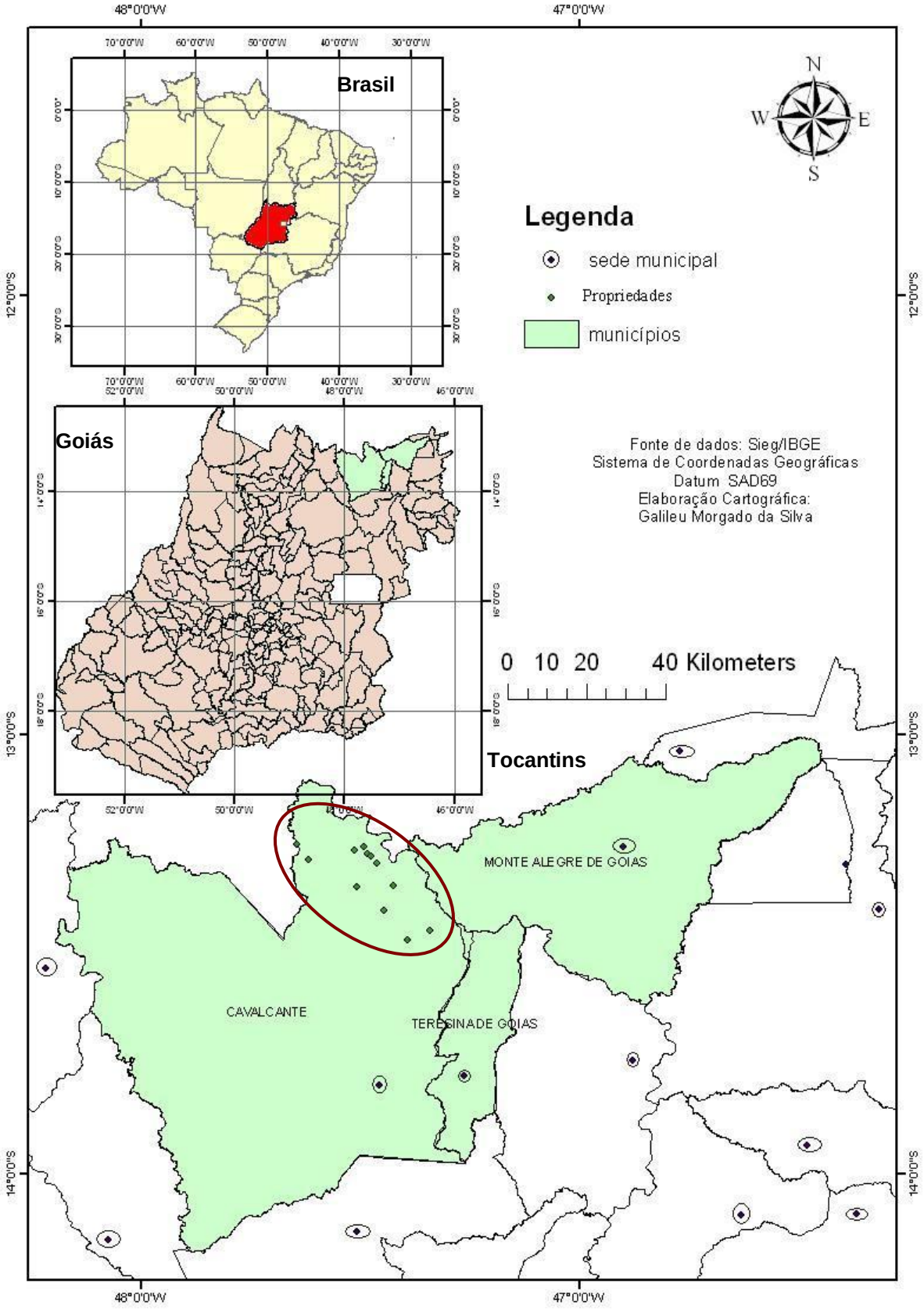

FIGURA 1 – Localização das propriedades estudadas na comunidade Kalunga do município de Cavalcante, GO

Uma das dificuldades encontrada nessa etapa da pesquisa diz respeito à falta de informações sobre a área cultivada e produção obtida de algumas culturas. Por exemplo, em relação ao quiabo e o jiló, que são normalmente plantados em pequena quantidade no quintal das casas, não foi possível estimar a quantidade produzida e consumida destes produtos. Assim optou-se por não considerar o valor dessas culturas no produto bruto de autoconsumo.

A partir dessas informações se obteve o valor do produto bruto de autoconsumo (PBAc) e o valor do produto bruto de vendas (PBVd), ambos expressos em Reais (preços de agosto de 2008) de acordo com metodologia descrita por GRISA (2007). O primeiro foi obtido da seguinte forma:

$$PBAc = (QPVc \times PPVc) + (QPAc \times PPAc)$$

Onde:
QPVc = quantidade de produtos de origem vegetal destinados ao consumo;
PPVc = preço dos produtos de origem vegetal destinados ao consumo;
QPAc = quantidade de produtos de origem animal destinados ao consumo;
PPAc = preço dos produtos de origem animal destinados ao consumo;

O valor do produto bruto de vendas (PBVd) foi calculado com base no seguinte procedimento:

$$PBVd = (QPVv \times PPVv) + (QPAv \times PPAv)$$

Onde:
QPVv = quantidade de produtos de origem vegetal destinados a venda;
PPVv = preço dos produtos de origem vegetal destinados a venda;
QPAv = quantidade de produtos de origem animal destinados a venda;
PPAv = preço dos produtos de origem animal destinados a venda;

O valor do produto bruto total foi obtido a partir da soma do valor do produto bruto de vendas mais o valor do produto de autoconsumo. É importante destacar a dificuldade de calcular os valores monetários líquidos da produção de autoconsumo, conforme observa GAZOLLA (2004), em função de não se

conseguir separar de maneira precisa as despesas que incorrem sobre esta, da produção que é comercializada. Por exemplo, não se consegue isolar as despesas de mão-de-obra com o cultivo do arroz, onde uma parcela é vendida e outra é consumida pelas famílias. Assim, considerou-se o valor bruto (ou produto bruto) da produção de autoconsumo ao invés de produção líquida.

De acordo com GRISA & SCHNEIDER (2008), existem diferentes metodologias para cálculo do autoconsumo e que todas tem vantagens e desvantagens. Assim, segundo os autores, não existe uma metodologia única ou mais adequada para estimar a produção de autoconsumo, o que importa é considerar que as unidades econômicas familiares não podem ser analisadas da mesma forma que uma empresa capitalista, uma vez que os agricultores familiares trabalham visando à reprodução e o bem estar da família e não o lucro.

Para o cálculo do valor da renda bruta das famílias considerou-se o somatório dos seguintes rendimentos ao longo do ano: venda de produtos agropecuários, autoconsumo, aposentadorias, programas sociais e outras atividades desenvolvidas pelos membros das famílias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Aspectos sociais

3.1.1 Características das famílias

O número médio de pessoas por família é de 3,7, resultados próximos ao encontrado em levantamento feito pela SEPPIR (2004) em todas as localidades da comunidade, que foi de 3,9. A idade média dos produtores entrevistados foi de 48 anos, sendo que 5,6% estão abaixo de 30 anos, 44,4 % entre 30 e 49 anos, 33% estão na faixa de 50 a 59 anos e 16,7% têm mais de 60 anos. Em relação às esposas, a idade média foi de 43 anos, 19% possuem menos de 30 anos, em torno de 44% estão nas faixas entre 30 e 49 anos, 25% estão entre 50 e 59 anos e 12,5% tem idade acima de 60 anos (Figura 2).

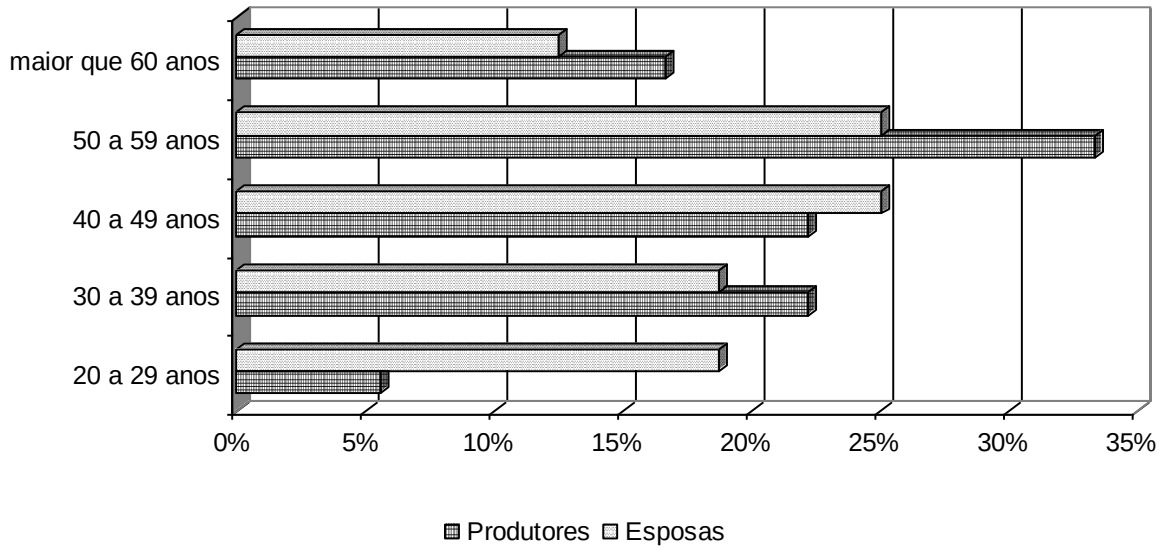

FIGURA 2 – Idades dos entrevistados e das esposas, na comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008

Em relação à educação, a comunidade possui escolas com ensino fundamental I (primeiro ao quinto ano), sendo que algumas funcionam nas casas dos moradores e em alguns casos, os professores são os jovens que cursaram até a última série oferecida na comunidade e não têm condições econômicas de continuar os estudos em outro local. Apenas na localidade Engenho II existe escola com ensino fundamental II (sexto ao nono ano).

Dos produtores entrevistados 38,9% são analfabetos ou assinam apenas o nome e 61,1% possuem ensino fundamental I incompleto (Figura 3). Em relação às esposas, cerca de 50% são analfabetas ou apenas assinam o nome, 18,8% possuem o ensino fundamental I incompleto e 12,5% conseguiram terminar o ensino fundamental II. Em torno de 19% das esposas possui ensino médio completo, nesse grupo se encontram as mulheres mais jovens e que trabalham como professoras na comunidade.

Quando se analisa o nível de escolaridade por faixa etária, observa-se que do total de produtores e esposas analfabetos ou que apenas assinam o nome, 71,4% e 50%, respectivamente, possuem mais de 50 anos.

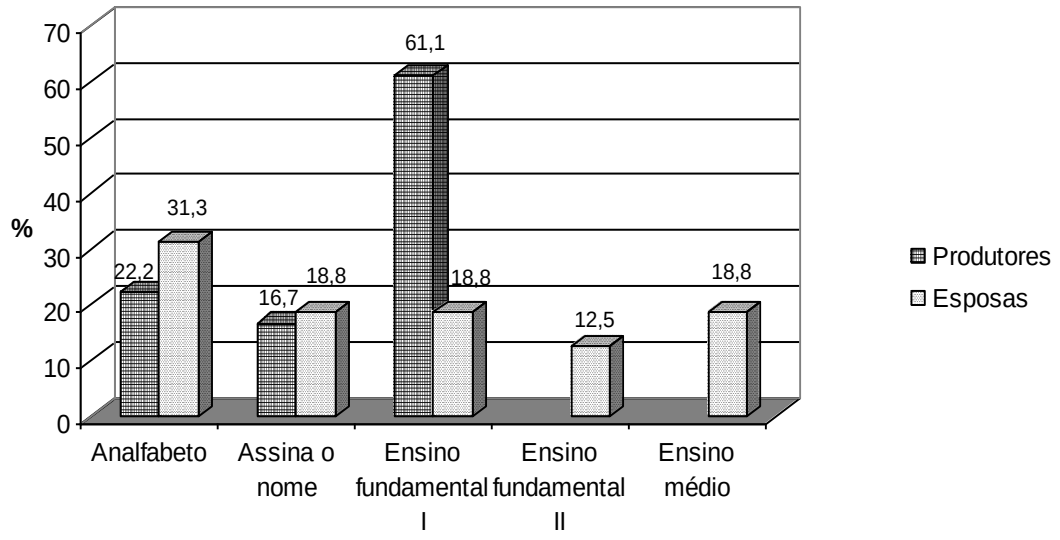

FIGURA 3 – Nível de escolaridade dos entrevistados (produtores e suas esposas), na comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008

O baixo nível de escolaridade dos entrevistados mostra uma situação que é comum no meio rural brasileiro. KHAN & SILVA (2007) relatam que a ausência de escolas nas comunidades há alguns anos, afetou principalmente as pessoas mais velhas, onde se encontra maior parte dos analfabetos. Nesse sentido, 6% dos entrevistados apontam a educação como sendo o principal problema da comunidade (Tabela 1). As dificuldades se devem às grandes distâncias que as crianças e jovens têm que percorrer a pé para chegar à escola, a ausência de escolas de ensino fundamental II e a qualidade do ensino oferecido nas escolas existentes. Essa situação leva a um índice alto de evasão escolar e faz com que os jovens tenham que migrar para a sede dos municípios ou para grandes centros, principalmente Brasília e Goiânia, para dar continuidade aos estudos. De acordo com o depoimento dos moradores, é necessário não só aumentar o número de escolas na comunidade e a oferta de transporte escolar aos alunos, como também capacitar os professores e adequar o conteúdo ensinado a realidade da comunidade.

Segundo ANJOS & CYPRIANO (2006), as dificuldades educacionais nas comunidades quilombolas, de maneira geral, se devem não somente ao número de escolas, mas também ao conteúdo ministrado, que não considera as

especificidades culturais da população. Desta forma é fundamental que sejam realizados investimentos no setor, visando à capacitação dos educadores das comunidades e a maior oferta de escolas e transporte escolar na área da Reserva Cultural Kalunga.

TABELA 1 – Principais problemas e dificuldades apontados pelos moradores da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, agosto de 2008

Aspectos	%	Problemas descritos
Saúde	32,0	- Ausência de postos de saúde
Água	17,0	- Falta de água para consumo humano e animal
Acesso e transporte	11,0	- Ausência de estradas em algumas localidades; - Ausência ou irregularidade dos meios de transporte.
Emprego	11,0	- Ausência de atividades que possam gerar renda para as famílias
Condições de trabalho no campo	11,0	- Ausência de máquinas agrícolas
Educação	6,0	- Grande distância das escolas; - Qualidade do ensino oferecido na comunidade; - Ausência de escolas de ensino fundamental II.
Questão fundiária	6,0	- Regularização das terras do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.
Questão política	6,0	- Falta de compromisso dos políticos com a comunidade.

Segundo ANJOS & CYPRIANO (2006), as dificuldades educacionais nas comunidades quilombolas, de maneira geral, se devem não somente ao número de escolas, mas também ao conteúdo ministrado, que não considera as especificidades culturais da população. Desta forma é fundamental que sejam realizados investimentos no setor, visando à capacitação dos educadores das comunidades e a maior oferta de escolas e transporte escolar na área da Reserva Cultural Kalunga.

3.1.2 Características dos domicílios

A qualidade de vida e o bem-estar de uma população podem ser analisados pelas condições de moradia e pela infraestrutura existente no local. BARRETO et al. (2005) considera que o aspecto físico da moradia sintetiza um importante elemento social, pois representa um lugar de proteção, humanização e socialização, onde as pessoas passam boa parte de suas vidas.

As características dos domicílios da comunidade Kalunga (Tabela 2) indicam que apenas uma família entrevistada, residente na localidade Engenho II, possui energia elétrica, as demais utilizam a lamparina para iluminação. No ano de 2004, 72 residências da localidade Engenho II foram beneficiadas com energia elétrica pelo programa do Governo Federal “Luz para Todos”, uma parceria do Ministério de Minas e Energia – MME e da Companhia de Energia Elétrica de Goiás - CELG (FURNAS, 2004; BARRETO, 2006).

TABELA 2 - Características dos domicílios da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008

Discriminação	Número	%
Condições de moradia		
Tipo de construção do domicílio	***18***	***100,0***
- Palha (paredes e cobertura)	2	11,1
- Adobe, coberta com palha	6	33,3
- Tijolo sem reboco, coberta com palha	1	5,6
- Tijolo sem reboco, coberta com telhas	3	16,7
- Tijolo com reboco, coberta com telhas	6	33,6
Tipo de piso do domicílio	***18***	***100,0***
- Barro (chão batido)	12	66,7
- Cimento	6	33,3
Tipo de iluminação do domicílio	***18***	***100,0***
- Lamparina (querosene)	17	94,4
- Rede elétrica	1	5,6
Saneamento		
Destino dado aos dejetos humanos	***18***	***100,0***
- Jogados a céu aberto	12	66,7
- Fossa séptica	6	33,3
Destino dado ao lixo	***18***	***100,0***
- Jogado a céu aberto	18	100
Origem da água para consumo humano	***18***	***100,0***
- Diretamente do rio ou nascente	18	100,0
Tratamento da água para consumo	***18***	***100,0***
- Não tratada	8	44,4%
- Tratada (filtro de cerâmica)	10	55,6

De maneira geral, as casas das famílias são feitas com materiais simples encontrados na região, como adobe e palha (44,4% das casas). As demais são feitas de tijolos, sendo 16,7% de tijolo sem reboco e 30% de tijolo com reboco, ambas cobertas com telhas de barro e 5,6% de tijolo sem reboco, com cobertura de palha. O cimento é o material utilizado no piso das casas por

33,3% das famílias, enquanto no restante o piso é de barro ou chão batido (Tabela2).

No ano de 2004 foi implementado um programa do Governo Federal por meio de parceria entre a Fundação Nacional de Saúde, Ministério das Cidades, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Fundação Palmares, Caixa Econômica Federal e Fundação Universitária de Brasília, para construção de casas e banheiros na comunidade Kalunga, no entanto, poucas famílias foram beneficiadas até o momento. Dentre as famílias entrevistadas, quatro (22,2%) foram beneficiados pelo programa e possuem casa de tijolo com reboco e coberta com telhas (Figura 4).

FIGURA 4 - Casas da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008 – adobe com cobertura de palha (A); paredes de tijolo com cobertura de telhas de cerâmica (B); paredes e cobertura de palha (C); Casa Kalunga – Programa do Governo Federal (D)

A água utilizada pelas famílias é proveniente dos rios e nascentes da região, 44,4% dos entrevistados não fazem nenhum tratamento antes do

consumo e 55,6% usam o filtro de cerâmica (Tabela 1). A falta de água para consumo humano e animal, especialmente na época seca do ano, foi apontado como principal problema da comunidade por 17% dos entrevistados (Tabela 1). Em alguns lugarejos mais isolados e distantes dos rios e nascentes, os moradores têm que andar vários quilômetros para buscar água para as atividades do dia a dia como cozinhar e beber, e também para fornecer aos animais. De acordo com o depoimento dos moradores, a solução para esse problema depende da realização de obras para aumentar a disponibilidade de água nas comunidades.

São poucas as estradas de acesso à comunidade e o principal meio de transporte utilizado pelos moradores são os muares (burros e mulas), o que dificulta o deslocamento das pessoas, o transporte de mantimentos e outros produtos. A irregularidade dos meios de transporte e a dificuldade de acesso à comunidade foram citados por 11% dos moradores como os maiores problemas da população Kalunga (Tabela 1). Estes problemas se tornam ainda mais graves quando existe a necessidade de transportar pessoas doentes até a cidade. Para os entrevistados essas dificuldades só serão solucionadas com a construção de estradas e com a disponibilização de transportes de maneira regular que facilitem o acesso à comunidade.

3.1.3 Serviços de saúde

Garantir à população o acesso a serviços de saúde é de grande importância para o bem-estar e conseqüentemente para melhoria da qualidade de vida das pessoas. Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a saúde é um direito de todos e um dever prioritário do Estado, mas muitas vezes esse direito é negado como no caso da população remanescente de quilombo Kalunga.

A comunidade não dispõe de postos de saúde, o atendimento é feito por agentes de saúde e, em situações mais graves as pessoas se deslocam até o município de Cavalcante que fica a aproximadamente 120 km da área Kalunga. A ausência de atendimento médico na comunidade foi citada como principal problema da comunidade Kalunga por 32% dos entrevistados (Tabela 1). Os moradores relatam que quando adoece alguém na comunidade, a única solução é

fretar um carro para transportar o doente até a cidade mais próxima. Nas localidades que não possuem estradas os doentes são transportados por longas distâncias em liteiras (redes de dormir) até um local de mais fácil acesso e posteriormente levados por veículos até o hospital.

3.1.4 Posse de bens duráveis e acesso aos meios de comunicação

De acordo com os dados da Tabela 3, observa-se que o rádio à pilha e o fogão à gás são os bens duráveis mais encontrados nas residências da comunidade. Esses dados corroboram com os resultados encontrados por levantamento feito pela SEPPIR (2004) no Sítio Histórico Kalunga, que revelam que o rádio e o fogão a gás eram os bens mais presentes nas casas da área Kalunga com 50% e 27,2%, respectivamente. A análise da posse de bens duráveis, conforme observam KOURI et al. (2002) é uma maneira indireta de estimar o padrão de renda e de bem-estar da população.

TABELA 3 – Posse de bens duráveis pelas famílias da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008

Acesso a bens duráveis	Nº	%
Rádio à pilha	7	38,9
Rádio à pilha e fogão à gás	5	27,8
Fogão à gás e bicicleta	3	16,7
Rádio à pilha, fogão à gás e bicicleta	2	11,1
Rádio à pilha, fogão à gás, geladeira, televisão, máquina de costura e ferro de passar roupas	1	5,6
Total	**18**	**100,0**

Em relação ao acesso aos meios de comunicação, 77% dos moradores da comunidade Kalunga têm como fonte de informações o rádio à pilha. Essa situação se deve ao fato de que na maior parte da comunidade não existe energia elétrica, o que explica a ausência de outros tipos de bens duráveis como geladeira e televisão. Os dados revelam ainda que cerca de 6% dos entrevistados escutam rádio e assistem televisão e, 17% não usam nenhum tipo de meio de comunicação na comunidade, indicando a situação de relativo isolamento da população Kalunga em relação ao que acontece fora da comunidade.

3.1.5 Outras demandas da comunidade Kalunga

Além dos problemas citados anteriormente, questões relacionadas a emprego, condições de trabalho no campo e problemas fundiários (Tabela 1) também foram citados pelos entrevistados como dificuldades enfrentadas na comunidade Kalunga de Cavalcante.

Em relação ao emprego, 11% dos entrevistados citam a ausência de atividades que gerem renda para as famílias como a principal dificuldade da comunidade (Tabela 1). Os moradores afirmam que só existe trabalho na comunidade na época de preparo, plantio e colheita das roças cultivadas pelas famílias, que normalmente começa no início do período chuvoso (novembro) e, dependendo da cultura vai até o mês de abril. Segundo o depoimento dos moradores a solução para este problema depende da implementação de atividades na comunidade que gerem renda para as famílias durante todo o ano.

Considerando as condições de trabalho no campo, 11% dos entrevistados apontam como principal problema da comunidade a falta de máquinas para preparo do solo (Tabela 1). Os moradores alegam que, se tivessem condições financeiras para alugar um trator ou se este fosse disponibilizado pela prefeitura, poderiam produzir mais e, conseqüentemente, não precisariam receber cestas básicas do governo.

Em relação à questão fundiária, 6% dos entrevistados apontam a necessidade de regularização das terras como uma das principais dificuldades enfrentadas pela comunidade (Tabela 1). Apesar do tombamento como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural datar do ano de 1991, a titulação das terras do território Kalunga, até a elaboração final deste trabalho (outubro de 2009), ainda não havia sido efetuada. Esta situação gera conflitos entre fazendeiros e moradores da comunidade, em função da utilização das áreas para plantio e criação dos animais. Sobre esse aspecto PARÉ et al. (2007) sugerem que alguns fazendeiros adquiriram o título de suas terras na área Kalunga por meio de grilagem ou compraram de moradores que não possuíam documentação, o que leva a conflitos e disputa pelo território, situação que faz parte do cotidiano da comunidade.

De acordo com o depoimento dos moradores, a solução dos problemas da comunidade, como construção de escolas, postos de saúde, vias de acesso, entre outros, passa pela “boa vontade” dos políticos, quer seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Os entrevistados indicam que a maior parte dos problemas enfrentados na comunidade, principalmente os relacionados à infraestrutura, se deve a falta de compromisso dos tomadores de decisão da região com a população Kalunga e que essa situação só vai melhorar quando todos aprenderem a votar de maneira consciente. Nesse aspecto VALENTE (2007) observa que as políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas, apesar de serem recentes, apresentam problemas como excesso de burocracia, desorganização administrativa e falta de articulação governamental, com interesses políticos desconexos nos diferentes níveis, com sobreposição de ações e falta de conhecimento sobre a real competência de cada instituição.

De maneira geral, as condições de moradia, os problemas relacionados à falta de serviços básicos e de infraestrutura, revelam as condições de pobreza em que vivem os moradores da comunidade Kalunga. Segundo BARRETO (2006), esta situação é comum em praticamente todas as comunidades quilombolas no Brasil, que normalmente são populações de pequenos agricultores, que além da carência de serviços como transporte, esgoto, educação e saúde, enfrentam problemas relativos à questão fundiária como invasões e dificuldade de financiamento agrícola.

3.2 Sistemas de produção

As unidades de produção familiar na comunidade Kalunga desenvolvem diversas atividades para melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na região, onde combinam a prática da agricultura, pecuária e extrativismo vegetal.

3.2.1 Sistema de produção vegetal

Os sistemas de produção vegetal da comunidade têm como base a agricultura de subsistência com áreas de cultivo pequenas e as culturas plantadas em sistema de consórcio. O preparo da área, normalmente começa nos meses de setembro ou outubro, com a derrubada da mata, roçada, queimada e por último o

plantio. A mão-de-obra empregada é predominantemente familiar, onde a troca de dias de serviço entre famílias é uma prática muito comum na região. Em alguns casos existe a contratação de força de trabalho para execução de algumas atividades como derrubada e roçada das áreas destinadas ao plantio.

As principais culturas são: milho, produzido por 83,3% das famílias, seguido da mandioca e abóbora (72,7% cada), arroz (55,6%), feijão (44,4%), jiló e maxixe (38,9% cada) e cana-de-açúcar (33,3%) (Figura 5).

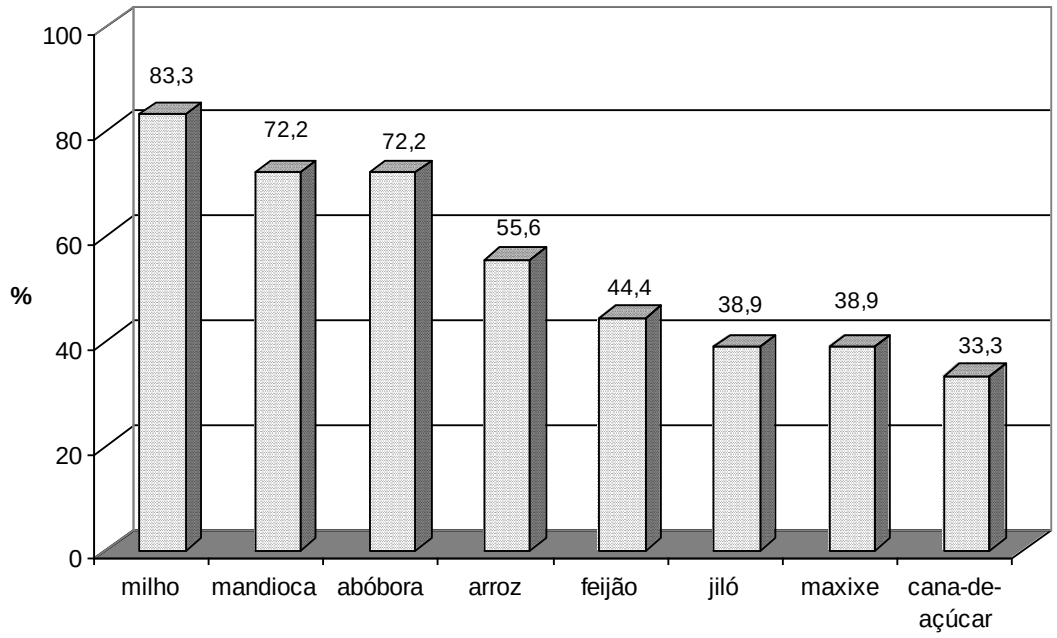

FIGURA 5 - Principais produtos agrícolas da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008

Dentre essas culturas, o arroz é a única comercializada na comunidade ou na cidade, a cana é utilizada principalmente para alimentação animal e as demais se destinam ao autoconsumo. Tais dados corroboram com resultados encontrados pela SEPPIR (2004), segundo o qual os principais cultivos na comunidade Kalunga são mandioca, arroz, abóbora e milho e se destinam especialmente para garantir a subsistência das famílias.

Na comunidade, cultivam-se ainda outras lavouras para consumo próprio como melancia, quiabo, batata-doce, banana, algodão e o fumo vendido na própria comunidade. Além do fumo, a mandioca é o único produto beneficiado

pelos moradores para produção de farinha, que é vendida na cidade, trocada por outros produtos e utilizada para consumo próprio. Segundo PARÉ et al. (2007), a qualidade da farinha produzida pelos Kalungas é conhecida em toda região. No período analisado, a farinha foi produzida e comercializada por aproximadamente 28% dos entrevistados, no entanto a maior parte afirmou que o produto continua sendo um dos mais importantes em termos econômicos para a comunidade.

A diversificação das atividades, especialmente agrícolas, na comunidade Kalunga pode ser considerada uma estratégia de produção para garantir a segurança alimentar das famílias e a reprodução social, o que segundo GRISA (2007) proporciona maior estabilidade econômica e menor vulnerabilidade das famílias.

No entanto, apesar da diversificação de atividades agrícolas na comunidade, a produtividade das culturas é baixa, o que faz com que os produtores tenham que recorrer a ocupações não agrícolas para garantir a reprodução das explorações. Nesse sentido, CRUZ & VALENTE (2005) observam que existe correlação entre uma situação de pobreza extrema e a agricultura de padrão tecnológico deficiente desenvolvida pelos Kalunga, onde as relações tradicionais de produção não atendem às necessidades da população no que diz respeito à ocupação e renda, sendo necessário adotar outras estratégias econômicas, como por exemplo o trabalho externo. Além disso, uma parcela da população Kalunga vive em situação de pobreza e em alguns casos, devido à irregularidade das chuvas e baixa fertilidade da terra, pode-se dizer que a quantidade de alimentos produzida não é suficiente para alimentar a família.

Nesse aspecto, VALENTE (2007) observa que a situação no território Kalunga é de insegurança alimentar em quatro dimensões: quantidade, qualidade, regularidade e dignidade. De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei 11.346) de 15 de setembro de 2006, a segurança alimentar e nutricional consiste:

> *"(...) na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e*

que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Desta forma, é necessário que sejam implementadas políticas públicas no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga que garantam o acesso a produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos, considerando cinco aspectos que são essenciais para a população: saúde, higiene, meio ambiente, autenticidade e solidariedade (KURANAGA et al., 2007). De acordo com os autores, o primeiro aspecto é a noção de saúde que diz respeito à composição nutricional dos alimentos e depende da educação alimentar da população. O segundo aspecto está relacionado à higiene e seguridade dos alimentos, com ausência de elementos nocivos à saúde humana, onde a certificação dos produtos alimentares é imprescindível. O terceiro aspecto é o respeito ao meio ambiente com a produção de alimentos sem risco tóxicos, onde tanto a qualidade do produto como o modo de produção são levadas em consideração. O quarto aspecto é o da autenticidade, onde o saber fazer da população deve ser valorizado, assim como os conhecimentos tradicionais da produção agroalimentar com a valorização da origem dos produtos e especificações dos processos produtivos. O quinto aspecto é da solidariedade onde a população é estimulada a participar em função dos valores morais e ideológicos, consumindo um produto socialmente correto.

3.2.2 Sistema de produção animal

Em relação à diversificação do sistema de produção animal, 27,8% dos estabelecimentos contam com criação de galinhas, bovinos e suínos, 44,4% criam galinhas e bovinos, 22,2 % criam apenas bovinos e 5,6% criam somente galinhas.

Considerando a destinação da produção animal, 33,3% dos entrevistados criam suínos para consumo próprio, venda ou troca na comunidade (Figura 6). Os animais são criados soltos ou presos, e se alimentam basicamente de milho, resíduos da agricultura, restos da alimentação humana e capim encontrado próximo às residências.

A criação de galinhas na comunidade Kalunga, para produção de carne e ovos, é uma prática empregada por 77,8% dos entrevistados (Figura 6), e utilizada para consumo próprio ou troca na comunidade. As aves são criadas

soltas, próximo às residências e têm como base da alimentação o milho e restos da alimentação humana. As aves normalmente dormem em local protegido (poleiros) contra a ação de predadores, principalmente onças.

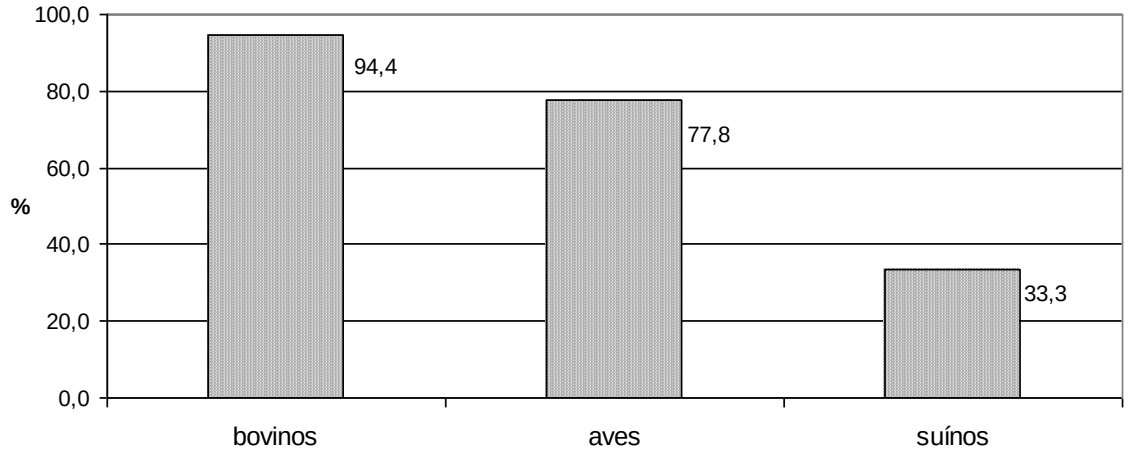

FIGURA 6 – Frequência da criação de animais de produção na comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008

A criação de pequenos animais como galinhas e suínos na comunidade Kalunga é de responsabilidade das mulheres e crianças e pode ser considerada como uma estratégia para garantir a alimentação das famílias ao longo do ano. Nesse sentido, HURTIENNE (2004) analisando pequenos proprietários de terra no Nordeste do Pará, sugere que a manutenção desses pequenos animais requer menos trabalho, podendo ser considerada como atividade marginal, isto é, desenvolvida por mulheres e crianças, durante os trabalhos domésticos e pelos homens durante seu “tempo livre”. Além desse aspecto deve-se considerar que na área Kalunga, a base da alimentação desses animais são os resíduos da agricultura e restos da alimentação humana, o que facilita a criação dos mesmos, uma vez que os produtores não precisam comprar alimentos industrializados. Esses resultados também foram encontrados por GRISA & SCHNEIDER (2008) ao analisar a importância do autoconsumo na agricultura familiar, indicando que há uma predominância do consumo de galinha caipira e de suínos, devido ao fato destes animais serem alimentados com produtos do próprio estabelecimento ou resíduos de alimentos da família.

Em relação ao sistema de produção de bovinos, do total de entrevistados 17 (94,4%) possuem os animais (Figura 7) e nove (50%) foram beneficiados pelo projeto Estabelecimento e Manutenção de Núcleos de Criação de Gado Curraleiro, uma parceria da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Goiás e o Ministério da Integração Nacional, que visa dentre outras coisas, reintroduzir os animais desta raça originalmente criados pelos Kalunga e estabelecer o Núcleo de Criação de Curraleiro no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Em junho de 2007 cada família beneficiada recebeu um lote de seis adultos (três vacas, duas novilhas e um reprodutor) e um ou dois bezerros. A escolha das famílias beneficiadas foi realizada pela Associação Kalunga de Cavalcante (AKC) durante Assembléia Geral. Ao final de cada ano, a progênie dos animais é dividida ao meio, metade passa a ser de propriedade do criador e a outra metade do projeto. Os bovinos destinados ao projeto serão entregues a novos criadores interessados. A família que recebeu animais do projeto tem a obrigação de cuidar dos bovinos e repassar as informações referentes às características produtivas e reprodutivas. Esses criadores também comporão o grupo que definirá as melhores práticas de manejo para a realidade local (FIORAVANTI et al., 2008). É importante ressaltar, que todos os produtores beneficiados pelo projeto de reintrodução do gado Curraleiro na comunidade Kalunga já possuíam gado azebuado.

As instalações utilizadas na comunidade são bastante rústicas, com currais feitos pelos próprios moradores que utilizam os materiais disponíveis na região e o manejo dos animais normalmente é feito pelo chefe da família com a ajuda da esposa e dos filhos.

As criações de bovinos na comunidade têm duplo propósito, isto é, criação de vacas para produção de leite, especialmente na época das águas, utilizado para consumo da família e produção de bezerros, que normalmente é vendido ou trocado na região. A venda de bezerros representa significativa fonte de renda, sendo efetuada, quando necessário, por todas as famílias, e é considerada pelos entrevistados como uma “poupança” a ser utilizada nos momentos de maior necessidade. GAMA et al. (2007) corroboram com os resultados encontrados e observam que em unidades de produção familiar na Bahia, as criações de bovinos podem ser caracterizadas como produtoras de leite

e de corte, mesmo que isso não esteja claramente definido. As vacas são criadas com o objetivo de garantir a segurança alimentar da família, com a produção de leite e os bezerros servem de reserva financeira para a família. Nesse sentido, MENEZES (2002) analisando a produção agropecuária de assentamentos agroextrativistas no Pará relata que os agricultores que possuem gado bovino apresentam certa estabilidade econômica em relação aos demais, uma vez que os animais são usados para garantir a sobrevivência das famílias em momentos difíceis e permitem a aquisição de novas áreas para pastagem.

Na comunidade Kalunga de Cavalcante, Goiás, os bovinos são alimentados exclusivamente à pasto com suplementação na época seca. De maneira geral, os pastos são formados por espécies nativas como o capim agreste (*Panicum chapadense*) e espécies cultivadas como os capins andropogon (*Andropogon gayanus*), elefante (*Pennisetum purpureum***),** brachiaria (*Brachiaria decumbens*) e jaraguá (*Hyparrhenia rufa*).

O uso de resíduos da agricultura é uma estratégia de suplementação alimentar dos bovinos na época seca, adotada por 76,5% dos entrevistados (Tabela 4). A palha de arroz é a forma de suplementação mais citada pelos entrevistados, seguida pela cana-de-açúcar picada, casca e raspa de mandioca, capim elefante picado e ramos e folhas de mandioca. Apesar de não ser fornecida de maneira regular, este tipo de estratégia tem garantido a sobrevivência dos animais em períodos de seca severa, uma vez que a região passa periodicamente por esse fenômeno climático. Destaca-se que nos dados da Tabela 4 existe sobreposição dos valores referentes à suplementação, uma vez que cada produtor pode ter utilizado mais de um tipo de alimento.

As práticas de mineralização do rebanho bovino utilizadas pelos produtores incluem o fornecimento de sal comum ou sal mineral, normalmente misturados à raspas de plantas da região (Tabela 4). Alguns produtores compram o sal comum e o *premix*, separadamente, e realizam a mistura na propriedade. Dentre as plantas utilizadas, as mais citadas pelos entrevistados foram: sucupira (*Pterodon emarginatus)*, chapada (*Acosmiun dasycarpum*), quina (*Strychnos pseudoquina*), batatão (não identificada), genipapo (*Genipa americana*), mandiocão (*Didymopanax morototonii*) e açafrão (*Curcuma longa*), sendo essa última a única espécie que não é nativa da região. Apesar de todos os produtores

que criam gado bovino fazerem suplementação mineral, esta é feita de maneira irregular ao longo do ano, o que pode acarretar alguns problemas aos animais, como deficiência de alguns minerais.

TABELA 4– Produtos e insumos utilizados para o manejo nutricional dos animais pelos moradores da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008

Discriminação	Número	%
Suplementação alimentar	**17**	**100,0**
Sim	13	76,5
Não	4	23,5
Suplementação alimentar	**13**	**-**
Palha de arroz	8	61,5
Cana-de-açúcar	7	53,8
Casca de mandioca	4	30,8
Capim elefante	3	23,1
Ramos e folhas de mandioca	2	15,4
Suplementação mineral	**17**	**100,0**
Sal mineral	2	11,8
Sal mineral + sal comum	2	11,8
Sal comum + raspas de plantas	2	11,8
Sal mineral + sal comum + raspas de plantas	11	64,7
Plantas utilizadas na mineralização	**13**	**-**
Sucupira (*Pterodon emarginatus)*	10	83,3
Chapada (*Acosmiun dasycarpum*)	8	66,7
Quina (*Strychnos pseudoquina*)	4	33,3
Batatão (não identificada)	2	16,7
Genipapo (*Genipa americana*)	2	16,7
Mandiocão (*Didymopanax morototonii*)	2	16,7
Açafrão (*Curcuma longa*)	1	8,3

Os produtores entrevistados não usam controle reprodutivo para os bovinos. Os animais são mantidos num sistema de monta natural a campo, onde os touros permanecem com as fêmeas durante todo o ano.

A cura do umbigo dos bezerros é uma prática adotada por 94% dos produtores que criam bovinos. Desse total, 12,5% utilizam como insumo produtos derivados de plantas da região, 43,8% aplicam produtos comerciais (mata-bicheira ou creolina) e a mesma proporção de produtores fazem associação entre produtos comerciais e plantas da região (Tabela 5). Os produtos derivados de plantas da região mais utilizados na cura do umbigo são óleo de copaíba ou pau-d'óleo (*Copaifera langsdorffii)*, azeite de mamona (*Ricinus communis*) e casca de timbó ou tingui (*Magonia pubescens*).

TABELA 5 – Relação das enfermidades, produtos e atividades desenvolvidas no manejo sanitário dos bovinos na comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008

Atividade	Nº	%
Produto empregado na cura do umbigo	**16**	**100,0**
Óleo de plantas	2	12,5
Larvicida	7	43,8
Associação de óleo de plantas e larvicida	7	43,8
Vacinação	**17**	
Febre aftosa	17	100,0
Raiva	17	100,0
Clostridiose	14	82,4
Brucelose	3	17,6
Controle de endoparasitas	**15**	**100,0**
Somente plantas da região	9	60,0
Somente remédio	3	20,0
Associação de remédio e plantas	3	20,0
Doenças ou sinais	**14**	
Intoxicação	6	42,9
Fraqueza	5	35,7
Timpanismo	1	7,1
Outros problemas	2	14,3
Causas da mortalidade de bezerros	**10**	
Predadores	6	60,0
Fraqueza	2	20,0
Pneumonia	1	10,0
Diarréia	1	10,0
Dermatofilose	1	10,0

Todos os produtores que criam bovinos vacinam os animais para prevenção de febre aftosa e raiva. As vacinas contra clostridiose e brucelose são utilizadas respectivamente por 82,4% e 17,6% dos criadores.

O controle de endoparasitas nos bovinos é feito por 88,2% dos produtores, dos quais 60% fazem uso medicinal de plantas da região para tratamento dos animais, 20% apenas remédios comerciais e 20% fazem uma associação entre plantas e produtos comerciais. Os entrevistados que utilizam apenas remédios comerciais, afirmaram que após começar a utilizar os “remédios comprados” deixaram de utilizar as plantas da região no tratamento dos animais. Nesse aspecto, PINTO et al. (2006) observam que o contato cada dia maior dos moradores de comunidades rurais com pessoas vindas de outros lugares, com costumes diferentes, acaba por influenciar as práticas locais, especialmente no cultivo e utilização de plantas medicinais, com a utilização mais freqüente de “remédios de farmácia”.

A identificação, o resgate e a valorização dos conhecimentos da comunidade Kalunga sobre o uso medicinal de plantas no manejo sanitário de animais de produção são importantes, pois possibilitam a produção de alimentos saudáveis com menor dependência de insumos externos. Nesse sentido, GALDINO et al. (2007) consideram que a valorização da etnoveterinária ou o conhecimento das populações tradicionais no cuidado com os animais, é essencial para mudar o conceito de alguns produtores que consideram que o uso de remédios comerciais é a única possibilidade de manter os animais saudáveis. Além dos aspectos citados, destaca-se ainda a possibilidade da comunidade passar a produzir, para consumo próprio ou venda, alimentos de boa qualidade, de forma ecológica e com preços diferenciados no mercado.

Vale ressaltar a importância das mulheres e pessoas mais velhas da comunidade na transmissão dos conhecimentos sobre o uso medicinal de plantas da região para as gerações seguintes. Alguns entrevistados relataram que os mais jovens não têm interesse em aprender, pois é muito mais fácil comprar o "remédio de farmácia" na cidade, tanto para uso humano como animal, do que aprender as técnicas tradicionais de seus antepassados, o que pode levar ao desaparecimento desse saber tradicional, tão importante para a manutenção da identidade da comunidade Kalunga. MASSAROTTO (2009) analisou a utilização de plantas medicinais na comunidade Kalunga e sugere que as mulheres da comunidade possuem maior conhecimento sobre o emprego das plantas, quando comparadas aos homens. Da mesma forma, SOARES et al. (2007) estudando os conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais no estado do Amazonas, observam que as plantas arbustivas de uso medicinal são normalmente cultivadas pelas matriarcas, que repassam as informações e receitas para as gerações seguintes, garantindo a manutenção do conhecimento e valor cultural das espécies medicinais.

É importante que se desenvolvam na comunidade Kalunga ações que propiciem a manutenção do conhecimento tradicional da população sobre o uso medicinal de plantas da região, em animais e humanos e estimulem os mais jovens a empregar as técnicas de seus antepassados, garantindo assim a preservação da biodiversidade da região, da cultura e da identidade da comunidade.

Os principais problemas sanitários ou sinais apresentados pelos bovinos na comunidade Kalunga (Tabela 5) no período 2007-2008, foram intoxicação (42,9%), atribuídas principalmente a flor de pequi (*Caryocar coriaceum*) e a erva café (*Palicourea marcgravii*); fraqueza (35,7%), provavelmente causada pela falta de alimentos e água, uma vez que uma severa seca atingiu a região no período analisado e alguns produtores relataram que perderam muitos animais; timpanismo (7,1%) e outros problemas que os produtores não sabiam descrever (14,3%). Os resultados sugerem que pode haver correlação entre a morte de animais por ingestão da flor do pequi e a falta de água e alimentos para os animais. Como na época da seca há um déficit alimentar na região e, de acordo com o relato dos moradores da comunidade Kalunga, supõe-se que os animais acabam ingerindo a flor do pequi em grandes quantidades o que causa o óbito (mais grave quando os animais não têm fácil acesso a aguada). No entanto, há necessidade de pesquisas no sentido de identificar as verdadeiras causas do problema.

Em relação à mortalidade de bezerros, as principais causas foram predadores (60%), sendo desse total 83,3% por ataque de onça e 16,6% por cobra; fraqueza (20%), possivelmente devido a escassez de alimentos e água no período seco. Pneumonia, diarréia e dermatofilose foram citadas cada uma por 10% dos entrevistados, como provável causa de morte de bezerros na região (Tabela 5).

No que se refere aos animais de trabalho, observou-se que 88,8% dos entrevistados possuem em média 3,5 muares (burros e mulas), 66,6% criam equinos (cavalos e éguas) com média de 4,3 animais por produtor e apenas 11,1% criam asininos, com média de 1,5 animais por produtor. Os animais se alimentam do pasto e o fornecimento de sal é efetuado com a adição de raspas de plantas da região. O manejo sanitário adotado pelos produtores é a vacinação contra raiva, e a utilização de plantas, como a folha de fumo, para controle do carrapato. Os entrevistados relataram que o ataque de predadores como a onça, principalmente aos animais mais jovens, é uma das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da atividade. Os animais que são normalmente adquiridos na cidade são utilizados para manejo dos bovinos, como meio de transporte pelos

moradores, especialmente nas comunidades que não possuem vias de acesso, e também para o transporte de mantimentos e outros produtos.

É importante descrever uma prática inadequada que vem sendo adotada por alguns produtores na criação de aves, suínos, muares e bovinos na comunidade Kalunga, que é o uso de terramicina em pó, administrada oralmente de maneira indiscriminada como método preventivo de doenças. De acordo com o depoimento dos entrevistados, vendedores de produtos agropecuários passam periodicamente na comunidade, e os “convencem” de que a utilização do produto pode ser a melhor maneira de evitar que os animais adoeçam. Além da terramicina, os produtores acabam comprando outros produtos, como suplemento vitamínico ADE e suplementos minerais, sem ter conhecimento sobre sua real necessidade de utilização. Os produtos possuem preços elevados e provavelmente não irão produzir efeito desejado, uma vez que os animais são de baixa produção e o uso é feito de modo incorreto. Sobre esse assunto PINTO et al. (2006) relatam que a substituição das plantas pelos remédios de farmácia, leva além do desaparecimento da prática do uso da medicina popular a um gasto muito alto com remédios, além do problema da automedicação sem um diagnóstico clínico. Apesar de o presente estudo ter analisado somente a parte animal, pode-se fazer uma analogia com a situação descrita anteriormente, pois o uso indiscriminado de remédios no sistema de produção animal, sem respeitar os períodos de carência exigidos e sem a receita de um profissional, pode acarretar sérios problemas não só aos animais como também à saúde das pessoas. Desta forma é necessário que os órgãos de assistência técnica da região prestem serviços à comunidade Kalunga de maneira mais efetiva, de modo a evitar esse tipo de exploração.

3.3 O autoconsumo e a composição da renda familiar

As atividades agrícolas e pecuárias voltadas para o autoconsumo das famílias da comunidade Kalunga representam uma importante estratégia de reprodução social e econômica e tem sido objeto de análise por pesquisadores de diferentes áreas. Nesse estudo foi considerado como produção para o

autoconsumo a parte da produção vegetal e animal produzida pela família e destinada ao seu consumo conforme definem GRISA & SCHNEIDER (2008).

A produção de alimentos para consumo das famílias na comunidade Kalunga representa significativa parcela do valor bruto total da atividade agropecuária. Os dados relativos ao produto bruto de autoconsumo (PBAc) correspondem a 63% de tudo que é produzido pelos moradores, indicando a importância dessa prática para essas pessoas. Nesse sentido DOMBEK et al. (2003) observaram que o autoconsumo para as populações rurais aparece como uma importante atividade que diminui a dependência das famílias em relação ao mercado, ou seja, as famílias não necessitam gastar dinheiro para adquirir alimentos. Além desse fator, a produção de alimentos para consumo próprio representa uma estratégia para reduzir a insegurança alimentar das famílias da comunidade Kalunga, que de acordo com VALENTE (2007) se encontram numa situação onde o risco alimentar é evidente visto que a quantidade necessária de alimentos não tem sido suprida, o que compromete a situação nutricional das famílias.

Considerando a comercialização de produtos agropecuários, 72,2% dos entrevistados venderam animais e 27,8% produtos de origem vegetal no período analisado, principalmente arroz e farinha de mandioca. No entanto, mesmo os que não haviam efetuado venda, afirmaram que em situações de necessidade, como casos doença na família, costumam vender algum animal, principalmente os bezerros.

O arroz é o produto vegetal de maior participação na composição do PBAc (Figura 7) seguido do feijão (11,7%), milho (3,4%) e abóbora (2,0%). É importante destacar que outros produtos como jiló e maxixe, embora sejam cultivados na maioria das propriedades, apresentam participação muito pequena na formação do PBAc e por isso não foram considerados no seu cálculo.

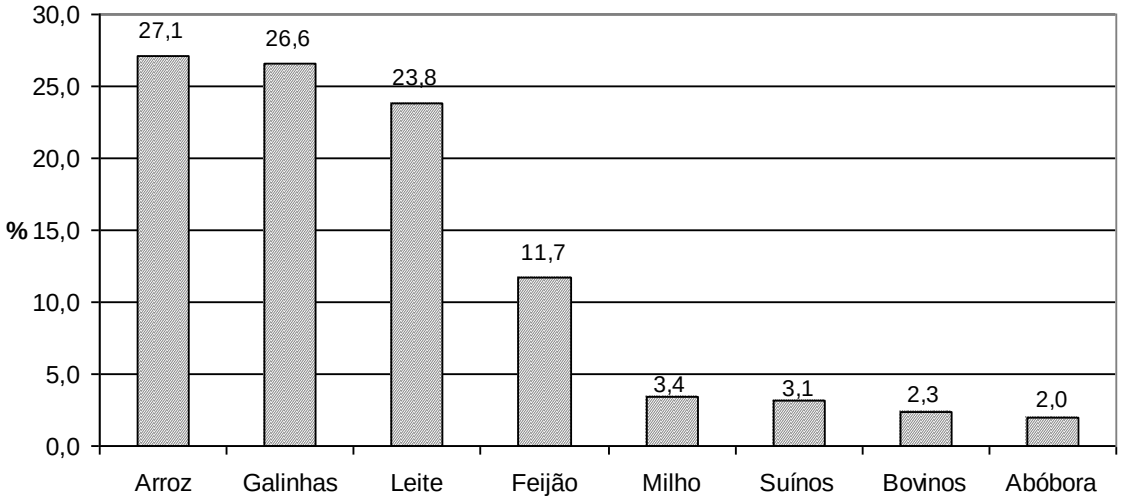

FIGURA 7 – Proporção dos produtos em relação ao produto bruto de autoconsumo das famílias da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008

O valor da produção da farinha de mandioca não aparece no PBAc e foi considerado apenas como um dos itens da venda de produtos agropecuários, em função da dificuldade de estimar a quantidade consumida. Esta dificuldade foi sentida no preenchimento dos questionários de alguns produtores, que sabiam contabilizar apenas a farinha que era vendida e não a que era consumida pela família ao longo do ano. De acordo com BARBOSA et al. (2004), pesquisas para estimar o autoconsumo são difíceis de serem realizadas pois são altamente invasivas e requerem um alto nível de cooperação das famílias. No entanto, sua estimativa possibilita desde uma mera análise de consumo até questões mais complexas relacionadas à segurança alimentar.

Em relação aos produtos de origem animal, destacam-se a produção de galinhas com 26,6% do PBAc e a pecuária de leite com 23,8%. A produção de suínos representa 3,1% do PBAc seguida da produção de bovinos de corte com apenas 2,3%. O baixo consumo da carne de bovinos e suínos pelas famílias entrevistadas, possivelmente se deve, entre outros fatores, a impossibilidade de conservação do produto, uma vez que não existe eletricidade na maior parte das localidades da comunidade Kalunga. Assim, a maioria das famílias prefere vender esses animais e comprar os produtos necessários na cidade.

A estrutura da renda bruta das famílias é composta, além do autoconsumo, pelos rendimentos obtidos com atividades agropecuárias, aposentadorias, salários das esposas, programas sociais e outras rendas provenientes de atividades temporárias desenvolvidas fora da unidade familiar.

Analisando os itens que contribuem para a composição do rendimento bruto os que mais se destacam são o autoconsumo, a renda oriunda de aposentadorias e a renda proveniente dos salários das esposas. Considerando todo o universo pesquisado (n=18), o autoconsumo apresenta uma importante contribuição aos rendimentos totais das famílias com 27,1%. Em segundo lugar está a renda de aposentadorias que contribui com 25% da renda total, seguida pela renda proveniente dos salários das esposas (18,8%) que trabalham como professoras ou funcionárias públicas municipais ou estaduais, renda obtida com a venda de produtos agropecuários (15,9%), benefícios sociais do governo como bolsa família (6,8%) e renda obtida fora da propriedade (6,4%) em atividades como guia turístico, servente de pedreiro, entre outras (Figura 8).

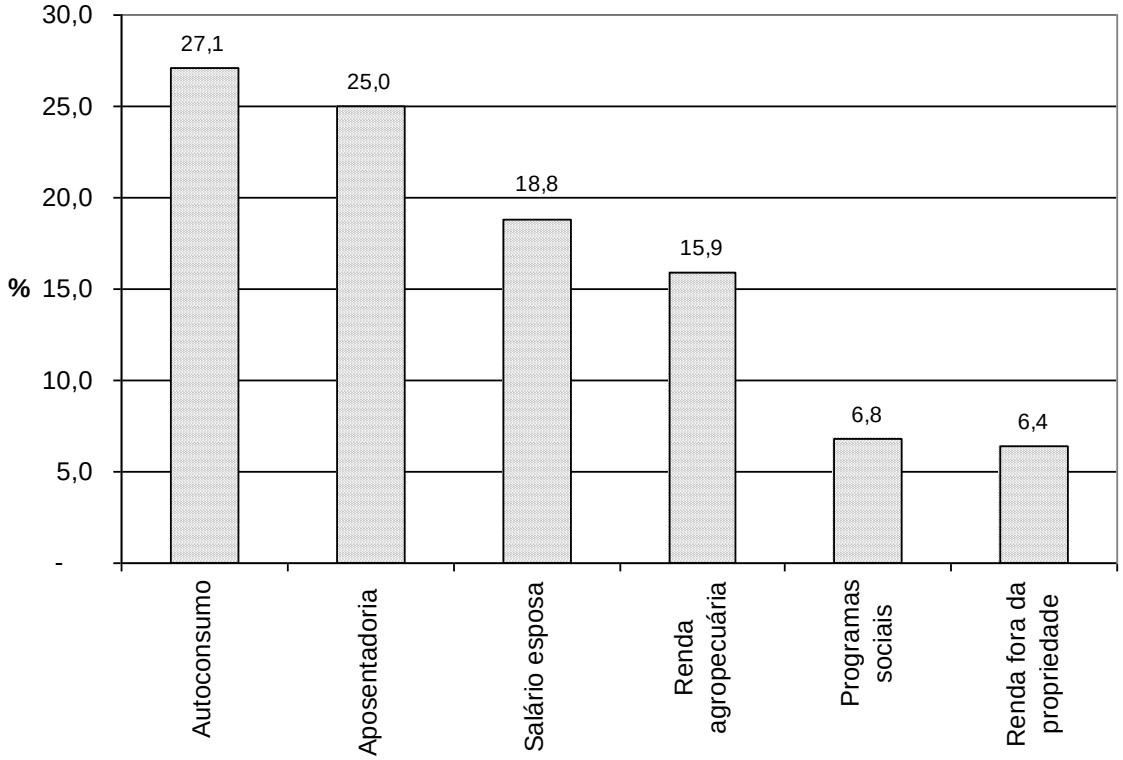

FIGURA 8 – Composição da renda bruta total das famílias da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, 2007/2008

A renda bruta média mensal por família foi de R$ 659,90, o que corresponde a 1,6 salários mínimos (SM) que na época da pesquisa era de R$ 415,00. O valor da menor renda foi de aproximadamente R$ 113,00 e o valor máximo de R$ 1.400,00. Considerando o número médio de pessoas por família igual a 3,7 a renda bruta *per capita* é de R$ 178,35 por mês.

Quando se observa a distribuição das famílias segundo estratos de renda expressos em salários mínimos, verifica-se que um terço dos produtores possui renda bruta mensal inferior a um SM, a mesma proporção apresenta rendimentos entre 1,1 e 1,5 SM e um terço possui renda superior a dois SM (Figura 9).

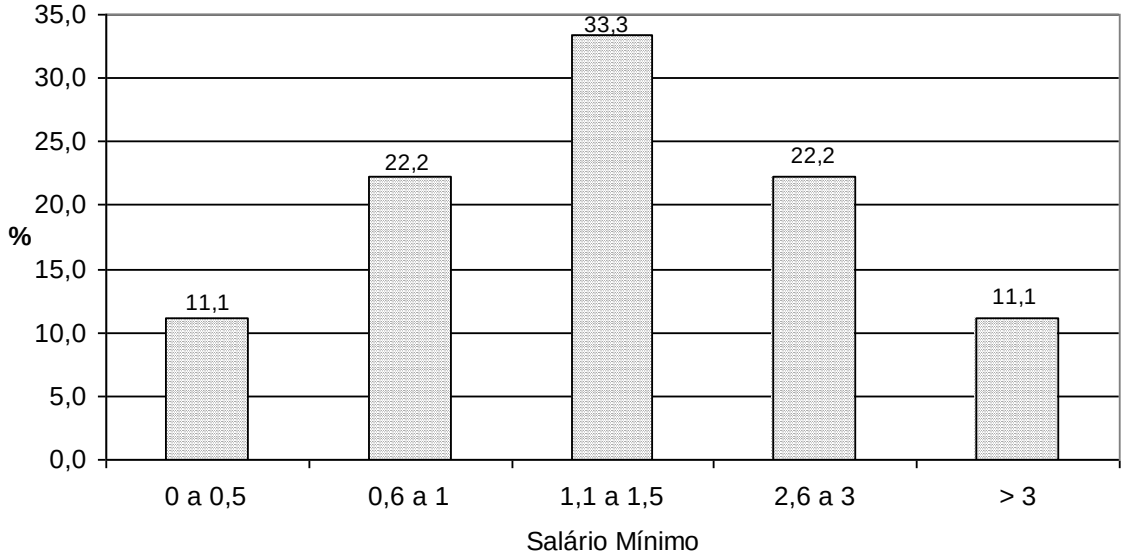

FIGURA 9 – Percentual de famílias da comunidade Kalunga de Cavalcante, GO, segundo estratos de renda média mensal (em salários mínimos), 2007/2008

3.3.1 Autoconsumo e composição da renda familiar em função da posse do gado Curraleiro

Como 50% dos entrevistados foram beneficiados pelo projeto Estabelecimento e Manutenção de Núcleos de Criação de Gado Curraleiro, optou-se por analisar separadamente as famílias que receberam (n=9) das que não receberam (n=9) os animais (Tabela 6).

Quando se analisa a idade média dos produtores, idade média das esposas, e número médio de residentes e de filhos, observa-se que os valores são muito próximos, e praticamente não existem diferenças entre os dois grupos (Tabela 6).

TABELA 6 – Idade e número médio de filhos e pessoas residentes das famílias entrevistadas na comunidade Kalunga de Cavalcante em função da posse do gado Curraleiro, 2007/2008

Discriminação	Receberam Curraleiro	Não receberam Curraleiro
Idade média dos produtores (anos)	48,4	47,3
Idade média das esposas (anos)	41,9	43,6
Número médio de residentes/família	3,3	4,0
Número médio de filhos/família	4,8	5,0

Em relação à composição da renda do grupo que possui gado Curraleiro, observa-se que item aposentadoria contribuiu com 28,5% do rendimento bruto total, seguido pelo salário das esposas (27,0 %), renda de autoconsumo (22,6%) e renda obtida com a venda de produtos agropecuários (14,6%). A renda bruta média mensal das famílias desse grupo é de aproximadamente R$673,00, o que corresponde a 1,6 salários mínimos e a renda bruta *per capita* é de cerca de R$ 202,00 por mês (Tabela 7).

TABELA 7 – Composição da renda bruta total das famílias entrevistadas na comunidade Kalunga de Cavalcante, em função da posse do gado Curraleiro, 2007/2008

	Receberam Curraleiro		Não receberam Curraleiro	
Discriminação	**Valor (R$)**	**%**	**Valor (R$)**	**%**
Autoconsumo	1.826,56	22,6	2.464,06	31,7
Renda agropecuária (vendas)	1.181,67	14,6	1.336,89	17,2
Aposentadoria	2.300,00	28,5	1.660,00	21,4
Salário esposa	2.176,00	27,0	800,00	10,3
Programas sociais	318,67	3,9	760,00	9,8
Renda fora da propriedade	269,44	3,3	744,44	9,6
Rendabruta/família/ano	**8.072,33**	**100,0**	**7.765,39**	**100,0**
Renda bruta/família/mês	**672,69**		**647,12**	
Renda bruta mínima/família/mês	**113,54**		**246,33**	
Renda bruta máxima/família/mês	**1.400,71**		**1.247,17**	
Renda bruta *per capita*/mês	**201,81**		**161,78**	

Para o grupo que não foi beneficiado pelo projeto, a renda de autoconsumo representa 32% do rendimento bruto total, seguida pela renda obtida com aposentadoria (21,4%), renda obtida com a venda de produtos agropecuários (17,2%) e salário das esposas (10,3%). Para esse grupo, a renda bruta média mensal é de R$ 647,00, o que corresponde a cerca de 1,5 salários mínimos e a renda bruta *per capita* mensal é de R$ 162,00 (Tabela 7).

Supõe-se, que no grupo beneficiado pelo projeto, a elevada participação da renda proveniente de aposentadoria e salário das esposas (55,5% da renda bruta total) proporciona certa estabilidade às famílias, o que pode ser verificado pela menor participação da renda de autoconsumo e de vendas de produtos agropecuários. Para o grupo que não recebeu gado Curraleiro, a contribuição da renda de aposentadorias e de salários das esposas na renda bruta das famílias é menor, o que possivelmente, estimula a intensificação da produção agropecuária, o que pode ser observado pelo valor percentual da renda de autoconsumo e da renda obtida com a venda de produtos agropecuários.

3.3.2 Autoconsumo e composição da renda familiar em função da presença de aposentados e esposas assalariadas

Em função da elevada participação das rendas de aposentadorias e de salários das esposas na renda bruta total, quando se considera o grupo como um todo, optou-se por analisar separadamente as famílias que não possuem esses rendimentos (grupo um, n=11) e aquelas que possuem (grupo dois, n=7). A idade média dos produtores e esposas do grupo um foi inferior aos valores do grupo dois, que apresenta média de 57,7 anos para os produtores e 53,7 anos para as esposas, respectivamente. O número médio de pessoas residentes por família no grupo um é maior que no grupo dois, já em relação ao número médio de filhos por família a situação se inverte, enquanto no grupo um a média é de 4,1 filhos por família para o grupo dois esse valor é de 6,1 (Tabela 8).

Esses dados indicam uma situação comum no meio rural brasileiro, os mais velhos possuem um número de filhos superior às famílias mais jovens, no entanto o número de residentes naqueles domicílios é menor uma vez que os filhos já casaram ou mudaram para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida.

TABELA 8 – Idade e número médio de filhos e pessoas residentes nas famílias entrevistadas na comunidade Kalunga de Cavalcante, segundo a existência ou não de aposentado e salário da esposa, 2007/2008

Discriminação	Grupo 1*	Grupo 2**
Idade média dos produtores (anos)	41,6	57,7
Idade média das esposas (anos)	34,3	53,7
Número médio de residentes/família	4,2	2,9
Número médio de filhos/família	4,1	6,1

* Grupo 1: famílias que não possuem aposentados ou mulheres assalariadas;
** Grupo 2: famílias que possuem aposentados ou mulheres assalariadas;

Considerando a composição da renda familiar do grupo um, o autoconsumo contribui com 53,1% dos rendimentos brutos totais. Em seguida aparece a renda obtida em atividades desenvolvidas fora da propriedade (17,3%), benefícios sociais (16,2%) e renda obtida com a venda de produtos agropecuários (13,4%). A renda bruta média mensal obtida pelas famílias desse grupo é de aproximadamente R$ 400,00, o que corresponde a menos de um salário mínimo. Considerando que o número médio de pessoas por família é igual a 4,2 a renda bruta *per capita* é de R$ 95,40 por mês (Tabela 9). Cabe ressaltar que foi considerado como renda de aposentadoria o benefício recebido pelo produtor e/ou esposa.

TABELA 9 – Composição da renda bruta total das famílias entrevistadas na comunidade Kalunga de Cavalcante, segundo a existência ou não de aposentado e salário da esposa, 2007/2008

	Grupo 1*		Grupo 2**	
Discriminação	**Valor (R$)**	**%**	**Valor (R$)**	**%**
Autoconsumo	2.552,23	53,1	1.505,86	11,8
Renda agropecuária (vendas)	646,09	13,4	2.222,86	17,4
Aposentadoria	-	-	5.091,43	39,8
Salário esposa	-	-	3.826,29	29,9
Programas sociais	780,00	16,2	161,14	1,3
Renda fora da propriedade	829,55	17,3	-	-
Renda bruta/família/ano	**4.807,86**	**100,0**	**12.807,57**	**100,0**
Renda bruta/família/mês	**400,66**	**-**	**1.067,30**	**-**
Renda bruta mínima/família/mês	**113,54**	**-**	**617,80**	**-**
Renda bruta máxima/família/mês	**1.061,38**	**-**	**1.400,71**	**-**
Renda bruta *per capita*/mês	**95,40**	**-**	**368,00**	**-**

* Grupo 1: famílias que não possuem aposentados ou mulheres assalariadas
** Grupo 2: famílias que possuem aposentados ou mulheres assalariadas

Em relação às famílias onde existem algum aposentado ou a esposa exerce trabalhos assalariados (grupo dois), a renda dessas atividades contribui com 39,8% e 29,8% respectivamente da renda bruta total familiar. Em seguida aparece a renda obtida com a venda de produtos agropecuários (17,4%), especialmente bezerros, a renda de autoconsumo (11,8%), e rendimentos obtidos com os benefícios sociais do governo (1,3%). A renda bruta média mensal é de R$ 1.067,30, o que corresponde a 2,6 salários mínimos e a renda bruta *per capita* é de R$ 368,00 por mês (Tabela 9).

Apesar da situação da comunidade Kalunga ser de extrema pobreza, pode-se observar que as famílias que possuem rendimentos oriundos de aposentadorias ou que a esposa exerce trabalho assalariado a renda bruta média mensal é maior que nas demais. A renda monetária obtida com tais atividades pode ser suficiente para garantir a reprodução familiar, o que possivelmente explicaria o fato desse grupo não possuir produtores que exercem atividades remuneradas fora da propriedade, além da idade mais avançada e limitações físicas dos membros da família.

Outro aspecto relacionado à presença de aposentados ou mulheres assalariadas é o autoconsumo. Verifica-se no grupo dois que a renda de autoconsumo é menor que a do grupo um. Essa situação possivelmente se deve ao fato dessas famílias, por possuírem renda monetária mais elevada, comprarem os alimentos na cidade ou dos vizinhos. Sobre esse assunto MENASCHE et al. (2008) observam que nas famílias rurais em que predominam pessoas idosas e que recebem aposentadoria é maior a freqüência de compra de alimentos, uma vez que já não os produzem mais. Além desse fator, a presença de aposentados ou mulheres assalariadas proporciona certa estabilidade às famílias conforme sugere GRISA (2007), o que estimula a redução da atividade agropecuária para autoconsumo, no entanto serve como financiamento das atividades agropecuárias destinadas ao comércio. Ou seja, por um lado os produtores passam a consumir mais bens produzidos fora da propriedade e por outro investem mais, especialmente na pecuária, com a compra de bezerros. Sobre esse aspecto DELGADO & CARDOSO JÚNIOR (2000) indicam que o benefício rural além de cumprir a função de seguro previdenciário, atende indiretamente uma função próxima de um seguro agrícola em função de sua regularidade, segurança e

liquidez monetária, ampliando assim as oportunidades e o potencial produtivo das unidades familiares.

Destacam-se ainda a importância dos recursos provenientes das aposentadorias para valorizar a posição dos idosos nas famílias da comunidade Kalunga e melhorar as condições de vida dessas pessoas. Conforme observam SCHWARZER (2000), NEDER (2004) e CALDAS & ANJOS (2004) os benefícios da previdência rural tendem a reduzir a pobreza rural e a concentração de renda, além de contribuir para a fixação dos agricultores aposentados no campo, que passam a ser mais valorizados na unidade familiar e conseqüentemente melhoram a auto-estima com o resgate da dignidade.

É importante ressaltar o papel das mulheres na reprodução familiar, que assumem uma tripla jornada de trabalho. Além das atividades domésticas, elas ajudam os maridos na lavoura e as que possuem maior nível de escolaridade, são professoras ou funcionárias públicas, contribuindo de maneira significativa na renda familiar. Esta situação, de acordo com BARBOSA (2006) é contrária a idealização do homem como chefe e provedor da família, onde a renda feminina é vista como mera ajuda na manutenção familiar. Na verdade, em alguns casos, a renda obtida com o trabalho da mulher na comunidade Kalunga é a garantia do sustento da família, especialmente na época seca do ano, e do financiamento das atividades agrícolas. Nesse sentido CAMARGO (2007) considera que a partir do momento que as mulheres rurais passaram a contribuir de maneira significativa com a renda familiar, conquistaram o direito de interferir expressivamente nas decisões da família, ou seja, a mulher sai do anonimato e passa a ser protagonista, o que é de grande importância para o desenvolvimento local.

Outro importante elemento na composição da renda familiar dos Kalunga, principalmente do grupo um, são os benefícios obtidos com os programas sociais de transferência de renda, como os programas Bolsa-Família e Salário-Maternidade do Governo Federal e Renda Cidadã e cestas básicas do Governo Estadual. Sobre esse aspecto VALENTE (2007) observa que as políticas públicas de segurança alimentar na comunidade Kalunga, tem provocado mudanças culturais na população, onde os cultivos tradicionais passaram a ter papel secundário ou foram abandonados, o que provocou uma mudança no

hábito alimentar das famílias, em razão das facilidades garantidas pelo acesso a produtos industrializados nas cestas básicas.

4 CONCLUSÕES

O conhecimento dos aspectos sociais e econômicos é essencial na manutenção da identidade da comunidade Kalunga e permite a elaboração e implementação de estratégias de desenvolvimento capazes de promover a sustentabilidade social e econômica da região. Uma parcela da população da comunidade Kalunga vive em condições de extrema pobreza e além da carência de serviços básicos e infraestrutura, como saneamento, postos de saúde, escolas e vias de acesso, enfrenta problemas relacionados à questão fundiária e conflitos com os fazendeiros da região.

As principais lavouras cultivadas pelas famílias são milho, mandioca, abóbora, arroz e feijão. Em relação a produção animal as famílias criam galinhas e suínos principalmente para o autoconsumo e bovinos que se destinam a produção de leite e carne e funcionam como uma reserva financeira das famílias a ser utilizada nos momentos de maior dificuldade.

A estrutura da renda bruta das famílias é composta, pela renda de autoconsumo, pelos rendimentos obtidos com atividades agropecuárias, aposentadorias, salários das esposas, programas sociais e outras rendas provenientes de atividades temporárias desenvolvidas fora da unidade familiar. A renda proveniente do autoconsumo, de aposentadorias e de atividades assalariadas das esposas são elementos importantes na composição da renda bruta das famílias, e as duas últimas têm proporcionado indiretamente o financiamento das atividades agropecuárias.

É imprescindível que os trabalhos desenvolvidos nesta comunidade levem em consideração estes problemas e a percepção que os moradores têm sobre a realidade em que vivem. As atividades econômicas a serem implantadas por meio dos programas de desenvolvimento valorizem a identidade e o saber local, bem como garantam sua participação na busca por melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

1. ANJOS, R. S. A.; CYPRIANO A. **Quilombolas**: tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006. 240p.

2. BAIOCCHI, M. de N. **Kalunga**: povo da terra. Goiânia: UFG, 2006. 132p.

3. BARBOSA, D. B. A.; BOTELHO FILHO, F. B.; DEL GROSSI, M. E. Avaliação da renda de autoconsumo como fator de subestimação da renda domiciliar: estudo de caso em São João d´Aliança, GO. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Org.). **O novo rural brasileiro**: rendas das famílias rurais. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004, v. 5, p. 401-444.

4. BARBOSA, V. de O. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, E. F.; MENASCHE, R.; HEREDIA, B. (Org.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. (NEAD Especial). Brasília: MDA/IICA, 2006. p. 35-64.

5. BARRETO, J. N. **Implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais**: o caso da comunidade quilombola kalunga. 2006. 107f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

6. BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. **Revista Brasileira de Sociologia e Economia Rural**, Rio de Janeiro, v. 43, n.2, p. 225-247, 2005.

7. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

8. BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 set. 2006.

9. BRASIL. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares. **Kalunga do Vão do Moleque**: uma comunidade amedrontada [on line], 2009. Disponível em http://www.palmares.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=2279. Acesso em 03 jun. 2009.

10. CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. dos. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto da previdência social na região missioneira gaúcha. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004.

11. CAMARGO, C. R. A mulher rural, protagonista no desenvolvimento rural sustentável de Cachoeira do Sul. In: WOORTMANN, E. F.; LOPES, A. L.; BUTTO,A.; MOLINA, C. (Org.). **Prêmio Margarida Alves**: II Coletânea sobre estudos rurais e gênero. (NEAD Especial, 4). Brasília: MDA, 2007. p. 108-121.

12. CRUZ, K. C. M. dos S.; VALENTE, A. L. E. F. A cachoeira do poço encantado: empreendimento familiar e presença Kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás. **Revista de Economia Rural**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 779-804, 2005.

13. DELGADO, G.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural Na região sul do Brasil**: projeto avaliação socioeconômica da previdência social rural. Brasília: IPEA, 63p. 2000, (Texto para Discussão, 734).

14. DOMBEK, L. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Produção de autoconsumo nos assentamentos rurais: um (bom) início para o desenvolvimento sustentável? In: WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO, 4., 2003, **Anais...** Campinas: FEAGRI, 2003. v. 1.

15. FIORAVANTI, M. C. S.; SERENO, J. R. B.; NEIVA, A. C. G. R.; ABUD, L. J.; LOBO, J. R.; ANDRADE, D. F.; CARDOSO, W. S.; MACHADO, J. R. L. Reintrodução do gado Curraleiro na comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: resultados parciais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE SAVANAS TROPICAIS, 2. e SIMPÓSIO NACIONAL DO

CERRADO, 9., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília : EMBRAPA, 2008. v. único. p. cd.

16. FURNAS. Ministério de Minas e Energia. Governo leva luz para comunidade de ex-escravos. **Linha Direta**: Revista de Furnas, Rio de Janeiro, n. 308, p. 6-7, 2004.

17. GALDINO, M.; STAMATO, B.; TASSI, M. E. Incentivo da utilização de produtos de plantas medicinais dos coletivos de mulheres do assentamento rural Pirituba II em animais de produção. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 380-383, 2007.

18. GAMA, E. V. S. ; PINTO, V. L.; SANTOS, R. A.; RAMOS, E. M.; BAIARDI, A.; MATA, J. da. O estado da arte dos sistemas de produção da agricultura familiar de Cabaceiras do Paraguaçu - BA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais eletrônicos**...[on line]. Fortaleza: SBSP, 2007. p. 1-14. Disponível em: http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/102.pdf. Acesso em: 19 mar. 2009.

19. GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 287f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

20. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

21. GRISA, C. **A produção “pro gasto”:** um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

22. GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 46, n.2, p. 481-515, 2008.

23. HURTIENNE, T. Análise socioeconômica dos sistemas de uso de terra por pequenos produtores agrários. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 2, p. 191-272, 2004.

24. KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. Eficácia e evolução dos indicadores socioeconômicos de famílias beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural: Projeto São José no Estado do Ceará. **Revista Brasileira de Sociologia e Economia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1037-1053, 2007.

25. KOURI, J.; FERNANDES, A. V.; LOPES FILHO, R. P.; SOUSA, W. P. de. **Estrutura de renda dos produtores da reserva extrativista do Rio Cajari, Amapá**. Macapá: Embrapa Amapá. 2002, 18p, (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento).

26. KURANAGA, A. A.; ALMEIDA, L. M. de M. C; FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: o “programa direto do campo” do município de Araraquara, Estado de São Paulo, como instrumento de desenvolvimento local. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 11, p. 55-68, 2007.

27. MASSAROTTO, N. P. **Diversidade e uso de plantas medicinais por comunidades quilombolas Kalunga e urbanas, no nordeste do Estado de Goiás-GO, Brasil**. 2009. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília.

28. MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas v. 21 (suplemento), p. 145-158, 2008.

29. MENEZES, A. J. E. A. de. **Análise econômica da “produção invisível” nos estabelecimentos agrícolas familiares no projeto de assentamento**

agroextrativista Praialta e Piranheira, município de Nova Ipixuna, Pará. 2002. 130f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia Oriental, Universidade Federal do Pará.

30. NEDER, H. D. Desenvolvimentos de metodologias estatísticas aplicadas aos dados das PNADs. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SLIVA, J. **O novo rural brasileiro**: rendas das famílias rurais. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2004. 495p.

31. NEIVA, A. C. G. R.; SERENO, J. R. B.; SANTOS, S. A.; FIORAVANTI, M. C. S. Caracterização socioeconômica e cultural da comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: dados preliminares. . In: SIMPÓSIO NACIONAL DO CERRADO, 9., SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008, Brasília. **Anais eletrônicos...** [CD ROM], Brasília: EMBRAPA, 2008.

32. PARÉ, M. L.; OLIVEIRA, L. P de.; VELLOSO, A. D. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da comunidade Kalunga do Engenho II (GO). **Caderno Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 215-232, 2007.

33. PINTO, E. de P. P.; AMOROZA, M. C. de M.; FURLAN, A. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de mata atlântica – Itacaré, BA, Brasil. **Acta Botânica Brasílica**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 751-762. 2006.

34. SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil**: evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. . Brasília: IPEA, 74p. 2000, (Texto para Discussão, 729).

35. SEPPIR. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Perfil das Comunidades Quilombolas**: Alcântara, Ivapurunduva e Kalunga. Instrumento Facilitador para o Agenciamento de Políticas Públicas. Secretaria

Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/Governo Federal – Programa Brasil Quilombola/FUBRA, 2004.

36. SOARES, M. V.; CHACON, S. F.; NODA, S. N.; NODA, H.; MENDONCA, M. A. F.; HIDALGO, A. F; MENDONCA, M. S. S.; SILVA, A. L.; RIBEIRO, W. G.; BRAGA, M. D. S. Sistema de produção e conservação tradicional das plantas medicinais por agricultores familiares nas localidades de Nova Aliança e Novo Paraíso no município de Benjamin Constant - AM. . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais eletrônicos**...[on line]. Fortaleza: SBSP, 2007. p. 1-9. Disponível em: http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/179.pdf. Acesso em: 18 mar. 2009.

37. TIBÚRCIO, B. A.; VALENTE, A. L E. F. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 497-519, 2007.

38. VALENTE, A. L. E. F Agricultura familiar e recorte racial: desafio teórico e sociopolítico no meio rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá, **Anais...**Cuiabá: SOBER, 2004. p. 1-10.

39. VALENTE, A. L. E. F. (In) Segurança alimentar em Território Kalunga. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...**Recife: SBS, 2007. p. 1-12.

CAPÍTULO 3

PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES SOBRE A CARNE DE CURRALEIRO E CARNE ORGÂNICA EM GOIÂNIA, PIRENÓPOLIS E NA REGIÃO DA CHAPADA DOS VEADEIROS, GOIÁS

RESUMO

Conhecer o comportamento do consumidor de carne bovina e quais fatores influenciam suas decisões de compra é essencial para empreendimentos do setor. Desta forma, objetivou-se com esse trabalho analisar a percepção do consumidor sobre a carne de Curraleiro e a carne orgânica e averiguar a disposição deste consumidor a pagar por esses produtos. A amostra foi composta de 108 entrevistas realizadas nas cidades de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros no Estado de Goiás. Os entrevistados foram abordados no interior dos estabelecimentos comerciais como açougues, casas de carne, restaurantes e churrascarias no mês de dezembro de 2008 e março e abril de 2009. De maneira geral, os consumidores entrevistados acham importante o consumo de carne orgânica e da carne de Curraleiro produzida em um sistema orgânico, em função dos benefícios à saúde das pessoas, ao meio ambiente e ao bem-estar animal. Os consumidores estão dispostos a pagar um sobrepreço pela carne de Curraleiro orgânica, especialmente em função dos seus atributos de qualidade como aroma, sabor e maciez. No entanto, é necessário que se façam trabalhos de promoção e divulgação do produto, envolvendo todos os elos da cadeia produtiva, no sentido de disponibilizar maiores informações ao consumidor que cada dia mais, busca qualidade como fator decisivo no processo de compra da carne.

Palavras-chave: carne bovina, comportamento do consumidor, Pé-Duro

CONSUMER PERCEPTION OF CURRALEIRO MEAT AND ORGANIC MEAT IN THE CITIES OF GOIÂNIA, PIRENÓPOLIS AND THE AREA OF CHAPADA DOS VEADEIROS IN THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT

Knowing the behavior of the beef consumer and what factors influence their purchasing decisions is essential for enterprises in the sector. This study was undertaken to analyze the consumer's perception of Curraleiro meat and organic meat as well as to discover their willingness to pay for these products. The sample consisted of 108 interviews carried out in the cities of Goiânia, Pirenópolis and in the Chapada dos Veadeiros located in the State of Goiás. The interviews were held in commercial establishments such as butcher shops, meat markets, restaurants and barbecue restaurants, in the months of December, 2008, March and April, 2009. Overall, the interviewed consumers considered the consumption of organic meat and Curraleiro meat produced in an organic system important, due its benefits to people's health, the environment and well-being of the animals. The consumers are willing to pay more for the organic Curraleiro meat, especially because of its quality attributes such as aroma, flavor and tenderness. However, promotion and advertising of the product, involving all the levels of the productive chain, are needed to provide further information to consumers who daily strive for quality as a decisive factor in the purchase of meat.

Key words: bovine meat, consumer behavior, Pé-Duro

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo passou por intensas transformações no âmbito político, econômico, social, tecnológico e cultural, gerando novas tendências de mercado e provocando significativas mudanças no perfil do consumidor de alimentos e no seu padrão de consumo (SOUKI et al., 2003). O consumidor passou a ter maior preocupação com a qualidade e origem dos alimentos, levando em consideração além dos aspectos intrínsecos ao produto, questões referentes à logística, sanidade e também aos impactos sociais e ambientais ocasionados pelo processo produtivo (SOUZA et al., 2008).

No caso da carne bovina, essa preocupação aumentou especialmente na Europa, em função da ocorrência da encefalopatia espongiforme bovina em 1996 no Reino Unido. Esse fato transformou o consumidor europeu em fiscalizador e defensor da qualidade da carne bovina (SAAB, 1999). Atualmente o consumidor deseja adquirir um produto alimentício de qualidade que garanta a sua segurança alimentar, com certas características que satisfaçam seus gostos e preferências, dentre os quais se destacam a estética, o valor nutricional, os aspectos ambientais e sociais, entre outros. Por outro lado o produtor busca diferenciar seu produto no mercado e ganhar a confiança do consumidor (VELHO et al., 2009).

Nesse sentido, o crescimento da demanda por alimentos orgânicos é uma tendência mundial e tem reflexos diretos no Brasil. A procura por alimentos livres de contaminações por substâncias tóxicas e que não causem nenhum tipo de dano à saúde humana e animal, tem gerado novas oportunidades de negócios em diversos segmentos agropecuários no país e pode ser uma alternativa de renda para os pequenos produtores. Como a demanda por esses produtos é superior a oferta, o mercado se mostra atrativo para o produtor com itens de alto valor agregado e com potencial de crescimento (CARRIJO & ROCHA, 2002; BUAINAIN & BATALHA, 2007).

Em relação à carne bovina, BRISOLA & CASTRO (2006) ressaltam a importância dos métodos de produção e processos utilizados no transporte do produto. Segundo os autores nos últimos anos ações como a implantação e o acompanhamento de programas de rastreabilidade e de certificação de origem e

de produtos orgânicos têm sido bastante debatidas, em função dos riscos à saúde humana de práticas inadequadas como, por exemplo, o não uso de vacinas que previnem doenças transmissíveis aos seres humanos, a utilização de substâncias promotoras de crescimento, o uso de substâncias cancerígenas na alimentação animal e métodos indevidos no abate dos animais.

A certificação de produtos orgânicos estabelece uma relação de confiança no mercado, uma vez que o produto certificado atenderá as exigências do consumidor levando em consideração aspectos econômicos, sociais e culturais. A certificação além de uma ferramenta de comercialização é também um instrumento de ética e pode ser considerada como uma resposta moderna as relações de oferta e demanda da cadeia produtiva de carne bovina (PONS, 2001).

Em relação à produção de carne bovina orgânica, SANTOS et al. (2002) consideram que esses sistemas devem ter como base uma visão holística, inseridos em princípios de agroecossistemas sustentáveis, cujo enfoque engloba, especialmente, os componentes ambientais e sociais. O objetivo desse tipo de sistema é alcançar uma produção que mantenha o equilíbrio ecológico dos agroecossistemas e que satisfaça direta ou indiretamente as necessidades humanas.

As diretrizes básicas para produção de carne orgânica no Brasil incluem dentre outros fatores: evitar prejuízos ambientais, assegurando a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, do ar e da água; assegurar condições de rastreabilidade do produto; utilizar raças adaptadas às condições básicas locais; proporcionar aos animais áreas de exercícios ou pastagens naturais e fornecer aos animais alimentos obtidos de acordo com as regras da agricultura orgânica (DOMINGOS, 2005).

Nesse contexto, destaca-se a importância dos bovinos de raças locais, nos sistemas orgânicos ou agroecológicos de produção. Os animais da raça Curraleiro ou Pé-Duro são adaptados às condições adversas do Cerrado e apresentam características, como rusticidade e maior resistência a algumas doenças e parasitos, o que reduz a utilização de insumos químicos. Além disso, por ser de origem européia (*Bos taurus*) a carne desses animais é saborosa, macia e com baixo teor de gordura, o que pode ser utilizado como um diferencial

para agregar valor ao produto e atender as exigências de certos nichos de mercado (CARVALHO, 1997; FIORAVANTI et al., 2008).

No entanto, apenas a melhoria nos processos produtivos de carne bovina não é suficiente para garantir a competitividade das empresas que atuam no setor. É necessária uma mudança na postura de todos os agentes da cadeia produtiva, frente aos desafios impostos por um mercado cada vez mais competitivo, onde o atendimento às necessidades e preferências dos consumidores se tornou imperativo para a sobrevivência e expansão das organizações integrantes dessa cadeia produtiva (SOUKI et al., 2003).

O comportamento e as decisões de compra dos consumidores são influenciados diretamente pela renda, idade, sexo, escolaridade, cultura, entre outros. O conhecimento dessas características e dos desejos dos consumidores de carne bovina é essencial para o sucesso dos empreendimentos do setor, uma vez que possibilitará aos diferentes elos da cadeia produtiva adotar estratégias de marketing que satisfaçam as expectativas específicas de seu principal alvo: o consumidor (BARCELLOS, 2002; MAZZUCHETTI & BATALHA, 2004).

O objetivo desse estudo foi analisar a percepção do consumidor sobre a carne de Curraleiro e a carne orgânica, e o quanto este consumidor está disposto a pagar pelos produtos, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás. Embora a carne do gado Curraleiro ainda não esteja sendo comercializada de maneira diferenciada nestes centros urbanos, a partir dos resultados da pesquisa, pode-se mostrar o real interesse do consumidor pelo produto, bem como servir de base para futuros trabalhos de introdução do produto no mercado.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado nas cidades de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros no Estado de Goiás, com aplicação de questionários semi-estruturados (Anexo III), com perguntas abertas e fechadas (GIL, 1999), nos meses de dezembro de 2008 e março e abril de 2009.

No questionário foram abordadas questões relativas ao perfil do consumidor (sexo, idade, escolaridade, profissão e nível de renda) local de compra da carne, tipo de carne preferida, quantidade consumida, conhecimento sobre a carne de Curraleiro e carne orgânica e o quanto estaria disposto a pagar por esses produtos.

As entrevistas foram realizadas apenas com pessoas maiores de 18 anos, abordadas aleatoriamente no interior dos estabelecimentos comerciais como casas de carne, açougues, restaurantes e churrascarias, totalizando 108 entrevistas, das quais 52 foram em Goiânia, 34 em Pirenópolis e 22 na região da Chapada dos Veadeiros. A análise de freqüência dos dados foi realizada por meio do PROC FREQ do SAS® (SAS, 2001).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Perfil dos consumidores

Do total de pessoas entrevistadas, 60,2% foram do sexo masculino e 39,8% do sexo feminino. Esses dados são semelhantes aos resultados encontrados por ABICHT (2009) e BRANDÃO (2009) ao analisarem os hábitos de consumidores de carne bovina, onde as amostras também eram caracterizadas pela maioria de homens com 63,1% e 58,3%, respectivamente. A faixa etária predominante entre os entrevistados foi de até 50 anos (61,1%). Com relação ao nível de escolaridade, a maior parte dos entrevistados (38%) concluiu o ensino superior (Tabela 1).

Em relação à atividade principal dos entrevistados, 47,2% são profissionais autônomos, 28,7% profissionais liberais e 24,2% estão divididos em aposentados, estudantes, donas-de-casa, funcionários públicos e produtores rurais. Considerando a renda mensal, a maioria dos entrevistados (40,7%) possui rendimento familiar entre 4 e 10 salários mínimos, 29,6% tem ganhos de até três salários mínimos, 28,7% acima de 10 salários e 0,9% dos entrevistados se negou a responder esse questionamento (Tabela 1).

TABELA 1 – Perfil dos consumidores de carne nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009

Variável	%
Idade	
Até 30 anos	16,7
31-40 anos	21,3
41-50 anos	23,1
51-60 anos	23,1
Acima de 60 anos	14,8
Não respondeu	0,9
Total	**100,0**
Escolaridade	
Sem escolaridade	1,9
Ensino fundamental incompleto	10,2
Ensino fundamental completo	4,6
Ensino médio incompleto	5,6
Ensino médio completo	24,1
Superior incompleto	15,7
Superior completo	38,0
Total	**100,0**
Profissão	
Aposentado	4,6
Dona de casa	5,6
Estudante	5,6
Funcionário público	5,6
Produtor rural	2,8
Profissional autônomo	47,2
Profissional liberal	28,7
Total	**100,0**
Renda mensal	
Até 3 salários mínimos	29,6
4 a 10 salários mínimos	40,7
Acima de 10 salários mínimos	28,7
Não respondeu	0,9
Total	**100,0**

3.2 Hábitos de consumo

3.2.1 Hábitos de consumo em função da renda

O consumo semanal de carne bovina por domicílio é maior na faixa de renda mais alta com uma média de 3,5kg. Para as faixas de renda intermediária e mais baixa esse valor foi de 2,5kg e 2,2kg, respectivamente (Tabela 2). Resultados similares foram encontrados por ROCHA et al. (2006) estudando o mercado de carne na cidade de Corumbá-MS, onde o consumo médio por

semana foi de 1,8kg a 2,1kg na faixa de renda mais baixa. Já BRISOLA & CASTRO (2006), analisando o consumo de carne bovina no Distrito Federal, relatam que a maior parte da população estudada consome em média três kg de carne por semana.

TABELA 2 – Hábitos dos consumidores de carne, em função da renda familiar mensal, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009

	Renda familiar mensal (%)		
Variável	**até 3 SM***	**4 a 10 SM***	**acima de 10 SM***
Quantidade consumida			
Carne bovina (kg/domicílio/semana)	2,2	2,5	3,5
Tipo de carne preferida			
Bovina	62,5	86,4	90,3
Frango	18,8	9,1	9,7
Peixe	9,4	2,3	-
Suína	9,4	2,3	-
Total	*100,0*	*100,0*	*100,0*
Local de compra			
Açougue	46,9	52,3	38,7
Supermercado	34,4	38,6	35,5
Açougue ou supermercado	12,5	6,8	25,8
Outros	6,3	2,3	-
Total	*100,0*	*100,0*	*100,0*

*SM: salário mínimo

Verifica-se que a carne bovina é a mais consumida em todas as faixas de rendas seguida pela carne de frango. BRISOLA & CASTRO (2006) ressaltam que a carne bovina possui uma demanda-preço inelástica no curto prazo e elástica no longo prazo, ou seja, dada uma alteração no preço do produto, os consumidores demoram certo tempo para rearranjar sua cesta de consumo. Nesse sentido SILVA et al. (2007) observam que mesmo a carne bovina sendo a preferida dos brasileiros, com um consumo per capita anual de 32,5kg em 2005, nos últimos tem perdido mercado para produtos substitutos principalmente o frango.

A renda do consumidor, o preço dos produtos, preço dos bens substitutos e complementares são fatores importantes que influenciam a demanda de carne, no entanto MAZZUCHETTI & BATALHA (2004) destacam que apesar desses fatores serem decisivos no processo de tomada de decisão dos

consumidores, cada dia mais perdem espaço para os não econômicos como: efeito saúde, segurança alimentar, conveniência, qualidade e palatabilidade.

O açougue é o local de compra da carne preferido pelos consumidores das três faixas de renda, seguido pelo supermercado (Tabela 2). Essa situação possivelmente se deve ao fato de uma parte da pesquisa ter sido realizada em cidades pequenas onde o número de açougues é maior que o de supermercados. MAZUCHETTI & BATALHA (2004) sugerem que as diferenças entre os hábitos dos consumidores de carne em pequenas e grandes cidades, se devem, especialmente a conveniência proporcionada pela aparência do local de venda e pelas ofertas no preço da carne. Apesar dos açougues do interior não investirem na aparência do local de venda, oferecem prazo para pagamento e atendimento personalizado, o que faz com que os consumidores da classe de renda mais baixa prefiram este tipo de estabelecimento. BUSO (2000) relata que na cidade de São Paulo, apesar de ser um grande centro urbano, os pontos de compra de carne preferido pelos consumidores da classe de renda mais baixa são os açougues seguidos por supermercados e hipermercados. No entanto, BRISOLA & CASTRO (2006) argumentam que em função das exigências dos consumidores, os pontos de compra de carne bovina no Brasil têm passado por modificações nos últimos anos, com o crescimento de casas especializadas e boutiques de carne e os açougues sendo deixados em segundo plano.

Destaca-se que nas duas faixas de renda mais baixas alguns consumidores costumam comprar carne em outros locais como feiras livres ou diretamente do produtor rural em fazendas. Sobre esse assunto, BRISOLA & CASTRO (2006) observam que nos últimos anos ocorreu uma redução na compra de carne em feiras livres, onde os produtos ficam expostos ao ar livre, sem controle térmico ou acondicionados de maneira inadequada, o que pode comprometer a qualidade do produto e a saúde do consumidor.

3.2.2 Hábitos de consumo em função do sexo

A carne bovina é o tipo preferido tanto pelos homens (83,1%) quanto pelas mulheres (74,4%), seguido pelas carnes de frango, peixe e suínos (Tabela 3). Resultados semelhantes foram encontrados por VELHO et al (2009) ao

analisar o perfil dos consumidores de carne, onde 81% dos homens e 60,4% das mulheres preferem a carne bovina, seguida pela carne de aves.

TABELA 3 - Hábitos dos consumidores de carne, em função do sexo dos entrevistados, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009

	Masculino	Feminino
Variável	**%**	**%**
Tipo de carne preferida		
Bovina	83,1	74,4
Frango	7,7	20,9
Peixe	4,6	2,3
Suína	4,6	2,3
Total	*100,0*	*100,0*
Local de compra		
Açougue	47,7	44,2
Supermercado	29,2	48,8
Açougue ou supermercado	20,0	4,7
Outros	3,1	2,3
Total	*100,0*	*100,0*

A maioria dos homens (47,7%) realiza as compras no açougue, enquanto as mulheres (48,8%) preferem comprar no supermercado (TABELA 3). Resultados similares foram encontrados por BARCELLOS (2002) ao analisar o processo decisório de compra de carne bovina para churrasco na cidade de Porto Alegre-RS, onde 43,6% das mulheres fazem as compras no supermercado enquanto os 42,1% dos homens preferem comprar carne no açougue.

3.2.3 Hábitos de consumo em função do nível de escolaridade

Para facilitar a análise dos dados em função do nível de escolaridade, os consumidores foram agrupados da seguinte forma:

- Grupo 1: não possuem escolaridade;
- Grupo 2: possuem ensino fundamental incompleto ou completo;
- Grupo 3: possuem ensino médio incompleto ou completo;
- Grupo 4: possuem ensino superior incompleto ou completo.

O grupo 2 apresentou o maior consumo de carne bovina por domicílio, com uma média de 3,5 kg por semana (Tabela 4). A carne bovina é o tipo

preferido em todos os grupos analisados, com exceção do grupo 1, onde a preferência por carne de frango e bovina apresentaram o mesmo valor (50%).

TABELA 4 – Hábitos dos consumidores de carne, em função do nível de escolaridade, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009

	Nível de escolaridade			
Variável	**Grupo 1***	**Grupo 2***	**Grupo 3***	**Grupo 4***
Quantidade consumida				
Carne bovina (kg/domicílio/semana)	1,7	3,5	2,2	2,8
Tipo de carne preferida				
Bovina	50,0	81,3	59,4	91,4
Frango	50,0	6,2	25,0	6,9
Peixe	-	6,2	6,2	1,7
Suína	-	6,2	9,4	
Total	*100,0*	*100,0*	*100,0*	100,0
Local de compra				
Açougue	50,0	68,7	46,8	39,7
Supermercado	50,0	18,8	34,4	43,1
Açougue ou supermercado		12,5	12,5	15,5
Outros			6,3	1,7
Total	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*

* Grupo 1: sem escolaridade;
Grupo 2: ensino fundamental incompleto ou completo;
Grupo 3: ensino médio incompleto ou completo;
Grupo 4: ensino superior incompleto ou completo.

O açougue foi o local de compra preferido pelos consumidores dos grupos dois e três, seguido pelo supermercado. No grupo um o açougue e o supermercado apresentaram o mesmo valor (50% cada). O grupo quatro, onde se tem os consumidores com maior nível de escolaridade, o local de compra preferido foi o supermercado (43,1%), seguido pelo açougue (39,7%).

3.3 Percepção do consumidor sobre a carne de Curraleiro e a carne bovina orgânica

Analisando a percepção do consumidor sobre a carne bovina orgânica, do total de entrevistados (108), 48% já ouviram falar do produto, principalmente nos meios de comunicação como televisão e apenas 2,8% já consumiram esse tipo de carne alguma vez. Quanto à importância desse tipo de

produção, 87% consideram relevante, principalmente devido a questões ligadas a saúde humana, ao meio ambiente e ao bem-estar animal. Dos que não acham importante, os principais motivos se devem à descrença dos consumidores em relação à garantia dos sistemas de produção orgânico e das empresas certificadoras, ao elevado preço dos produtos orgânicos de maneira geral e a oferta insuficiente para atender o mercado. RAMOS FILHO (2006), observa que a falta de oferta, o preço elevado, a falta de informações e de divulgação para o consumidor sobre os benefícios da carne orgânica, podem ser limitantes nesse mercado, sendo necessária a regulamentação desses fatores para o consumidor passar a consumir a carne orgânica periodicamente.

Em relação à carne de Curraleiro, 61,1% dos entrevistados já ouviram falar no produto e 94,4% comprariam a carne de Curraleiro produzida em um sistema orgânico, sendo que desse total 84% estariam dispostos a pagar mais pelo produto.

3.3.1 Percepção do consumidor em função da renda

Os consumidores da faixa de renda mais alta são os que possuem maior conhecimento sobre a produção de carne bovina orgânica (64,5%), bem como o maior numero de pessoas que já consumiu esse produto. Em relação a importância atribuída a esse sistema de produção, os consumidores das faixas de renda intermediária e mais baixa apresentaram valores superiores à classe de renda mais alta (Tabela 5).

TABELA 5 – Percepção dos consumidores sobre a carne de gado Curraleiro e carne orgânica, em função da renda familiar mensal, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009

	Renda familiar mensal					
	até 3 SM*		**4 a 10 SM***		**acima de 10 SM***	
Variável/Resposta (%)	**Sim**	**Não**	**Sim**	**Não**	**Sim**	**Não**
Carne orgânica						
Já ouviu falar	40,6	59,4	40,9	59,1	64,5	35,5
Já consumiu	0,0	100,0	2,3	97,7	6,5	93,5
Acha importante	90,6	9,4	95,5	4,5	71,0	29,0
Carne de Curraleiro						
Já ouviu falar	68,8	31,2	54,5	45,5	64,5	35,5
Compraria carne de Curraleiro orgânica	87,5	12,5	97,7	2,3	96,8	3,2
Pagaria mais	68,8	31,2	84,1	15,9	83,9	16,1

*SM: salário mínimo

Com relação à carne de Curraleiro, 68,8% dos consumidores da faixa de renda mais baixa já ouviram falar no produto, enquanto esse valor foi de 54,5% para a classe intermediária e de 64,5% para a faixa mais alta. Considerando a produção de carne de Curraleiro orgânica, observa-se que 87,5% dos consumidores com renda de até três salários mínimos estão dispostos a comprar o produto, sendo que para as faixas de renda de quatro a 10 e superior a 10 salários mínimos esse valor foi de 97,7% e 96,8%, respectivamente. Do total de consumidores da faixa de renda mais baixa, 68,8% estariam dispostos a pagar mais pela carne de Curraleiro orgânica, sendo que para as faixas de renda intermediária e mais alta esse valor foi de 84,1% e 83,9%, respectivamente (Tabela 4). Ou seja, à medida que se eleva o nível de renda das pessoas, aumenta o interesse pela carne de Curraleiro orgânica, bem como a predisposição a pagar mais pelo produto.

De acordo com a FIGURA 1, observa-se que a maioria dos consumidores das três classes de renda que estão dispostos a comprar a carne de Curraleiro orgânica, pagaria entre 11 e 20% a mais pelo produto. Cerca de 7% dos entrevistados da classe de renda de até três salários mínimos afirmaram que comprariam o produto independentemente do preço, para a faixa de renda entre quatro e 10 salários mínimos esse valor foi de 2% e para a faixa de renda acima de 10 salários mínimos 3%.

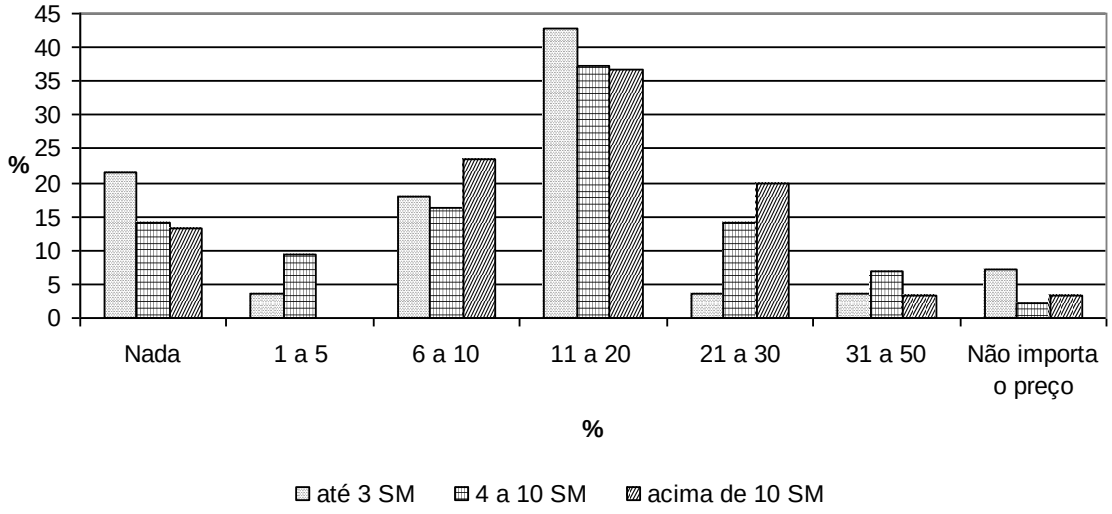

FIGURA 1 – Valor percentual que os consumidores estão dispostos a pagar a mais pela carne de Curraleiro orgânica, em função da renda familiar mensal, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009

O comportamento destes consumidores, possivelmente se deve ao conhecimento prévio dos atributos de qualidade da carne do Curraleiro, como aroma, sabor e maciez, que aliados aos benefícios do sistema orgânico, os levam a considerar a qualidade do produto em detrimento do preço, como fator primordial no processo de tomada de decisão da compra da carne.

3.3.2 Percepção do consumidor em função do sexo

Considerando o conhecimento dos consumidores em relação a carne orgânica, observa-se que 15,4% dos homens e apenas 4,7% das mulheres já ouviu falar nesse tipo de produto. O percentual de entrevistados que já consumiu carne orgânica é muito baixo, tanto para o sexo masculino (3,1%), quanto para o sexo feminino (2,3%). No entanto, 69,2% dos homens e 88,4% das mulheres consideram importante o consumo desse tipo de produto (Tabela 6).

TABELA 6 - Percepção dos consumidores sobre a carne de gado Curraleiro e carne orgânica, em função do sexo dos entrevistados, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009

	Masculino		**Feminino**	
Variável/Resposta (%)	**Sim**	**Não**	**Sim**	**Não**
Carne orgânica				
Já ouviu falar	15,4	84,6	4,7	95,3
Já consumiu	3,1	96,9	2,3	97,7
Acha importante	69,2	30,8	88,4	11,6
Carne de Curraleiro				
Já ouviu falar	72,3	27,7	44,2	55,8
Compraria carne de Curraleiro orgânica	92,3	7,7	90,7	9,3
Pagaria mais	84,6	15,4	86,0	14,0

A carne de Curraleiro é conhecida por 72,3% dos homens e por 44,2% das mulheres entrevistadas. De maneira geral tanto homens quanto mulheres estão dispostos a comprar a carne de Curraleiro orgânica e a pagar mais pela qualidade do produto (Tabela 6).

De acordo com a Figura 2 verifica-se que 39,3% dos homens e 36,6% das mulheres estão predispostos a pagar entre 11% e 20% a mais pela carne de Curraleiro orgânica e 7,3% das mulheres e 3,3% dos homens afirmaram que independente do preço comprariam o produto. Nesse sentido, BARCELLOS (2002) relata que as mulheres estão mais dispostas que os homens, a pagar um

sobrepreço por uma carne de melhor qualidade, como uma carne orgânica, carne magra ou carne light. Já VELHO et al. (2009) analisando a disposição do consumidor porto-alegrense a pagar mais pela carne bovina com certificação, sugerem que tanto homens quanto mulheres estão dispostos a pagar mais por um produto certificado, o que comprova que para esse tipo de consumidor, o item de maior importância é a qualidade do produto.

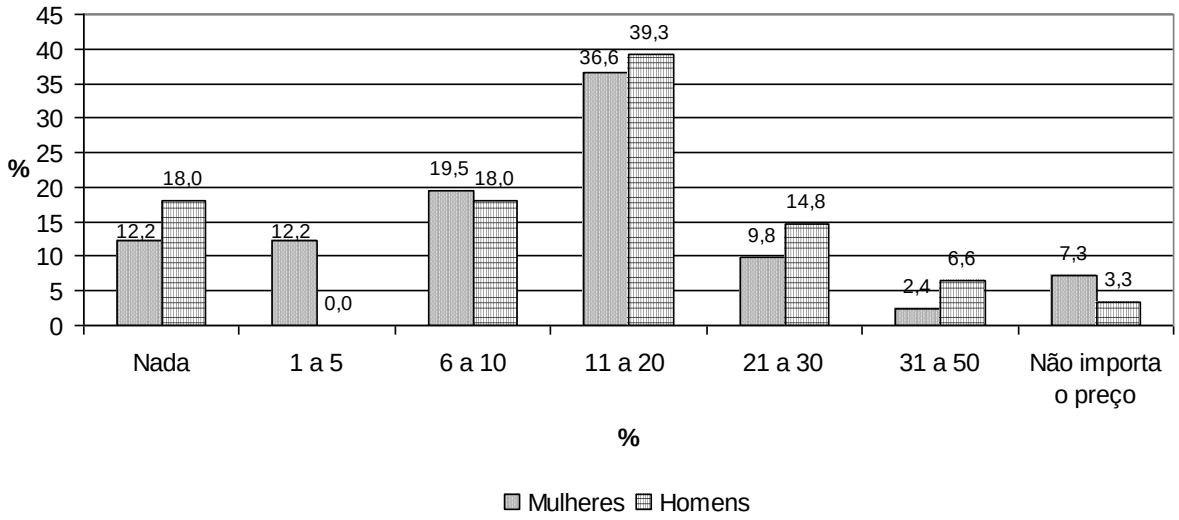

FIGURA 2 – Valor percentual que os consumidores estão dispostos a pagar a mais pela carne de Curraleiro orgânico, de acordo com o sexo dos entrevistados, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009

Considerando o total de entrevistados e dispostos a comprar a carne de Curraleiro orgânico, 18% dos homens e 12,2% das mulheres, não pagariam mais pelo produto, pois alegam que a carne já é comercializada por um valor muito alto e que um sobrepreço no produto os levaria a continuar consumindo a carne produzida pelo sistema tradicional (Figura 2).

3.3.3 Percepção do consumidor em função do nível de escolaridade

Os consumidores com maior nível de escolaridade (grupo quatro) são os que apresentam maior conhecimento sobre a carne orgânica, assim como os únicos que já consumiram esse tipo de produto (Tabela 7). Em relação à importância atribuída ao consumo desse tipo de produto, os valores do grupo 2 (93,8%) são superiores aos demais grupos.

TABELA 7 - Percepção dos consumidores sobre a carne de gado Curraleiro e carne orgânica, em função do nível de escolaridade, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009

	Grupo 1*		Grupo 2*		Grupo 3*		Grupo 4*	
Variável/Resposta (%)	**Sim**	**Não**	**Sim**	**Não**	**Sim**	**Não**	**Sim**	**Não**
Carne orgânica								
Já ouviu falar	0,0	100,0	37,5	62,5	46,9	53,1	53,5	46,5
Já consumiu	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	5,2	94,8
Acha importante	50,0	50,0	93,8	6,2	90,6	9,4	84,5	15,5
Carne de Curraleiro								
Já ouviu falar	100,0	0,0	87,5	12,5	59,4	40,6	53,5	46,5
Compraria carne de Curraleiro orgânica	50,0	50,0	93,8	6,2	90,6	9,4	98,3	1,7
Pagaria mais	50,0	50,0	62,5	37,5	84,4	15,6	82,8	17,2

* Grupo 1: sem escolaridade;
Grupo 2: ensino fundamental incompleto ou completo;
Grupo 3: ensino médio incompleto ou completo;
Grupo 4: ensino superior incompleto ou completo.

Considerando o conhecimento do consumidor sobre a carne de Curraleiro, 100% dos entrevistados do grupo um já ouviram falar do produto. Nos grupos dois, três e quatro, esse valor foi de 87,5%, 59,4% e 53,5%, respectivamente (Tabela 7). Em relação carne de Curraleiro produzida em um sistema orgânico, 98,3% dos consumidores do grupo com maior nível de escolaridade (grupo quatro) estão dispostos a comprar o produto, sendo que para os grupos um, dois e três esse valor foi de 50%, 93,8% e 90%, respectivamente. Do total de entrevistados do grupo três, 84,4% estão dispostos a pagar mais pela carne de Curraleiro orgânica.

A maior parte dos consumidores dos grupos dois, três e quatro que estão dispostos a comprar a carne de Curraleiro orgânica, pagaria entre 11% e 20% a mais pelo produto (Figura 3). Observa-se que todos os consumidores do grupo um estão dispostos a pagar entre 21% e 30% a mais pelo produto, no entanto, é importante ressaltar que este grupo foi composto por apenas dois consumidores.

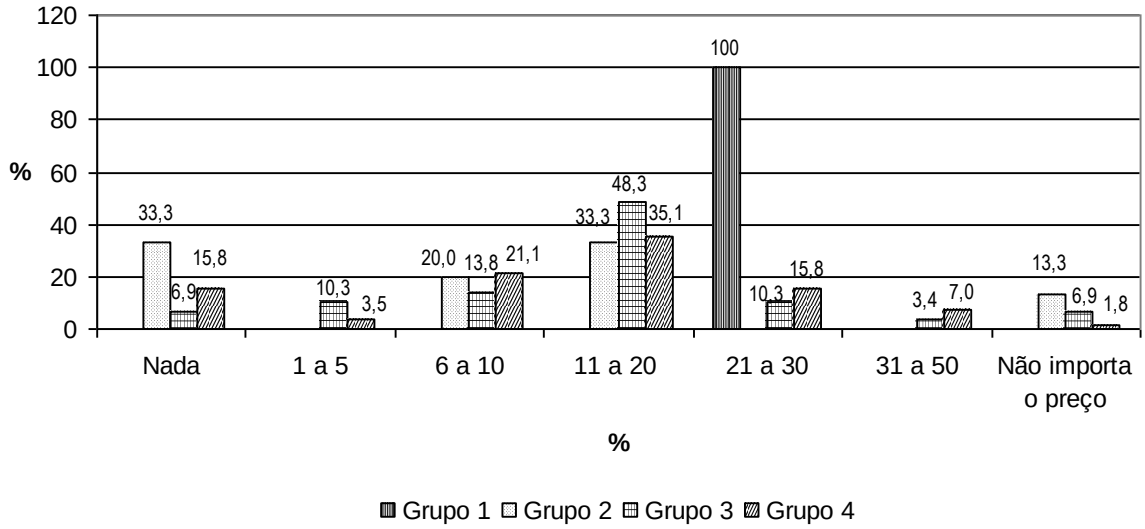

FIGURA 3 – Valor percentual que os consumidores estão dispostos a pagar a mais pela carne de Curraleiro orgânico, de acordo com o nível de escolaridade dos entrevistados, nos municípios de Goiânia, Pirenópolis e na região da Chapada dos Veadeiros, Goiás, 2008/2009

4 CONCLUSÕES

De maneira geral, os consumidores entrevistados acham importante o consumo de carne orgânica e da carne de Curraleiro produzida em um sistema orgânico, em função dos benefícios à saúde das pessoas, ao meio ambiente e ao bem-estar animal. Os consumidores estão dispostos a pagar um sobrepreço pela carne de Curraleiro orgânica, especialmente em função dos seus atributos de qualidade como aroma, sabor e maciez. Apesar da carne de Curraleiro ainda não estar sendo comercializada de maneira diferenciada nos centros urbanos pesquisados, espera-se que os resultados encontrados na pesquisa, possam servir de base para futuros trabalhos de introdução do produto no mercado. No entanto, é necessário que se façam trabalhos de promoção e divulgação da carne de Curraleiro, envolvendo todos os elos da cadeia produtiva, no sentido de disponibilizar maiores informações ao consumidor que cada dia mais, busca qualidade como fator decisivo no processo de compra da carne.

REFERÊNCIAS

1. ABICHT, A. de M. **Percepções dos consumidores locais sobre a carne bovina certificada e rastreada**. 2009. 87f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

2. BARCELLOS, M. D. **Processo decisório de compra de carne bovina na cidade de Porto Alegre**. 2002. 169f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

3. BRANDÃO, F. S. **Percepções do consumidor de carne com indicações geográficas**. 2009. 75f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

4. BRISOLA, M. V.; CASTRO, A. M. G. de. O consumidor de carne bovina do Distrito Federal: quanto paga e que atributos de valor o fariam pagar mais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 95-125, 2006.

5. BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Brasília: IICA/MAPA/SPA. 2007, v.5, 110p. (Agronegócios).

6. BUSO, G. **Análise do perfil do consumidor de carne bovina na cidade de São Paulo**. 2000. 159f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia da Produção Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

7. CARRIJO, M. C. G. R.; ROCHA, H.J. Carne orgânica: novos rumos para a Pecuária de corte. In: **Conferência Virtual Global sobre Produção Orgânica de Bovinos de Corte**, 1. Corumbá: Embrapa Pantanal/UNC. 2002.

8. CARVALHO, J. H. de. **Potencial econômico do bovino Pé-Duro**. n. 26, 1997, p.1-3, Embrapa Meio Norte. Teresina (Documentos).

9. DOMINGOS, I. T. **Cenário atual da pecuária bovina de corte orgânica certificada na Bacia do Alto Paraguai (BAP) – Brasil**. Brasília: WWF, 2005, v. 11. 34p.

10. FIORAVANTI, M. C. S.; SERENO, J. R. B.; NEIVA, A. C. G. R.; ABUD, L. J.; LOBO, J. R.; FRANCESCANTÔNIO, D. D.; CARDOSO, W. da S.; SILVA, F. X. da.; MACHADO, J. R. de L. Reintrodução do gado Curraleiro na comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: resultados parciais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DO CERRADO, 9., SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008, Brasília. **Anais eletrônicos**... [CD ROM], Brasília: EMBRAPA, 2008.

11. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

12. MAZZUCHETTI, R. N.; BATALHA, M. O. O comportamento do consumidor em relação ao consumo e às estruturas de comercialização da carne bovina na região de Amérios-PR. **Varia Scientia**, Maringá, v. 4, n. 8, p. 25-43, 2004.

13. PONS, J. C. El marco conceptual de la certificación. In: TARTANAC, F.; OYARZUN, M. T. (Ed). **Conferencia electronica sobre certificación de calidad de los alimentos orientada a sellos de atributos de valor em países de América Latina**, 2001. L'Isle Jourdain/Santiago: FAO/ECOCERT. 172p. Disponível em: http://www.fao.org/docrep/008/ae982s/ae982s00.htm. Acesso em 25 fev. 2009.

14. RAMOS FILHO, F. S. V. **Qualidade na cadeia da carne bovina**: o caso da carne orgânca. 2006. 167f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

15. ROCHA, D. H. C.; LARA, J. A. F.; SERENO, J. R. B. Análise do potencial mercadológico da carne de vitelo pantaneiro em Corumbá, MS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA VETERINÁRIA, 33., 2006, Cuiabá. **Anais....** Cuiabá : Famato, 2006.

16. SAAB, M.S.B.L.M. **Valor percebido pelo consumidor: um estudo de atributos da carne bovina**. 1999. 154f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 1999.

17. SANTOS, S. A.; SILVA, R. A. M. S.; COMASTRI FILHO, J. A.; CRISPIM, S.M. A.; PELLEGRIN, A. O. **Sistema de pecuária bovina orgânica no Pantanal**. 2002. In: Planeta Orgânico [online]. Disponível: htpp://www.planetaorganico.com.br. Acesso em: 20 mai. 2009.

18. SAS. Statistical Analysis System. SAS Institute. 2001. **User's guide**. Version 8.01, v.2, 4. Ed. Carey.

19. SILVA, L. M. e.; LIMA FILHO, D. O.; SPROESSER, R. L. Perfil dos consumidores de carne de frango: um estudo de caso na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 18-27, 2007.

20. SOUKI, G. Q.; SALAZAR, G. T.; ANOTONIALLI, L. M.; PEREIRA, C. A. Atributos que afetam a decisão de compra dos consumidores de carne bovina. **Organizações Rurais & Agroindústrias**, Lavras, v. 5, n. 2, p. 36-51, 2003.

21. SOUZA, R. S. de.; ARBAGE, A. P.; NEUMANN, P. S.; FROEHLCH, J. M.; DIESEL, V.; SILVEIRA, P. R.; SILVA, A. da.; CORAZZA, C.; BAUMHARDT, E.; LISBOA, R. S. Comportamento de compra dos consumidores de frutas, legumes e verduras na região central do Rio Grande do Sul. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.38, n.2, p.511-517, 2008.

22. VELHO, J. P.; BARCELLOS, J. O. J.; LENGLER, L.; ELIAS, S. A.; OLIVEIRA, T. E. de. Disposição dos consumidores porto-alegrenses à compra de carne bovina com certificação. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v. 38, n. 2, p. 399-404, 2009.

CAPÍTULO 4

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR AO GADO CURRALEIRO DA COMUNIDADE KALUNGA DE CAVALCANTE, GOIÁS

RESUMO

As indicações geográficas são formas de diferenciação e agregação de valor ao produto, pois incorporam ao mesmo, a história da região, a cultura, o saber fazer e a identidade local. Assim, objetivou-se com este trabalho, mostrar a importância das indicações geográficas, especificamente, as denominações de origem, como estratégia de conservação e agregação de valor ao gado Curraleiro, e ao mesmo tempo propor estratégias para o futuro registro da denominação de origem Carne de Curraleiro Kalunga, pela comunidade remanescente de quilombo Kalunga do município de Cavalcante, Goiás. A proposta de implementação da denominação de origem, deve seguir algumas etapas, que abrange desde a sensibilização e capacitação dos atores envolvidos, caracterização da região, definição do padrão de qualidade do produto, criação de um Conselho Regulador até o trabalho de marketing e o encaminhamento do processo ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. A obtenção do reconhecimento da denominação de origem Carne de Curraleiro Kalunga, viabilizará o estabelecimento de uma modalidade de exploração sustentável para o Cerrado, com a preservação de uma raça bovina adaptada as condições adversas deste bioma e proporcionará às famílias quilombolas, manutenção da tradição pecuária, bem como a melhoria na disponibilidade de alimento e aumento da renda familiar.

Palavras-chave: Denominação de origem**,** desenvolvimento local, Pé-Duro, propriedade intelectual, quilombolas

GEOGRAPHICAL INDICATIONS AS A STRATEGY OF CONSERVING AND AGGREGATING VALUE TO THE CURRALEIRO CATTLE OF THE KALUNGA OF CAVALCANTE COMMUNITY, STATE OF GOIÁS

ABSTRACT

Geographical indications are ways to differentiate and add value to the product, since they embody the same, the region's history, culture, know-how and local identity. The objective of this study was to show the importance of geographical indications, especially the denomination of origins, as a strategy of maintaining and aggregating value to the Curraleiro cattle, and as a basis for future registration of the denomination of origin Kalunga Meat of Curraleiro, by the remaining Kalunga *quilombo* community in the county of Cavalcante situated in the State of Goiás. The implementation proposal of the denomination of origin should follow some stages that range from the sensitization and training of the involved parties, characterization of the area, definition of the quality of the product, and creation of a Regulating Council for the marketing of the process and the transference of the process to the National Institute for Intellectual Property. Recognition of the denomination of origin Kalunga Meat of Curraleiro, will make establishment of a modality of sustainable exploration in the Cerrado possible, as well as promote preservation of a bovine race well adapted to adverse conditions of this biome, preserve the cattle rearing habits of quilombolas families, improve their food availability and increase family income.

Key words: Denomination of origin, local development, Pé-Duro, intellectual property, quilombolas

1 INTRODUÇÃO

As indicações geográficas (IG) são formas de diferenciação e agregação de valor ao produto, pois incorporam ao mesmo, a história da região, a cultura, o saber fazer e a identidade local, oferecendo ao consumidor um sinal de sua tipicidade e qualidade. Podem ser utilizadas como ferramentas de políticas públicas para organização do território, conservação da biodiversidade e estímulo à agricultura familiar (SANTILLI, 2006; SILVA et. al., 2008).

O prestígio de um produto com selo de indicação geográfica gera efeitos positivos em diversos setores da economia, como: transporte, turismo, hotelaria, construção civil, isto é, aumenta a circulação de riquezas na região (LOCATELLI, 2007). A IG estabelece uma relação de confiança entre consumidor e produtor, uma vez que o produto certificado atenderá as exigências do consumidor levando em consideração aspectos econômicos, sociais e culturais. Nesse sentido a certificação além de uma ferramenta de comercialização é também um instrumento de ética (PONS, 2001).

BRUCH (2008) observa que o reconhecimento de uma IG, não só melhora o preço do produto de uma região, mas principalmente, garante a permanência daquelas pessoas no lugar e permite que os hábitos, costumes e conhecimentos sejam passados de geração a geração, promovendo o desenvolvimento sustentável da região, evitando ainda, a saída dos mais jovens para grandes centros urbanos.

Além dos benefícios citados, a IG pode ser utilizada como uma estratégia de viabilização de alternativas sustentáveis para o bioma Cerrado, por meio do estabelecimento de sistemas de produção ambientalmente corretos, gerando ocupação e renda para populações próximas às áreas de preservação. A estratégia de conservação deste bioma, deve necessariamente passar pelo fortalecimento das comunidades locais e de seus modos de vida, o que implica o acesso garantido a terra e aos seus recursos. A valorização da cultura local é um importante instrumento de gestão da biodiversidade. Além da via genética e da via ecossistêmica, o conhecimento tradicional e suas formas regionais de relação com os diferentes ecossistemas, principalmente quando apresentem algum tipo de comércio local, devem ser fortalecidos, visando ao uso racional dessas

espécies e ao desenvolvimento local sustentável (OLIVEIRA & DUARTE, 2004; FIORAVANTI et. al., 2008).

De acordo com os referidos autores, a criação de uma raça bovina local ou naturalizada, de forma extensiva, alimentada com vegetação nativa, adaptada as condições do Cerrado, torna-se ideal para sistemas de produção agroecológicos em decorrência de sua resistência natural a patógenos. E ainda apresenta a vantagem de possuir sabor diferenciado em sua carne, o que pode ser utilizado como uma alternativa viável de geração de renda para a comunidade quilombola Kalunga, que vive em condições de extrema dificuldade, com nítido declínio das atividades agropecuárias e, portanto, de comercialização de produtos.

Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo apontar a importância das indicações geográficas, especificamente, as denominações de origem, como estratégia de conservação e agregação de valor ao gado Curraleiro, e ao mesmo tempo propor as estratégias necessárias ao registro da denominação de origem pela comunidade quilombola Kalunga, o que contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento da região.

2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

A indicação geográfica (IG) é uma forma de agregar valor e credibilidade a produtos e serviços, diferenciados no mercado em função do seu local de origem, ou seja, ao meio natural e social, o que permite a valorização dos atributos locais. As IG's funcionam como signos distintivos que atraem os consumidores a determinados tipos de produtos e serviços e servem como diferencial entre estes (LOCATELLI, 2007).

As IG's são um direito de propriedade intelectual assim como as marcas e patentes. De acordo com BULZICO (2006), a propriedade intelectual é um ramo da ciência jurídica e conceitualmente abrange duas grandes áreas: propriedade industrial (patentes, marcas, desenho industrial, indicações geográficas e proteção de cultivares) e direito autoral (obras literárias e artísticas, programas de computador, domínios na internet e cultura imaterial de vários gêneros).

Segundo GONÇALVES (2007), a IG é um bem imaterial de direito exclusivo e coletivo de um signo distintivo que visa à exploração econômica. No âmbito do Direito, as indicações geográficas constituem-se formas especiais de proteção aos produtos e serviços, e são asseguradas por várias convenções internacionais. Grande parte dos tratados e acordos são arbitrados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Dentre os tratados internacionais que se referem à proteção das indicações geográficas se destacam:

- Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial de 1883 foi o primeiro marco internacional de proteção dos direitos industriais;
- Acordo de Madri celebrado em 14 de abril de 1891 estabeleceu os critérios para o registro internacional de marcas, além de coibir as indicações de procedência falsas ou enganosas;
- Acordo de Lisboa[1] assinado em 31 de outubro de 1958 teve como objetivo disciplinar a proteção internacional das denominações de origem;
- Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio[2], da Organização Mundial do Comércio, de 1995, constitui o instrumento mais importante para proteção da propriedade intelectual.

No Brasil, a Lei de Propriedade Industrial (LPI nº 9.279), promulgada em 14 de maio de 1996, regula os direitos e obrigações relativas à propriedade intelectual e representa o marco legal das indicações geográficas no país. A legislação brasileira prevê para produtos e serviços agropecuários, a indicação geográfica como gênero do qual são espécies a indicação de procedência (IP) e a denominação de origem (DO) (LPI, artigos 177 a 182):

> *Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou prestação de determinado serviço.*
>
> *Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto*

[1] O Brasil não é signatário do Acordo de Lisboa.
[2] Também conhecido como Acordo TRIPs (*Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*).

> *ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.*
> *Art. 179. A proteção estender-se-á à representação gráfica ou figurativa da indicação geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja indicação geográfica.*
> *Art. 180. Quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica.*
> *Art. 181. O nome geográfico que não constitua indicação de procedência ou denominação de origem poderá servir de elemento característico de marca para produto ou serviço, desde que não induza falsa procedência.*
> *Art. 182. O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade* (BRASIL, 1996).

As Indicações de Procedência diferem das Denominações de Origem em função de seu caráter e de qualidade da produção. Para a indicação de procedência é necessário apenas o reconhecimento e a notoriedade da região geográfica de determinado produto ou serviço. Enquanto na denominação de origem, os requisitos de qualidade ou característica peculiar do produto ou serviço vinculados a sua origem, são essenciais (LOCATELLI, 2007).

CALDAS et al. (2005) mostram que as IP's são um instrumento de organização local da produção enquanto as DO's são um instrumento de organização qualitativa de todo processo produtivo, desde a produção até a comercialização do produto final. No Quadro 1 são apresentadas as principais diferenças entre indicação de procedência e denominação de origem, de acordo com a legislação brasileira sobre o assunto.

A atual legislação brasileira ao incluir os fatores humanos como determinantes da qualidade do produto ou serviço, permite o reconhecimento e a

proteção de Indicações Geográficas de produtos artesanais ou agrícolas que utilizam o conhecimento tradicional no seu processo produtivo. Assim, comunidades tradicionais como os quilombolas, indígenas, pescadores artesanais entre outros, que utilizam seus conhecimentos no processo produtivo, podem agregar valor aos seus produtos, gerar renda e consequentemente melhorar suas condições de vida (LOCATELLI, 2007).

QUADRO 1 - Principais diferenças entre Indicação de Procedência e Denominação de Origem

Itens	Indicação de Procedência	Denominação de Origem
Meio natural	A qualidade do produto não está necessariamente ligada ao meio geográfico, pode referir-se à origem ou local de beneficiamento do produto.	O meio geográfico marca e personaliza o produto.
Renome/prestígio	Não necessariamente indispensável	Indispensável
Uniformidade da produção	Pode ser aplicada a um conjunto de produtos de características diferentes que tenham em comum apenas o lugar de produção, o centro de distribuição ou local de embalagem.	Mesmo existindo mais de um tipo de produto, eles estão ligados por certa homogeneidade de características.
Regime de produção	Não existe uma disciplina de produção à qual devam ser submetidos os produtos; existe apenas uma disciplina de marca.	Há regras específicas de produção e características qualitativas mínimas dos produtos.
Constância das características	Não implica um nível de qualidade determinada nem da constância de características.	Os produtos devem conservar um mínimo de qualidade e uma certa constância nas suas características.
Volume de produção	Não existe limite de produção.	Há um limite de produção relacionado à qualidade do produto.

Fonte: Adaptado de CALDAS et al. (2005)

Segundo a LPI, o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) é o órgão competente para estabelecer as condições de registro das indicações geográficas, especificadas na Resolução INPI nº 75 de 28 de novembro de 2000. Conforme tal resolução compete aos ministérios afins do produto a ser protegido como IG (no caso de produtos agropecuários, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA), expedir o instrumento oficial que delimita a área geográfica, assim como prestar maiores esclarecimentos sobre produtos e produtores.

A Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo é o órgão subordinado ao MAPA, que tem a competência de planejar, fomentar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades referentes às indicações geográficas de produtos agropecuários no país (GONÇALVES, 2007). Segundo o referido autor, o MAPA é o órgão técnico interveniente, essencial à implementação e valorização das indicações geográficas de produtos agropecuários no Brasil. Assim, enquanto é responsabilidade do INPI o registro das IG, cabe ao MAPA detectar e fomentar os produtos com potencial de solicitação de IG (TÁPIAS, 2006).

2.1 Exemplos de indicação geográfica

A idéia do que hoje se conhece por indicação geográfica, já era utilizada há muitos séculos, quando os produtores, comerciantes e consumidores começaram a identificar produtos de qualidade, diferenciados em função do local onde eram produzidos e por fatores humanos e culturais (MAPA, 2009). GURGEL (2006) mostra como exemplos, os vinhos de Corinthio, de Ícaro e de Rhodes no século IV a.C. na Grécia e o mármore de Carrara e os vinhos de Falerne no Império Romano.

Na segunda metade do século XVII em Portugal, o Marquês de Pombal demarcou a Região do Douro com a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que tinha como objetivo disciplinar a produção, a qualidade, o comércio e evitar a adulteração do Vinho de Riba D'Oyro, mais tarde chamado Vinho de Embarque e posteriormente Vinho do Porto, e que segundo alguns autores, foi a primeira região demarcada e regulamentada do mundo (SOUSA, 2002; IVV, 2009).

A França é um país com tradição no estabelecimento das indicações geográficas e suas variações, sendo considerada uma referência mundial no assunto. Segundo CALDAS et al. (2005), no século XVIII surgiu a primeira *appellation d'origene, Châteuneuf-du-Pape*. A Lei sobre Fraudes e Falsificações em Matéria de Produtos ou Serviços, de 1905, estabeleceu as bases de proteção das denominações de origem e de qualidade dos vinhos naquele país. No ano de 1935 foi aprovado o sistema jurídico para as denominações de origem controlada

e criado o *Institute Nacional de lãs Appellation de Origene* (INAO), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura da França.

No ano de 2006, existiam na França aproximadamente 600 produtos protegidos pelo Sistema de Indicações Geográficas, envolvendo cerca de 140 mil produtores que movimentam um volume de negócio em torno de 19 milhões de euros. Os exemplos mais famosos de IG's francesas são o Champagne, os vinhos tintos da área de Bourdeaux, os queijos das regiões de Roquefort, Comte e Cantal, bem como o Cognac (KAKUTA et al., 2006).

Segundo MOSCHINI et al. (2008), cerca de 75% dos produtos com IG's na União Européia são registrados em cinco países: Grécia, Portugal, Espanha, França e Itália. No entanto, o pedido de registros de IG's de países não pertencentes ao bloco tem aumentado nos últimos anos.

Em todo o mundo, existem centenas de produtos com diferencial de qualidade e identificados como indicação geográfica, dentre os quais se destacam: o presunto de Parma e os queijos Parmesão e Grana Padano na Itália, o queijo Serra da Estrela em Portugal, o presunto cru Pata Negra e o azeite de oliva dos Montes de Toledo na Espanha, o café *Blue Montain* na Jamaica, os famosos charutos de Cuba, o óleo de oliva de *Aragan* no Marrocos, o arroz *Basmati* e o chá *Darjjeling* na Índia, o chá do Sri Lanka, o café da Colômbia, o pisco do Peru, o café Vera Cruz e a tequila no México. Sendo este último, o país que possui o mais antigo e desenvolvido sistema de proteção de IG's da América Latina, com maior quantidade e variedades de produtos registrados em âmbito nacional e internacional (KAKUTA, et al., 2006; GRANADOS & ÁLVAREZ, 2007).

O Brasil, em função da diversidade cultural, dos diferentes ecossistemas e da riqueza gastronômica, apresenta condições favoráveis para implementação de dezenas de indicações geográficas. O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento realiza um diagnóstico de potenciais IG's em todas as regiões do país, visando o levantamento de informações para subsidiar a implantação e proteção dos produtos tradicionais e valorizar a cultura local. Como exemplos desses produtos têm-se: o açafrão de Mara Rosa-GO, a manta de carneiro do Ceará, o cavalo Pantaneiro no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o artesanato de capim dourado do Tocantins, dentre outros (MAPA, 2009; BRASIL, 2009).

Apesar do potencial existente em todo o território nacional, as experiências de reconhecimento de indicações geográficas no país são recentes. Atualmente, o Brasil possui apenas seis Indicações de Procedência: os produtos do Vale dos Vinhedos (RS), o Café do Cerrado Mineiro (MG), a Cachaça de Parati (RJ), a Carne do Pampa Gaúcho (RS), o couro acabado do Vale dos Sinos (RS) e as uvas de mesa e mangas do Vale do Submédio São Francisco (PE e BA). O Brasil ainda não possui nenhuma denominação de origem (KAKUTA, 2006; INPI, 2009).

A primeira IG brasileira concedida pelo INPI foi a “Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos” em 2002, na região de Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul. Os produtos protegidos pela IG são os vinhos tintos, brancos e espumantes e a entidade requerente a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos - APROVALE (KAKUTA, 2006).

LOCATELLI (2007) observa que apesar de ser recente a IP Vale dos Vinhedos, alguns benefícios econômicos já são percebidos ao longo de toda cadeia produtiva, desde os produtores de uva, produtores e comerciantes de vinho, até os empresários do ramo da gastronomia e hotelaria. A melhoria das condições econômicas da população se reflete na melhoria da qualidade de vida da comunidade e no desenvolvimento da região, que acontece de maneira sustentável, proporcionando a preservação da cultura, da tradição e da identidade local.

A “Indicação de Procedência Cerrado Mineiro” foi obtida em 2005, sendo o café o produto protegido e o requerente o Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (CACCER). A “Indicação de Procedência Pampa Gaúcho da Campanha Meridional” foi registrada em 2006, tendo como produtos protegidos a carne bovina e seus derivados e como entidade requerente a Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (APROPAMPA). Em 2007 foi concedida pelo INPI a “Indicação de Procedência Cachaça de Parati”, obtida pela Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça de Parati (KAKUTA, 2006; INPI, 2009).

Em maio de 2009 foi concedida a “Indicação de Procedência Vale dos Sinos”, cujo produto protegido é o couro acabado e o requerente a Associação das Indústrias de Curtumes do Rio Grande do Sul. Em julho do mesmo ano, foi

obtida pelo Conselho da União das Associações e Cooperativas dos Produtores de Uvas de Mesa e Mangas do Vale do Submédio São Francisco – UNIVALE, a "Indicação de Procedência Vale do Submédio São Francisco" nos estados de Pernambuco e Bahia, para uvas de mesa e mangas (INPI, 2009).

Um caso que gerou discussões no âmbito das IG's no Brasil foi a cachaça, protegida por um decreto presidencial (Decreto 4.062) de 21 de dezembro de 2001, e que definiu como indicações geográficas nacionais as expressões "Cachaça", "Brasil" e "Cachaça do Brasil". LOCATELLI (2007) ressalta que apesar do INPI estabelecer normas específicas para o registro de indicações geográficas, o governo brasileiro adotou tal medida para evitar o uso das expressões como marca no mercado internacional e proteger o direito dos produtores nacionais.

2.2 Indicação geográfica como estratégia de desenvolvimento local

Após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico passou a ser discutido como uma problemática transdisciplinar, envolvendo áreas no campo da economia, sociologia, geografia e ecologia. Nessa perspectiva, o crescimento econômico de um país ou região, é entendido como o crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo, e por si só, não representa desenvolvimento, que abrange outras dimensões como a econômica, social, cultural, política, ambiental e humana (SACHS, 1998).

O crescimento de um país é condição necessária, mas não suficiente, para o alcance do desenvolvimento, que depende de inúmeras outras variáveis. Para que uma nação seja considerada desenvolvida é necessário que o crescimento quantitativo esteja ligado ao crescimento qualitativo, este último medido pelos avanços nos indicadores econômicos e sociais, como melhoria do bem-estar da população, condições de moradia, saúde, educação, entre outros (BARRETO, 2005; KAGEYAMA, 2008).

Uma das principais teorias que rompeu com a idéia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico foi a de Amartya Sen. Na sua concepção, a expansão da liberdade é considerada como "*fim primordial e o principal meio do desenvolvimento"* e considera que:

> "...*o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos*" (SEN , 2000, p. 18).

De acordo com o referido autor o desenvolvimento pode ser considerado como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. Assim, o desenvolvimento de uma nação pode ser atingido através de liberdades instrumentais, como por exemplo:

- Liberdades políticas: oportunidades que as pessoas têm para decidir quem deve governar e com base em que princípios, além da possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades;
- Facilidades econômicas: oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com finalidades de produção, consumo ou troca;
- Oportunidades sociais: são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc.;
- Garantias de transparência: referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar e funcionam como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas;
- Segurança protetora: uma rede de segurança social, que impede que a população afetada seja reduzida a miséria e em alguns casos à fome e à morte (benefícios aos desempregados, distribuição de alimentos em crises de fome coletiva, etc.).

O autor observa que essas liberdades aumentam a capacidade da pessoa viver mais livremente e têm o efeito de complementar umas às outras. Assim, o crescimento econômico pode ser muito importante na conquista dessas liberdades, mas existem outros fatores que as condicionam como as disposições sociais, econômicas e os direitos civis.

Nas últimas décadas, as questões relativas ao desenvolvimento e como ele pode ser dotado de um caráter mais humano, passou a fazer parte de inúmeros debates no meio científico. A busca de melhores condições de vida social, de maneira sustentável, deve ser considerada como primordial pela gestão pública e como objetivo central de toda a comunidade. A idéia é que as pessoas

tenham o direito de expressar suas demandas, de demonstrar a capacidade de decisão sobre assuntos estratégicos, bem como participar ativamente na gestão dos processos de desenvolvimento da comunidade (JARA, 1998).

As políticas assistencialistas e compensatórias devem ser substituídas por propostas de desenvolvimento mais endógeno, mais autogestionária e para cada sociedade local. A perspectiva do desenvolvimento local propõe um desenvolvimento mais justo e sustentável, planejado em nível do espaço local, quer seja microrregional, municipal ou comunitário, de modo que esses espaços possam produzir de maneira sustentável e na plenitude de suas potencialidades (JARA, 1998).

Na visão de BUARQUE (2008), o desenvolvimento local é um processo endógeno que acontece em pequenas unidades territoriais, capaz de promover mudanças na estrutura econômica e na melhoria da qualidade de vida da população. Representa assim, uma mudança no sistema econômico e na organização social em nível local, como conseqüência do trabalho da sociedade na busca de sua autonomia e no desenvolvimento de suas potencialidades.

No contexto da globalização, o desenvolvimento local é resultante do trabalho de mobilização dos atores e da sociedade locais, com base nas suas potencialidades e características culturais, para definir suas prioridades e especificidades. Para o desenvolvimento acontecer de forma sustentável, ele deve proporcionar oportunidades sociais para a população, viabilizar a economia local, melhorar a renda e ao mesmo tempo garantir a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 2008). SACHS (2004) ressalta que a elaboração de estratégias territoriais de desenvolvimento deverá se constituir no principal instrumento de concretização dos preceitos de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, LOCATELLI (2007) mostra que o reconhecimento e a proteção de IG's funcionam como um instrumento de desenvolvimento, pois possibilitam maior inserção dos produtos no mercado interno e externo e incrementam a renda dos produtores e da comunidade como um todo. Além disso, os produtos com IG apresentam maior valor agregado, geram empregos, ajudam na fixação das pessoas na zona rural, estimulam o desenvolvimento de atividades lucrativas indiretamente relacionadas às IG's, contribuindo assim para melhoria na qualidade de vida da população e para o desenvolvimento da região.

Outros fatores importantes em regiões detentoras de IG's, especificamente de DO's, são as preocupações sociais, uma vez que não deverá ser admitido nessas áreas o trabalho infantil, a fome, o tráfico de drogas e armas, o desrespeito aos direitos humanos. Ou seja, a instituição das IG's estaria proporcionando a estas regiões, a possibilidade de redução das disparidades sociais e do exercício da cidadania, contribuindo para um desenvolvimento regional equilibrado (CALDAS et al., 2005).

2.3 Registro de indicação geográfica

As condições necessárias para o registro de uma indicação geográfica estão dispostas no Ato Normativo do INPI nº 133 de 23/04/1997 e na Resolução do INPI nº 175 de 28/11/2000. Assim, de acordo com MAPA (2009) e KAKUTA (2006) o processo de reconhecimento e registro de uma Indicação Geográfica para produtos agropecuários deve seguir alguns passos que são descritos a seguir de maneira resumida:

1. Organização dos produtores: é essencial o envolvimento dos produtores e de todos os atores ligados ao processo. A articulação dos produtores pode dar origem a uma entidade, como uma associação instituto ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, que irá requerer o registro das indicações geográficas. Essa entidade deverá representar todos os atores envolvidos na cadeia do produto, e será o principal interlocutor da autoridade encarregada da IG em escala nacional;
2. Levantamento histórico-cultural da região: essa etapa do processo visa buscar informações que comprovem que a região tem notoriedade para se tornar uma IG. Levantamento bibliográfico, fotografias, reportagens entre outras fontes, podem ser fundamentais para comprovação da produção na região. Essas informações darão suporte a estudos para delimitação da área geográfica, que levará em consideração aspectos diferenciados para indicação de procedência ou denominação de origem;
3. Regulamento técnico de produção: tem como objetivo garantir a qualidade do produto e servir como ferramenta de autocontrole. Todas as etapas do processo de produção devem ser definidas e documentadas, contribuindo

assim para a garantia da autenticidade e tipicidade do produto. As características do produto, assim como os métodos de verificação e rastreabilidade também deverão ser descritos de forma detalhada;

4. Criação de um conselho regulador: o conselho será responsável por orientar e controlar a produção, elaborar e atestar a qualidade dos produtos amparados pela IG de acordo com os termos do Regulamento Técnico de Produção. O conselho deverá ser formado por todos os membros da cadeia produtiva do produto como produtores, instituições ligadas ao produto, consumidores e representantes da academia. Como se trata de produto agropecuário, o conselho regulador deverá ser auditado pelo MAPA.

A última etapa do processo é a definição da entidade que será detentora da tutela da IG e que deverá encaminhar a solicitação do reconhecimento ao INPI.

É importante ressaltar que o pedido deverá ser referente a apenas um nome geográfico. De acordo com o MAPA (2009) para a solicitação de indicação de procedência de produtos agropecuários, os requisitos específicos são os seguintes:

a) Pedido de registro – formulário disponível na página do INPI;
b) Documento que comprove a legitimidade do requerente, estatuto social do requerente, ata da última eleição, cópia do documento de identidade e CPF do representante legal da entidade;
c) Regulamento de uso do nome geográfico;
d) Instrumento oficial que delimita a área geográfica. Trata-se de um estudo sobre toda a área de abrangência da IG, contendo mapas, memorial descritivo etc. Como se trata de produto agropecuário esse documento deverá ser expedido pelo MAPA ou pela Secretária de Agricultura do Estado e nele devem constar ainda:
   - Elementos comprobatórios de que o nome geográfico tenha se tornado conhecido como centro de produção do produto (levantamento histórico da IG);
   - Elementos comprobatórios da existência de uma estrutura de controle sobre os produtores e produto a ser distinguido com a indicação de procedência (conselho regulador);

- Elementos comprobatórios de que os produtores estão efetivamente estabelecidos na área geográfica delimitada e que estão exercendo a atividade de produção.

e) Etiquetas no caso de representação gráfica da IG;

f) Comprovante de pagamento da retribuição correspondente;

No caso da solicitação de denominação de origem, os documentos necessários são os mesmos da indicação de procedência (itens a-f), sendo que o item “d” deve conter também:

- Definição das qualidades e características do produto que se devam, exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos;
- Descrição do processo de obtenção do produto ou serviço que devem ser locais, leais e constantes;
- Elementos comprobatórios da existência de uma estrutura de controle sobre os produtores e produto a ser distinguido com a denominação de origem.

Após a solicitação de registro, o INPI analisa se todos os requisitos necessários foram atendidos, podendo solicitar sua regularização em até no máximo 60 dias. Caso todos os itens tenham sido preenchidos, o INPI publica o exame formal para possibilitar a manifestação ou oposição de terceiros no prazo de até 60 dias, com igual prazo para contestação do requerente. Após esse prazo, tendo sido ou não apresentada oposição, o INPI proferirá decisão reconhecendo ou negando reconhecimento à indicação geográfica. No caso de não reconhecimento da indicação geográfica, o requerente pode ainda solicitar pedido de reconsideração da decisão, que será definido pelo presidente do INPI (KAKUTA, 2006).

A Figura 1 apresenta o fluxograma de processamento dos pedidos de reconhecimento de indicação geográfica junto ao INPI.

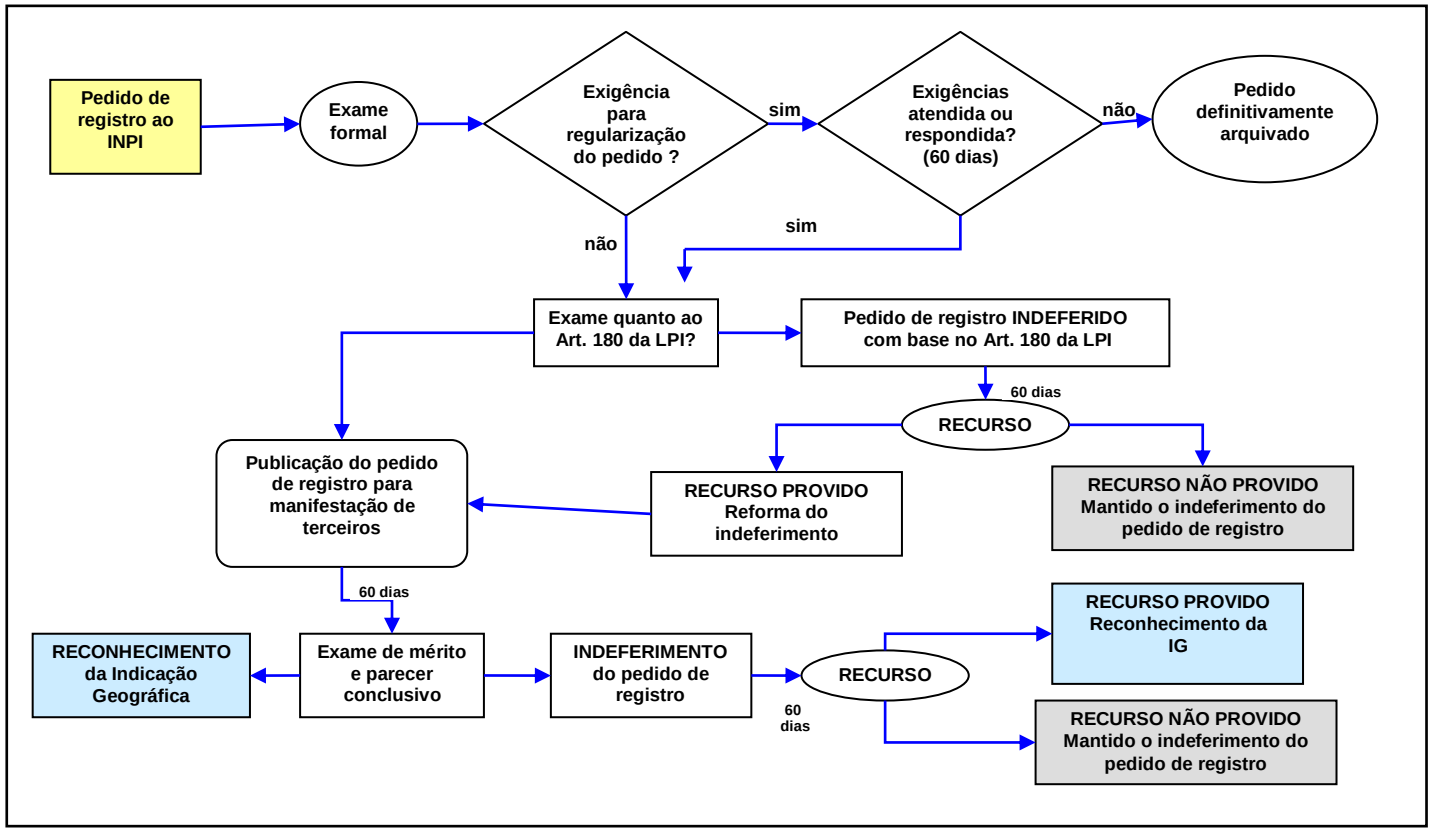

FIGURA 1 – Fluxograma de processamento dos pedidos de reconhecimento de indicação geográfica junto ao INPI (INPI, 2007)

3 CARNE DE CURRALEIRO KALUNGA: UM PROJETO DE DENOMINAÇÃO DE ORIGEM

3.1 Caracterização histórica, social e econômica da comunidade Kalunga de Cavalcante, Goiás

A comunidade Kalunga é a comunidade remanescente de quilombo mais importante em termos numérico e histórico da região Centro-Oeste e está entre as maiores do país. Ocupa uma área de 253,2 mil hectares nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás no nordeste do Estado de Goiás (ANJOS & CYPRIANO, 2006; BAIOCCHI, 2006).

O território Kalunga tem como marco legal a Constituição Federal de 1988 no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias[3] que garantiu a essa população a propriedade definitiva de suas terras e a Lei nº 11.409 do governo do Estado de Goiás de 21 de janeiro de 1991 que reconheceu oficialmente a região em Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga[4].

Atualmente os Kalunga enfrentam problemas de falta de infraestrutura como: ausência de estradas, assistência médica e escolas, convivem com a seca, lutam pela regularização de suas terras e, alguns se encontram abaixo da linha da pobreza e outros abaixo da linha de indigência. Tal situação tem provocado o êxodo rural, especialmente entre os mais novos, que buscam melhores condições de vida nos grandes centros. As jovens da comunidade saem, principalmente para Brasília e Goiânia, onde na maioria das vezes, trabalham como empregadas domésticas, e os rapazes exercem trabalho temporário em fazendas da região (TIBÚRCIO & VALENTE, 2007).

---

[3] "*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes o título*" (BRASIL, 1988).

[4] *"Constitui patrimônio cultural e sítio de valor histórico a área de terras situada nos vãos das Serras do Moleque, de Almas, da Contenda-Calunga e Córrego Ribeirão dos Bois, nos Municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás, conforme estabelecem o § 5º do art. 216 da Constituição Federal e o art. 163, itens I e IV, § 2º, da Constituição do Estado de Goiás"* (GOIÁS, 1991).

Uma fonte de renda que tem se fortalecido nos últimos anos é a fabricação de produtos artesanais como brinquedos de babaçu, artefatos em cerâmica, artigos de tecelagem, cachaça e ainda alimentos orgânicos e produtos à base de frutos do cerrado, que são comercializados no município de Cavalcante. Outro importante elemento na composição da renda familiar dos Kalunga são os benefícios do governo recebidos pelos moradores como aposentadorias e os programas Renda Cidadã do governo estadual, Bolsa-Família e Fome Zero do governo federal (VELLOSO, 2007).

VALENTE (2004, p.1) considera que a melhoria na qualidade de vida das comunidades negras rurais é um desafio para pesquisadores de todas as áreas, especialmente no âmbito do agronegócio, e afirma que:

> *(...) A situação dessas comunidades impõe que sejam empreendidos esforços para avaliar as possibilidades de inserção econômica de seus membros, a partir da elaboração de projetos de desenvolvimento local sustentável, articulando o conhecimento empírico comunitário e o aporte que poderá ser oferecido por conhecimentos científicos e tecnológicos de apoio à agricultura familiar. Trata-se de temática ainda pouco explorada, mas que pode valer-se das recentes discussões que revisam o conceito de rural, englobando não só as atividades agrícolas como as não agrícolas e que incorporam valores como a dimensão ambiental, a origem territorial, a produção natural e socialmente justa, como atributos capazes de desvelar e agregar valor à produção desses grupos*.

CRUZ & VALENTE (2005), sugerem a incorporação dos aspectos territoriais aos produtos da comunidade Kalunga, transformando assim, atributos culturais em valor econômico. A identificação das potencialidades de produção e habilidades da comunidade é o ponto de partida para transformar a população da condição de empregada para condição de parceira em diversas cadeias produtivas.

Nesse aspecto ARRUDA (1999) destaca a importância de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania das populações tradicionais, especialmente o padrão de uso dos recursos naturais, bem como o conhecimento empírico do local onde vivem. Assim, segundo o autor é essencial a participação dessas populações na construção de uma política de conservação para a região, da qual sejam beneficiadas e possam melhorar suas condições de vida.

3.2 O território da carne de Curraleiro Kalunga

O território no qual se pretende implementar a Denominação de Origem Carne de Curraleiro Kalunga, corresponde, preliminarmente, a área do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga que está dividida em cinco núcleos: Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão das Almas, Contenda e Kalunga, cada um subdividido em várias localidades. Ocupa uma área de 253,2 mil hectares, com uma população estimada em aproximadamente quatro mil habitantes (SEPPIR, 2004; BAIOCCHI, 2006).

A região compreende aproximadamente as seguintes coordenadas geográficas: de 13°20’ a 13°27’ de latitude sul e de 47°10’ a 47°20’ de longitude oeste de Greenwich. Localizada na microrregião Chapada dos Veadeiros, nordeste do Estado de Goiás, distante 600 km de Goiânia e 330 km de Brasília, a região limita-se com os municípios de Arraias (TO), Monte Alegre de Goiás (GO), Teresina de Goiás (GO) e Cavalcante (GO). As principais vias de acesso são a rodovia GO-118 e os Rios Paranã e Almas (BAIOCCHI, 2006).

Às margens do rio Paranã, afluente do Tocantins, a área dos Kalunga está situada numa área de Cerrado, segunda maior formação vegetal do país, superado apenas pela Floresta Amazônica. São 2 milhões de km^2 em 10 estados brasileiros, o que representa cerca de 21% do território nacional, com mais de 10 mil espécies de plantas; 837 espécies de aves; 120 espécies de répteis; 67 gêneros de mamíferos e incontáveis espécies de insetos (IBAMA, 2007). O clima da região é tropical de altitude, com duas estações definidas, uma chuvosa entre os meses de outubro a abril e outra seca de maio a setembro (SEBRAE, 1999).

Em função da riqueza de recursos naturais da Chapada dos Veadeiros, no qual a área Kalunga está inserida, existe um grande potencial para atividades turísticas, com atrativos históricos, culturais e naturais. Sendo uma realidade em algumas comunidades como Engenho II, que possui belas cachoeiras, a atividade tem causado transformações espaciais e econômicas com o aumento do número de pousadas, restaurantes e agências de turismo na região.

3.3 Caracterização do produto: carne de Curraleiro Kalunga

A Denominação de Origem Carne de Curraleiro Kalunga, será implementada utilizando bovinos da raça Curraleiro, como são conhecidos em Goiás e no Tocantins ou Pé-Duro, nome dado em algumas regiões do Nordeste. Trata-se de uma das raças bovinas brasileiras denominadas naturalizadas ou locais.

As raças locais do Brasil foram originadas a partir de raças procedentes da Península Ibérica trazidas para o país pelos colonizadores à época do descobrimento, cujo objetivo era fornecer alimentos para os colonos Estas raças passaram por um processo de seleção natural ao longo dos anos e se adaptaram às condições climáticas, sanitárias e de manejo em diferentes regiões do país, adquirindo características como rusticidade, prolificidade e resistência a ecto e endoparasitas (PRIMO, 2000; MARIANTE & EGITO, 2002).

Em função do crescimento da demanda por alimentos de origem animal, vários programas de melhoramento foram implementados visando o aumento da produtividade. Assim, a busca por raças mais produtivas, especialmente no início do século XX, fez com que raças exóticas, especialmente as zebuínas, selecionadas em países de clima temperado, fossem importadas, e gradativamente fossem substituindo as raças naturalizadas, o que provocou quase que o desaparecimento dessas raças (PRIMO, 1992; EGITO et al., 2002).

Dentre as raças naturalizadas ameaçadas de extinção encontra-se o gado Curraleiro. Atualmente estes animais estão distribuídos nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Goiás e estima-se que existam mais de 3.000 animais dessa raça. A EMBRAPA possui um núcleo de preservação em São João do Piauí, Estado do Piauí, onde os animais são mantidos no habitat onde se desenvolveram e foram submetidos à seleção natural (FIORAVANTI et al., 2008).

Adaptado às condições adversas do Cerrado, o Curraleiro (Figura 2) por ser de origem européia, possui uma carne saborosa, macia e com baixo teor de gordura. Além disso, sua rusticidade e maior resistência a certas doenças e parasitos, minimizam o uso de insumos químicos como medicamentos e carrapaticidas, o que viabiliza a utilização da raça em sistemas de produção naturais (CARVALHO, 1997).

FIGURA 2 - Animais da raça Curraleiro, comunidade Kalunga, Cavalcante-GO

Tais características podem ser aproveitadas como um diferencial no mercado que tem crescido bastante: o consumo de produtos saudáveis, como os orgânicos. Atualmente o mercado consumidor de carne bovina no mundo todo aponta para um novo padrão de demanda, com ênfase na qualidade e segurança dos alimentos, além da percepção dos problemas ambientais decorrentes do sistema tradicional de produção e a exigência de sistemas produtivos que sejam concomitantemente socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis (RAMOS FILHO, 2006).

Neste contexto, a Denominação de Origem Carne de Curraleiro Kalunga, surge como uma estratégia de conservação de uma raça naturalizada, criada de maneira extensiva e alimentada com vegetação nativa, conciliando a preservação da biodiversidade com a obtenção de um produto de maior valor agregado, além de promover a valorização da identidade de uma população tradicional.

É importante ressaltar que além da produção de carne de Curraleiro será incentivado o aproveitamento do couro dos animais, considerando excelente, para fabricação de arreios e outros artefatos, resgatando assim a tradição quilombola de produção artesanal de tais produtos, e que pode ser uma fonte de renda a mais para a população.

3.4 Organização social e articulação dos produtores

Um dos passos fundamentais para implementação de uma IG é a organização social da comunidade. Como as IG's representam um signo distintivo de propriedade coletiva dos produtores, é necessário que existam envolvimento e participação efetiva e democrática por parte dos atores sociais ligados ao produto (SILVA et. al., 2008).

A comunidade Kalunga possui atualmente duas associações que representam suas diferentes localidades e objetivos. A Associação do Quilombo Kalunga (AQK), fundada em 10 de outubro de 1999, representa os interesses da comunidade remanescente de quilombo Kalunga dos municípios de Cavalcante, Terezina de Goiás e Monte Alegre (AQK, 1999). A Associação Kalunga de Cavalcante (AKC), fundada em 26 de agosto de 2004, possui atualmente em torno de 300 associados em várias localidades do município de Cavalcante. Dentre as finalidades da AKC estão: apoiar a AQK nos objetivos declarados em seu estatuto e promover o desenvolvimento econômico e social de caráter coletivo através do fortalecimento da comunidade, com sua organização para a cidadania, para a produção sustentável e para a comercialização de seus produtos (AKC, 2004). Assim, a AKC será a entidade detentora da tutela da IG Carne de Curraleiro Kalunga e deverá encaminhar a solicitação do reconhecimento ao INPI. A partir da Associação será definido o conselho regulador, cujos papeis devem ser amplamente discutidos.

O processo de implementação de uma IG é coletivo, assim é importante que as regras sejam definidas em conjunto, inclusive quando se trata de pesquisa. A atuação dos técnicos e pesquisadores de instituições como Universidades, EMBRAPA, SEBRAE, Ministério da Agricultura, entre outros, é essencial no processo de reconhecimento da IG (SILVA et. al., 2008).

Em 2006 a UFG foi convidada pelo Ministério da Integração Nacional a esboçar um projeto que correlacionasse o Gado Curraleiro e os Kalungas. Desta parceria nasceu o projeto, "Estabelecimento e Manutenção de Núcleos de Criação de Gado Curraleiro", a partir da demanda dos próprios moradores da Comunidade Kalunga. Posteriormente, em várias conversas com os membros da AKC e da comunidade Kalunga de Cavalcante, identificou-se a vontade da retomada do

modelo tradicional de exploração pecuária. Outro fato facilmente perceptível é a vocação para o pastoreio e a satisfação de voltar a possuir “pelo menos uma moitinha de gado Curraleiro”. Foi relatado que na década de 1960, muitos produtores criavam o Curraleiro e que a situação mudou, com a diminuição deste rebanho a partir dos anos 1980, devido à entrada do gado zebuíno na região. Segundo os criadores mais antigos, as vantagens do Curraleiro estão ligadas a rusticidade, baixa exigência nutricional e melhor aproveitamento da vegetação nativa, especialmente quando comparados ao Nelore. A partir destes depoimentos surgiram as primeiras discussões sobre a implementação de uma indicação geográfica na região (FIORAVANTI et al., 2008).

Como estratégia de reintrodução do gado Curraleiro e resgate da tradição na região, em junho de 2007, dez famílias Kalungas e o Núcleo de Criação de Curraleiro receberam 86 animais, sendo destinados seis adultos (três vacas, duas novilhas e um reprodutor) e um ou dois bezerros para cada propriedade. A escolha das famílias beneficiadas foi realizada pela Associação Kalunga de Cavalcante (AKC) durante Assembléia Geral, com a presença de aproximadamente 50 famílias. As famílias participantes desta fase do projeto estão distribuídas nas regiões do Vão do Moleque, Vão de Almas, Prata, Boa Sorte e Engenho II. Os produtores que receberam os lotes de gado Curraleiro assinaram um termo de responsabilidade pelo rebanho. Dentre os itens presentes no documento destacam-se: estar comprovadamente em dia com as obrigações sociais em relação à AKC; garantir o cumprimento dos critérios estabelecidos a qualquer tempo, e, no caso de impossibilidade de cumprimento de qualquer deles, devolver o lote, sem qualquer ônus, para o Núcleo de Criação de Curraleiro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga ou para a AKC (FIORAVANTI et al., 2008).

De acordo com os autores, os criadores têm obrigação de cuidar dos bovinos e devem repassar periodicamente à equipe da UFG, instituição coordenadora do projeto, as informações referentes às características produtivas e reprodutivas. Para tanto foi disponibilizado planilhas e uma balança para pesagem de neonatos. Vale ressaltar que esses criadores irão auxiliar na definição das melhores práticas de manejo para a realidade local.

A AKC é fiel depositária do rebanho Curraleiro adquirido com recursos do projeto e doações, assume total responsabilidade pelo cumprimento dos critérios apresentados em ata de Assembléia Geral para indicação das famílias participantes e deve garantir, acompanhar e participar de todas as ações do projeto na comunidade Kalunga. A equipe técnica da UFG é a responsável pelo acompanhamento técnico e avaliação das atividades planejadas e desenvolvidas na comunidade, juntamente com a AKC, no entanto sem interferir nas decisões do grupo. Além de oferecer treinamento, quando necessário, para os recursos humanos envolvidos no projeto, está executando a avaliação e certificação do estado de sanidade do rebanho (FIORAVANTI et al., 2008).

Os referidos autores relatam que o Núcleo de Criação de Curraleiro no Sítio do Patrimônio Histórico e Reserva Cultural Kalunga será implantado na Fazenda Santo Estevão, localizada a aproximadamente 5km da Capela do Vão do Moleque. O fato de não ter ocorrido a regularização da posse da terra tem dificultado algumas ações, mas o proprietário permitiu a entrada e manutenção do primeiro lote (nove animais). Serão executadas as benfeitorias mínimas que permitam manutenção de um número maior de animais e o seu manejo (cercas). Também serão necessárias reformas na casa para permitir a acomodação de pesquisadores e a realização futura dos cursos de profissionalização.

Apesar da existência da AKC, é importante ressaltar, que a efetiva participação de cada um dos associados é essencial para o sucesso de implementação da IG. Os produtores precisam se sentir protagonistas do processo e devem vislumbrar o desenvolvimento da atividade como um caminho a ser percorrido na busca da melhoria das condições de vida da comunidade e da região como um todo.

Todas as atividades para implementação da IG Carne de Curraleiro Kalunga estão sendo desenvolvidas em parceria pela AKC e UFG, e contam com o apoio de várias instituições, tais como: EMBRAPA, Universidade Federal do Tocantins, Universidade de Brasília, Ministério da Integração Nacional, Prefeitura de Cavalcante e SEBRAE-GO.

4 IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO CARNE DE CURRALEIRO KALUNGA

A proposta de implementação da DO Carne de Curraleiro Kalunga deve seguir algumas etapas, que abrange desde a caracterização da região, o padrão de qualidade do produto até o trabalho de marketing e o encaminhamento do processo ao INPI:

- **Primeira etapa**

Será realizada uma oficina de trabalho para discussão e esclarecimento sobre os requisitos necessários para o reconhecimento de uma DO. Nessa etapa deverão ser definidos o nome da indicação geográfica, as estratégias de ação, e distribuição das atividades entre as entidades parceiras. Para o bom desenvolvimento das atividades, se faz necessário a participação efetiva de todos os atores sociais envolvidos no processo como produtores, comerciantes, Prefeitura, UFG, EMBRAPA, SEBRAE, MAPA, entre outras.

- **Segunda etapa**

A segunda etapa a ser cumprida para instalação da DO é um estudo detalhado da região que ajudará na definição do território da DO Carne de Curraleiro Kalunga. Será parte integrante do estudo a caracterização geográfica da região, assim como documentos históricos que comprovem que o gado Curraleiro já foi criado por inúmeros produtores da região.

- **Terceira etapa**

Nessa fase será efetuado um trabalho com os produtores, tomadores de decisão da região, técnicos e instituições públicas e privadas ligadas a cadeia produtiva do produto, visando o detalhamento das estratégias de ação e definição dos padrões de qualidade a serem adotados. As normas aqui estabelecidas farão parte do Regulamento de Uso, requisito essencial para o registro da DO, e que garante ao consumidor a qualidade e tradição do produto adquirido.

Será discutida e definida também a logomarca a ser utilizada na DO, em comum acordo com todas as partes interessadas na produção e comercialização do produto.

- **Quarta etapa**

Para concessão da Denominação de Origem pelo INPI é necessário que exista um rígido sistema de controle interno de todas as etapas do processo produtivo. Assim será criado um Conselho Regulador, composto por produtores, técnicos especializados e por instituições públicas e privadas afetas ao produto. Dentre suas responsabilidades se destacam: representar institucionalmente a DO; orientar, coordenar e fiscalizar a produção e a comercialização do produto; e garantir a qualidade dos produtos conforme as normas estabelecidas no Regulamento de Uso.

No caso das DO's, a exigência de uma estrutura de controle sobre os produtores e produtos, se torna mais relevante em função da necessidade de garantir de forma permanente a qualidade e o vínculo do produto com o meio geográfico (LOCATELLI, 2007).

- **Quinta etapa**

É necessário que se faça um extensivo trabalho de marketing como estratégia de implementação da DO Carne de Curraleiro Kalunga, envolvendo todos os elos da cadeia produtiva, visando especialmente, esclarecer o consumidor final sobre os atributos de qualidade do produto.

- **Sexta etapa**

A última etapa do processo de implementação da DO Carne de Curraleiro Kalunga é o encaminhamento do pedido de reconhecimento ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

Para facilitar a visualização do processo de implementação da DO, as etapas de trabalho foram resumidas na Figura 3. É importante destacar que algumas fases poderão ser desdobradas de modo a facilitar o desenvolvimento dos trabalhos.

FIGURA 3 – Esquematização dos trabalhos para implementação da DO Carne de Curraleiro Kalunga

Durante todas as etapas serão desenvolvidas atividades de sensibilização e mobilização de todos os atores envolvidos no processo, alem de capacitação técnica e gerencial dos produtores, com técnicos especializados em produção de bovinos, associativismo e pessoas com experiência em indicações geográficas. A utilização de ferramentas participativas é importante para motivar e o envolver os associados e fazer com que eles visualizem a importância do trabalho de cada membro no sucesso da proposta.

Neste aspecto, GIUNCHETTI (2005) observa que a capacitação de membros de uma comunidade que almeja o reconhecimento de uma indicação geográfica, deve incluir além dos aspectos técnicos de produção, informações sobre o funcionamento do mercado, concorrência, comportamento dos consumidores, técnicas de comercialização e *marketing*. Como muitas vezes o conhecimento dos produtores tradicionais se restringe apenas ao mercado local, a ampliação do horizonte de conhecimentos pode incentivar a melhoria na qualidade e eficiência da produção e estimular o espírito de união e trabalho coletivo.

Segundo o referido autor para o funcionamento das indicações geográficas, é necessário que exista um sistema de autogestão e monitoramento do processo produtivo. O trabalho em equipe, assim como, o conhecimento sobre o processo de produção e distribuição dos produtos exigem que o trabalho de capacitação das pessoas seja feito de forma permanente e que considere tais fatores.

É importante ressaltar que as atividades de capacitação da população Kalunga tiveram início no ano de 2007. Foram realizadas oficinas de sensibilização e esclarecimento sobre a importância da conservação da natureza, produção orgânica de alimentos e melhores práticas de produção animal para a região.

Apesar de o Brasil apresentar condições favoráveis à implantação de várias indicações geográficas, para o país desfrutar dos benefícios econômicos e sociais gerados é imprescindível fomentar o reconhecimento de IG's nacionais. Para tanto são necessárias políticas públicas que esclareçam a população sobre o que é uma indicação geográfica e os benefícios advindos com o seu reconhecimento; incentivem pesquisas que visem à identificação de produtos com potencial de novas indicações e fomentem instituições de apoio aos produtores no processo de reconhecimento de novas indicações (LOCATELLI, 2007).

5 Considerações finais

O processo de construção e reconhecimento de uma denominação de origem é demorado e demanda dedicação e esforço por parte de todos os atores envolvidos. É importante ressaltar que o reconhecimento da DO Carne de Curraleiro Kalunga viabilizará o estabelecimento de uma modalidade de exploração sustentável do Cerrado e auxiliará na preservação de uma raça bovina perfeitamente adaptada às condições adversas desse ecossistema e conseqüentemente na manutenção das informações contidas na sua estrutura genética, desenvolvidas através de séculos de seleção natural. Além desses fatores, proporcionará a manutenção da tradição pecuária com melhoria na disponibilidade de alimento, incremento da renda familiar, melhorando a

segurança alimentar das famílias, a qualidade de vida e o bem-estar da população, o que refletirá em melhorias para a região como um todo.

REFERÊNCIAS

1. AKC. Associação Kalunga de Cavalcante. **Estatuto**. Cavalcante: AKC. 13p. 2004.
2. ANJOS, R. S. A.; CYPRIANO A. **Quilombolas**: tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006. 240p.
3. AQK. Associação do Quilombo Kalunga. **Estatuto**. Cavalcante: AQK. 18p. 1999.
4. ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 79-92, 1999.
5. BAIOCCHI, M. de N. **Kalunga: povo da terra**. Goiânia: UFG, 2006. 132p.
6. BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n.2, p. 225-247, 2005.
7. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
8. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – MIDIC/INPI. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – **Lei da propriedade industrial**, Brasília, 1996.
9. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – MIDIC/INPI. **Artesanato em capim dourado pode ter indicação geográfica** [on line], 2009. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/noticias/artesanato-em-capim-dourado-pode-ter-indicacao-geografica. Acesso em 10 mai. 2009.

10. BRUCH, K. L. Indicações geográficas no Brasil: problemas e perspectivas. In: PIMENTEL, L. O.; BOFF, S. O.; DEL'OMO, F. de S. **Propriedade intelectual**: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 209-217.

11. BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 177p.

12. BULZICO, B. A. A. Evolução da regulamentação internacional da Propriedade intelectual e os novos rumos para harmonizar a legislação. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, Curitiba, v.4, n.4, jul./dez. 2006.

13. CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P. S.; OLIVERIA FILHO, J. E.; PERIN, T. F.. A importância da denominação de origem para o desenvolvimento regional e inclusão social: o caso do território da cachaça de Abaíra-Ba. **Revista Desenbahia**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 181-199, 2005.

14. CARVALHO, J. H. de. **Potencial econômico do bovino Pé-Duro**. n. 26, 1997, p.1-3, Embrapa Meio Norte. Teresina (Documentos).

15. CRUZ, K. C. M. dos S.; VALENTE, A. L. E. F. A cachoeira do poço encantado: empreendimento familiar e presença Kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás. **Revista de Economia Rural**, Rio de Janeiro, v.43, n.4, p.779-804, 2005.

16. EGITO, A. A.; MARIANTE, A. S.; ALBUQUERQUE, M. S. M. Programa Brasileiro de Conservação de Recursos Genéticos Animais. **Archivos de Zootecnia**, v. 51, p. 39-52, 2002.

17. FIORAVANTI, M. C. S.; SERENO, J. R. B.; NEIVA, A. C. G. R.; ABUD, L. J.; LOBO, J. R.; FRANCESCANTÔNIO, D. D.; CARDOSO, W. da S.; SILVA, F. X. da.; MACHADO, J. R. de L. Reintrodução do gado Curraleiro na comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: resultados parciais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DO CERRADO, 9., SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008, Brasília. **Anais eletrônicos...** [CD ROM], Brasília: EMBRAPA, 2008.

18. GIUNCHETTI, C. S. Indicações Geográficas: uma abordagem pragmática acerca de sua apropriação por comunidades tradicionais da Amazônia. In:

CARVALHO, P. L. (Coord). **Propriedade intelectual**: estudos em homenagem à professora Maristela Basso. Curitiba: Juruá Editora, 2005. p.391-420.

19. GOIÁS. Lei n.11.409 de 21 de janeiro de 1991. Dispõe sobre o sítio histórico e patrimônio cultural que especifica. **Diário Oficial do Estado**, Goiânia, 28 jan. 1991.

20. GONÇALVES, M. F. W. **Propriedade industrial e a proteção dos nomes geográficos**. Curitiba: Juruá Editora, 2007. 346p.

21. GRANADOS, L. G.; ÁVAREZ, C. J. Caracterización de explotaciones de vacuno lechero para implantación de un sistema de denominaciones de origen: el caso del qeso Turrialba en Costa Rica. **Interciencia**, Caracas, v.32, n.2, p.85-92, fev. 2007.

22. GURGEL, V. A. Aspectos jurídicos da indicação geográfica. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L. (Org.). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. 2. ed. Brasília: Sebrae, 2006. cap. 3, p. 57-71.

23. IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Ecossistemas brasileiros**: cerrado, 2007. Disponível em http://ibama.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2007.

24. INPI. Instituto Nacional da Propriedade Intelectual. **Fluxo do processamento do pedido do registro de indicação geográfica**. 2007. Disponível em: http://www6.inpi.gov.br/. Acesso em: 25 mai. 2009.

25. INPI. Instituto Nacional da Propriedade Intelectual. **IG's nacionais concedidas**. 2009. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/indicacao/indicacoes-geograficas-concedidas. Acesso em: 25 jul. 2009.

26. IVV. Instituto da Vinha e do Vinho. **Denominações de origem**. 2009. Disponível em: http://www.ivv.min-agricultura.pt/vinhos/files/denominacoes/porto.html. Acesso em 11 mai. 2009.

27. JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco/SEPLAN, 1998. 316p.

28. KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 230p.

29. KAKUTA, S. M.; SOUZA, A. L. I. L.; SCHWANKE, F. H.; GIESBRECHT, H. O. **Indicações geográficas**: guia de respostas. Porto Alegre: Sebrae-RS, 2006. 38p.

30. LOCATELLI, L. **Indicações geográficas**: a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico. Curitiba: Juruá Editora, 2007. 338p.

31. MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diagnóstico das Potenciais Indicações Geográficas no Brasil**. Disponível em http://www.agricultura.gov.br. Acesso em 12 abr. 2009.

32. MARIANTE, A. S.; EGITO, A. A. Animal genetic resources in Brazil: result of five centuries of natural selection, **Theriogenology**, v.57, n.1, p.223-235, 2002.

33. MOSCHINI, G. C.; MENAPACE, L.; PICK, D. Geographical indications and the competitive provision of quality in agricultural markets. **American Journal of Agricultural Economics**, Saint Paul, v.90, n.3, p. 794-812, ago. 2008.

34. OLIVEIRA, E. de; DUARTE, L. M. G. Gestão da biodiversidade e produção agrícola: o Cerrado goiano. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n.1, p. 105-142, jan/abr, 2004.

35. PONS, J. C. El marco conceptual de la certificación. In: TARTANAC, F.; OYARZUN, M. T. (Ed). **Conferencia electronica sobre certificación de calidad de los alimentos orientada a sellos de atributos de valor em países de América Latina**, 2001. L'Isle Jourdain/Santiago: FAO/ECOCERT. 172p. Disponível em: http://www.fao.org/docrep/008/ae982s/ae982s00.htm. Acesso em 25 fev. 2009.

36. PRIMO, A T. El ganado bovino ibérico em las américas 500 anõs despues. **Archivos de Zootecnia**, v.41, n.154, p.421-432, 1992.

37. PRIMO, A. T. The discovery of Brazil and the introduction of domestic animals. In: Global conference on conservation of domestic animal genetic resources, 5, 2000, Brasilia. Global conference on conservation of domestic animal genetic resources, 5. **Proceedings**. Brasilia: Embrapa Genetic Resources and Biotechnology, 2000. 4 p.

38. RAMOS FILHO, F. S. V. **Qualidade na cadeia da carne bovina**: o caso da carne orgânca. 2006. 167f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

39. SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.51, p.23-49, 2004.

40. SACHS, I. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.12, n.33, p.149-156, 1998.

41. SANTILLI, J. As indicações geográficas e territorialidades específicas das populações tradicionais: povos indígenas e quilombolas. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L. (Org.). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. 2. ed. Brasília: Sebrae, 2006. p. 203-217.

42. SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Goiás. **Proder especial**: programa de emprego e renda – levantamento das potencialidades locais: município de Cavalcante. Goiânia: SEBRAE, 1999. 55p

43. SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

44. SEPPIR. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Perfil das Comunidades Quilombolas**: Alcântara, Ivapurunduva e Kalunga. Instrumento Facilitador para o Agenciamento de Políticas Públicas. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/Governo Federal – Programa Brasil Quilombola/FUBRA, 2004.

45. SILVA, A. L. da.; CERDAN, C.; VELLOSO, C. Q. Boas práticas para indicações geográficas: a ação coletiva como elemento central na sua implementação. In: PIMENTEL, L. O.; BOFF, S. O.; DEL'OMO, F. de S.

Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 227-235.

46. SOUSA, F. de. A companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro 1756-1978. In: **Inventário do arquivo da companhia geral da agricultura**. Lisboa: CEPESE. p.9-58. 2002.

47. TÁPIAS, B. A. Indicações geográficas como instrumento de política de valorização de produtos agropecuários: o papel do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L. (Org.). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. 2. ed. Brasília: Sebrae, 2006. cap. 1, p. 23-30.

48. TIBÚRCIO, B. A.; VALENTE, A. L E. F. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.45, n.2, p.497-519, abr./jun. 2007.

49. VALENTE, A. L. E. F Agricultura familiar e recorte racial: desafio teórico e sociopolítico no meio rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá, **Anais...**Cuiabá: SOBER, 2004. p. 1-10.

50. VELLOSO, A. D. **Mapeando narrativas: uma análise do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II – Kalunga**. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial) – Departamento de Geografia/Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

CAPÍTULO 5
CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias do Sítio Histórico e Patrimônio Culltural Kalunga formam uma comunidade tradicional com pequenos agricultores familiares, que desenvolvem diversas atividades como estratégia para melhor aproveitamento dos recursos naturais da região. As difíceis condições de vida, a falta de regularização das terras e a insegurança alimentar vivida pelas famílias mostram a urgência de ações e políticas públicas que possam reverter esse quadro, possibilitando às pessoas da comunidade exercer seus direitos de cidadania com dignidade e melhores condições de vida.

A idéia no início desse trabalho na comunidade Kalunga, era avaliar o impacto sócio-econômico da reintrodução do gado Curraleiro, verificando assim alguns aspectos como as condições de moradia, renda e qualidade de vida das famílias, antes e depois do projeto. No entanto, em função do curto espaço de tempo entre os períodos estudados, não foi possível desenvolver essa etapa do trabalho, ficando aqui uma sugestão para pesquisas posteriores.

Durante a pesquisa vários obstáculos tiveram que ser superados pela equipe, tais como as grandes distâncias entre as residências, a dificuldade de acesso, locomoção e comunicação na comunidade, além da visão imediatista de alguns produtores beneficiados pelo projeto de reintrodução do gado Curraleiro na comunidade que esperavam um rápido retorno econômico com a atividade, no entanto, os resultados desse tipo de trabalho são obtidos a médio e longo prazo.

Outra questão a ser destacada é a visão de alguns entrevistados em relação ao trabalho das associações na comunidade Kalunga. Observou-se que apesar da existência de duas associações de moradores, as pessoas ainda desconhecem o verdadeiro papel a ser desempenhado por estas instituições. Em vários depoimentos, ficou claro que o que eles esperam das associações, especialmente da Associação Kalunga de Cavalcante, na verdade, é função do governo nas esferas federal, estadual ou municipal, tais como oferta de energia elétrica, de meios de transporte e construção de vias de acesso. Percebeu-se que

os associados não se sentem parte da associação, mas anseiam que os líderes da instituição resolvam todos os problemas da comunidade.

O trabalho de reintrodução do bovino Curraleiro na comunidade e a proposta de implementação da denominação de origem são uma oportunidade de geração de renda, melhoria da oferta de alimentos para as famílias com a manutenção da identidade e dos saberes locais, além de ser uma estratégia de conservação e de agregação de valor ao gado Curraleiro e um instrumento de desenvolvimento da região como um todo.

No entanto, para que essas ações se tornem reais é importante a adoção de políticas públicas na região, que valorizem a identidade e o saber local, e ao mesmo tempo, possibilitem a mobilização das pessoas na busca da organização social e fortalecimento comunitário como um caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável na região.

ANEXO 1 – Questionário para caracterização socioeconômica e dos sistemas produtivos do povo Kalunga

Data:____/____/____ Entrevistador(es):_____

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR **N° do Questionário_____**

Nome:_____Apelido:_____

Município:_____Comunidade:_____

Roteiro de acesso:_____

_____

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua/Av:_____Bairro:_____

Município: _____Cep:_____

Fone: _____Cel:_____e-mail:_____

I - CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR E DE SUA FAMÍLIA

1.1 Sexo
( ) masculino( ) feminino

1.2. Idade _____ anos

1.3. Estado civil
( ) solteiro ( ) casado
( ) separado/desquitado/divorciado ( ) viúvo

1.4 Grau de instrução.
( ) sem escolaridade ( ) ensino fundamental completo
( ) ensino fundamental incompleto ( ) ensino médio completo
( ) ensino médio incompleto
( ) curso superior incompleto /qual:_____
( ) curso superior completo /qual:_____

1.5 Nasceu na comunidade?
( ) sim ( ) não

1.5.1 Se não, há quanto tempo reside na comunidade? _____(anos)
1.5.2 Local de origem _____

1.6 Quantas pessoas residem no domicílio?_____
1.7 Qual a área total da propriedade? _____ha

II - QUALIDADE DE VIDA DO PRODUTOR

2.1 Condições de moradia

2.1.1 Situação de posse de sua residência
( )alugada ( )cedida/doada
( )própria ( )outros (especifique)_____

2.1.2 Tipo de construção do domicílio
( )taipa ( )tijolo/sem reboco
( )tijolo/com reboco ( )outros _____

2.1.3 Tipo de piso do domicílio
( )barro ( )tijolo
( )cimento ( )cerâmica
( )outros_____

2.1.4 Tipo de iluminação do domicílio
( )lamparina a querosene (velas) ( )rede elétrica
( )lampião a gás ( )outros (especificar)_____

2.2 Aspectos sanitários

2.2.1 Destino dado aos dejetos humanos:
( )céu aberto/enterrado ( )fossa

2.2.2 Destino dado ao lixo domiciliar:
( )céu aberto
( )enterrado/queimado
( )coleta

2.2.3 Origem da água para consumo humano:
( )diretamente do rio ( )poço ou cacimba ( )outro
( )chafariz ( )rede pública

2.2.4 Tratamento dado à água para consumo humano:
( )não tratada ( )tratada (cloro, filtro, fervida)

2.3 Bens duráveis

2.3.1 Acesso a bens duráveis

Descrição do item	Quantidade	Ano de compra	Valor (R$)
Carro			
Motocicleta			
Bicicleta			
Antena parabólica			
Aparelho de som			
Fogão a gás			
Forno de microondas			
Geladeira			
Freezer			
Maquina de costura			
Rádio			
Sofá			
Cadeiras/Mesa			
TV (em cores)			
Liquidificador			
Ferro de passar			
Telefone celular			
Telefone rural			
Ventilador			

2.4 Educação

2.4.1 Grau de instrução dos componentes da família

Posição na Família	Sexo	Idade	Anos de estudo	Local (escola)

Posição na família: (1)esposa; (2)filho(a); (3)irmão; (4)agregado; (5)outros. Sexo: (1)masculino; (2)feminino; Idade: (anos); Instrução: (1)sem escolaridade;(2) ensino fundamental completo;(3) ensino fundamental incompleto; (4) ensino médio completo; (5) ensino médio incompleto; (6) curso superior incompleto; (7) curso superior completo; Local da escola: (1)na comunidade; (2)fora da comunidade.

2.5 Comunicação e Lazer

2.5.1 Meios de comunicação

( )não escutam rádio, não lêem revistas/jornais e nem assistem televisão
( )escutam rádio, mas não tem acesso a televisão e/ou jornais e revistas
( )escutam rádio, assistem televisão, mas não tem acesso a jornais ou revistas
( )escutam rádio, assistem televisão e tem acesso as informações de jornais e revistas, mas não tem acesso a informações da internet
( )escutam rádio, assistem televisão e tem acesso as informações de jornais, revistas e internet.

2.5.2 Locais de lazer

( )inexistência de locais para lazer, como centro comunitário, clube social e campo de futebol
( )existência de pelo menos um dos locais acima citados

2.5 Saúde

2.5.1 Prestação de serviços de saúde à comunidade
( )ausência de um posto de saúde na comunidade.
( )atendimento por agente de saúde.
( )posto de saúde onde são oferecidos apenas os serviços básicos (primeiros socorros e vacinação).
( )existência de um posto de saúde equipado, oferecendo os serviços de primeiros socorros e consultas médicas.

2.5.2 No caso de ausência, qual a distância do serviço prestado?_____

III- ASPECTOS CULTURAIS

3.1 Acha importante a preservação dos costumes, tradições e hábitos da comunidade?
( )sim ( )não
Por quê? _____
_____
_____

3.2 Existe algum grupo de dança ou folclórico na comunidade?
( )sim _____ ( )não

3.3 O Sr participa? ( )sim ( )não
Por que? _____

3.4 Existe interesse por parte dos jovens em preservar as tradições da comunidade?
( )sim ( )não
Por que? _____
_____
_____

IV – RENDA FAMILIAR

4.1 Qual a renda familiar mensal? R$_____

4.2 COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR (fora da atividade agropecuária)

MEMBRO DA FAMÍLIA	IDADE (anos)	Atividade*	Renda Mensal (R$)	Local de Trabalho

* Inclusive aposentadoria, bolsas e ajuda de parentes

4.3 COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR (com a atividade agropecuária)

Atividade Agropecuária	Renda Mensal (R$)

V – PRODUÇÃO ANIMAL E AGRÍCOLA

5.1 Produção animal

5.1.1 PRODUTO	5.1.2 PRODUÇÃO	5.1.3 UNIDADE	5.1.4 QUANTIDADE			5.1.5 DESTINO DA VENDA	5.1.6 PREÇO UNITÁRIO (R$)	5.1.7 VALOR TOTAL (R$)
			Consumida	Pagamento	Vendida			

5.2 Produção Agrícola

5.2.1 PRODUTO	5.2.2 ÁREA PLANTADA (ha)	5.2.3 PRODUÇÃO OBTIDA	5.2.4 UNIDADE	5.2.5 QUANTIDADE			5.2.6 DESTINO DA VENDA	5.2.7 PREÇO UNITÁRIO (R$)	5.2.8 VALOR TOTAL (R$)
				Consumida	Pagamento	Vendida			

VI – PRODUÇÃO ANIMAL (BOVINOS)

6.1 Possui bovinos
( )Sim ( )Curraleiro ( )outros_____
( )Não

6.1.1 Se não, mas já possuiu? (ou seus antepassados)
( )sim ( )não (em caso negativo passe para o item 6.4)

6.1.1.1 Se sim, por que não cria mais?
_____
_____
_____
_____
_____

6.2 Quais as vantagens da criação do gado Curraleiro em relação as demais raças?
( )rusticidade
( )baixo custo
( )aptidão mista
( )outros _____

6.3 Quais as desvantagens da criação do gado Curraleiro em relação as demais raças?
( )baixa valorização
( )baixa produtividade
( )desenvolvimento lento
( )dificuldade de comercialização
( )outros _____

6.4 Caracterização do rebanho.

Especificação	Qtde (cabeças)	Valor Unitário (R$/cab)
Reprodutor		
Vaca em lactação		
Vaca falhada (seca)		
Fêmeas até 1 ano		
Fêmeas de 1 a 2 anos		
Fêmeas de 2 a 3 anos		
Machos até 1 ano		
Machos de 1 a 2 anos		
Machos de 2 a 3 anos		
Rufião		
TOTAL		

6.5 Cria mais de uma raça?
( )Sim
( )Não

6.6 Qual o índice de natalidade do rebanho?_____

6.7 Utiliza controle reprodutivo?
( ) sim.
( ) não.

6.8 Sistema de reprodução utilizado.
( ) monta natural a solta (O touro permanentemente com as fêmeas)
( ) monta controlada (As vacas são levadas ao touro que fica em piquetes).
( ) inseminação artificial.

6.9 Período em meses que as vacas são ordenhadas (lactação):_____.

6.10 Faz corte e cura do umbigo?
( )Sim. Como? _____
( )Não. Por que?_____

6.11 Em média, quanto tempo de vida útil apresenta cada animal? _____

6.12 Qual o destino das crias?
( )abate ( )reposição do rebanho ( )venda ( )outros_____

6.13 Qual a finalidade da criação?
( )consumo ( )leite
( )venda ( )carne

6.14 Se a atividade é p/ leite, qual a produção diária e o preço do litro?
_____

6.15 Local de venda do leite e/ou outros produtos?_____

6.16 Esta é sua principal fonte de renda?
( )Sim
( )Não

6.17 Esta atividade representa que porcentagem na sua renda mensal?
_____

6.18 O que o motiva a criar estes animais?_____
_____
_____
_____
_____
_____

6.19 Quem geralmente cuida dos animais?
( ) Homem ( ) Mulher ( ) Adolescente ( ) Criança ( ) Outros

6.20 Qual o tipo de alimentação dada aos animais?
( ) Pastagem ( ) Ração ( ) Outros_____

6.21 Faz algum tipo de suplementação alimentar?
Qual?_____

6.22 Qual a principal forma de mineralização do rebanho?
( ) não usa.
( ) mistura completa pronta para uso.
( ) Produto (premix) para ser misturado ao sal comum.
( ) mistura completa feita na propriedade.
( ) Farelo de Ossos e/ou fosfato Bicálcio + sal comum.
( ) sal comum.
( ) Outro. Qual?_____

6.23 Os animais dormem em local determinado (curral)?
( )sim ( )não

6.24 Se não, onde dormem?_____

6.25 Existem predadores naturais atacando a criação?
( )sim ( )não

6.26 Se sim, quais?
_____
_____
_____

6.27 Qual o manejo sanitário utilizado na atividade?
( )vacinação apenas ( )vermifugação ( )nada ( )outros
_____
_____

6.28 Prevenção sanitária, marcar as que faz:

Enfermidades	sim	não
Febre aftosa		
Manqueira		
Brucelose		
Paratifo		
Raiva		
Enterotoxemia		
Botulismo		
Vermifugação		
Outro(_____)		

6.29 Quais os tipos de doenças mais freqüentes na criação?

_____
_____

6.30 Principais causas de mortalidade de bezerros.

_____
_____

6.31 Como faz para renovar o plantel?

_____
_____
_____

6.32 Compra animais de outros proprietários da região?
( )sim ( )não
( )Outro_____

6.33 Com que freqüência renova os reprodutores?
( ) 6 meses ( ) 1 Ano ( )mais de 1 ano

6.34 Pensa em aumentar a criação?
( )sim ( )não

6.35 Se sim, de que forma?

_____
_____
_____

6.36 Se não, por quê?

_____
_____
_____

6.37 Quais os principais motivos para permanecer ou expandir a criação?

_____
_____
_____

6.38 Aproveita o couro dos animais para fabricação de arreios e outros artefatos?
( )sim. Como_____
( )não. Por que?_____

6.39 Teria interesse em aprender a aproveitar o couro dos animais para fabricação de arreios e outros artefatos?
( )sim ( )não

Por que?

_____
_____
_____

VII – PRODUÇÃO ANIMAL (AVES)

( )Possui ( )Não Possui

7.1 Possui aves naturalizadas? (galinha caipira)
( )sim ( )não

7.2 Quantos animais possui?
( ) 1 a 5 ( ) 5 a 10 ( ) 10 a 20 ( ) mais de 50

7.3 Cria mais de uma raça/tipo de galinha?
( ) sim ( ) não

7.4 Nome vulgar da raça criada: _____

7.5 Qual a procedência dos animais?
( ) Dentro da região_____( ) Fora da região_____

7.6 Tipos Encontrados:
( )Pescoço pelado ( )Pedrez (branca / preta)
( )Preta com extremidades douradas ( )Castanha
( )Baia ( )Outros_____

7.7 Qual a finalidade da criação?
( )Consumo ( )Ovos _____% ( )Carne _____%
( )Venda ( )Ovos _____% ( )Carne _____%

7.8 Se ovos qual a produção diária e o preço da dúzia?
_____

7.9 Se carne com quantos quilos são abatidas e vendidas?
_____

7.10 Com que idade vende as galinhas?
_____

7.11 Local de venda dos produtos _____

7.12 Esta é sua principal fonte de renda?
( )sim ( )não

7.13 Esta atividade representa que porcentagem na sua renda mensal? _____

7.14 O que o motiva a criar estes animais?
_____
_____

7.15 Quem geralmente cuida dos animais?
( )Homem ( )Mulher ( )Adolescente ( ) Criança ( )Outros_____

7.16 Qual o tipo de alimentação dada aos animais?
( )Milho ( )Restos de comida ( )pastagem ( )Outros

7.17 As galinhas dormem em poleiro ou outro local protegido de predadores?
( )sim ( )não

7.18 Se não, onde dormem?
_____

7.19 Qual o manejo sanitário utilizado na atividade?
( ) Nenhum ( )Vacinação apenas ( ) Outros_____
_____

7.20 Quais vacinas são utilizadas?_____
_____

7.21 Quais os tipos de doenças mais freqüentes na criação?
_____
_____

7.22 Compra galos de outros proprietários da região?
( )sim ( )não ( )outro_____

VIII – PRODUÇÃO ANIMAL (SUÍNOS)

( )Possui ( )Não Possui

8.1 Quantos animais possui?
( )1 a 5 ( )5 a 10 ( )10 a 20 ( )mais de 50_____

8.2 Qual a procedência dos animais?
( ) Dentro da região_____( ) Fora da região_____

8.3 Qual a finalidade da criação? ( )consumo_____% ( )venda_____%

8.4 Qual é a idade dos porcos para o abate?
_____

8.5 Com quantos quilos são abatidos os porcos? ( )60-80 Kg ___kg ( )80-120 ___ Kg
8.6 Esta é sua principal fonte de renda? ( )sim ( )não

8.7 Esta atividade representa que porcentagem na sua renda mensal? _____

8.8 Local de venda do produto _____

8.9 Quem geralmente cuida dos animais?
( )Homem ( )Mulher ( )Adolescente ( ) Criança ( )Outros_____

8.10 Qual é o tipo de alimentação dada aos animais?
( ) Milho ( ) Restos de comida ( ) Outros

8.11 Os animais dormem ( )em chiqueiro ( )em outro local_____

8.12 Existem predadores naturais atacando a criação?
( )sim ( )não

8.14 Se sim, quais?
_____

8.15 Qual o manejo sanitário utilizado na atividade?
( ) Vacinação apenas ( ) Nada ( ) Outros_____
_____

8.16 Quais vacinas são utilizadas?
_____
_____

8.17 Quais os tipos de doenças mais freqüentes na criação?
_____
_____

IX – PRODUÇÃO ANIMAL (EQUINOS, MUARES E ASININOS)

( )Possui ( )Não Possui

9.1 Quantos animais possui?
Eqüinos ( ) Asininos ( ) Muares ( )

9.2 O que o motiva a criar estes animais?

_____
_____
_____

9.3 Quem geralmente cuida dos animais?
( )Homem ( )Mulher ( )Adolescente ( )Criança ( )Outros

9.4 Qual o tipo de alimentação dada aos animais?

_____

9.5 Existe algum tipo de curral ou cercado onde os animais vivem?
( )SIM ( )NÃO

9.6 Se não, onde vivem?

_____

9.7 Já houve incidência de predadores atacando a criação?
( ) SIM ( ) NÃO

9.8 Se sim, quais?

_____

9.9 Qual o manejo sanitário utilizado na atividade?
( )Vermifugação ( )Vacinação apenas ( )Nada
( )Outros_____

9.10 Quais vacinas são utilizadas?

_____
_____

9.11Quais os tipos de doenças mais freqüentes na criação?

_____
_____

9.12 responsável pelo manejo dos animais já sofreu de alguma doença devido ao contato direto e diário com estes animais?
( )SIM Qual_____ ( ) NÃO

9.13 Compra animais de outros proprietários da região?
Eqüinos: ( )SIM ( )NÃO ( )Outro_____
Asininos: ( )SIM ( )NÃO ( )Outro_____
Muares: ( )SIM ( )NÃO ( )Outro_____

9.14 Com que freqüência renova os animais?
( ) 6 Meses ( ) 1 Ano ( ) Mais de 1 ano

9.15 Pensa em aumentar a criação?
( ) SIM ( ) NÃO

9.16 Se sim, de que forma?

_____
_____
_____

9.17 Por quê?

_____
_____
_____

9.18 Em média, quanto tempo de vida útil apresenta cada animal?

_____

9.19 Utiliza estes apenas para tração animal?
( )SIM ( )NÃO ( )Outros:_____

9.20 Quantas horas por dia em média trabalham estes animais?

_____

9.21 Que tipo de trabalho exercem?
( )transporte pessoal ( )transporte de carga ( )tração ( )Outro_____

X – PRODUÇÃO ANIMAL (OVINOS E CAPRINOS)

( )Possui ( )Não Possui

10.1 Quantos animais possui?
Ovinos ( ) 1 a 5 ( ) 5 a 10 ( ) 10 a 20 ( ) mais de 30
Caprinos ( ) 1 a 5 ( ) 5 a 10 ( ) 10 a 20 ( ) mais de 30

10.2 Cria mais de uma raça?
Ovinos ( ) sim ( ) não
Caprinos ( ) sim ( ) não

10.3 Nome vulgar das raças criadas:
Ovinos _____
Caprinos _____

10.4 Qual a procedência dos animais?
( ) Dentro da região_____( ) Fora da região_____

10.5 Qual a finalidade da criação?
Ovinos ( )Consumo ( )Venda ( )Pele/lã ( )Carne
Caprinos ( )Consumo ( )Venda ( )leite ( )Carne

10.6 Qual a produção diária de leite e o preço do litro?
Caprinos_____

10.7 Com que idade vende/abate os animais?
Ovinos _____
Caprinos _____

10.8 Local de venda dos produtos _____

10.9 Esta é sua principal fonte de renda?
( )sim ( )não

10.10 Esta atividade representa que porcentagem na sua renda mensal?

_____

10.11 O que o motiva a criar estes animais?

_____
_____

10.12 Quem geralmente cuida dos animais?
( )Homem ( )Mulher ( )Adolescente ( ) Criança ( )Outros_____

10.13 Qual o tipo de alimentação dada aos animais?
( )ração ( )pastagem ( )Outros _____

10.14 Possui animais especializados na produção de carne?
Ovinos ( )sim ( )não
Caprinos ( )sim ( )não

10.15 Local onde os animais dormem?
( ) curral ( )aprisco ( )pátio ( )outros_____

10.16 Existem predadores naturais atacando a criação
( )sim _____ ( )não

10.17 Qual o manejo sanitário utilizado na atividade?
( ) Nenhum ( )vermifugação ( )vacinação ( ) Outros_____
_____

10.18 Quais vacinas são utilizadas?
_____
_____

10.19 Quais os tipos de doenças mais freqüentes na criação?
_____
_____

10.20 Como faz para renovar o plantel?
_____
_____

10.21 Compra reprodutores de outros proprietários da região?
( )sim ( )não ( )outro_____

10.22 Com que freqüência renova os reprodutores?
( )1 ano ( )2 anos ( )mais de 3 ano

10.23 Pensa em aumentar a criação?
( ) SIM ( ) NÃO

10.24 Por que?
_____
_____
_____

10.25 Se sim de que forma? _____

11. Qual a maior dificuldade enfrentada pela comunidade? Por quê?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

12 Espaço livre para outras opiniões e observações não contempladas neste questionário e de fundamental importância para caracterização do sistema de produção e sócio-econômico da comunidade

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

OBS.: Qual o melhor horário e dia da semana para participar de reuniões?
Horário _____ Dia(as) da semana _____

ANEXO 2 - Questionário aplicado aos consumidores de carne em Goiânia, Pirenópolis e na região Da Chapada Dos Veadeiros, Goiás

Data:____/____/____Entrevistador:_____ N° do Questionário_____
Estabelecimento: _____Município:_____

1. Sexo: Mulher ( ) Homem ( ) 2. Idade: _____ anos

3. Profissão:_____4. Cidade onde mora: _____

5. Sua renda familiar mensal encontra-se:
( ) Até 3 salários ( ) De 4 a 10 salários ( ) > 10 salários mínimos

6. Grau de escolaridade:
( )ensino fundament. incompleto ( ) curso superior incompleto _____
( )ensino fundamental completo ( ) curso superior completo_____
( )ensino médio incompleto
( )ensino médio completo

7. Quantas pessoas moram em sua casa? _____ pessoas

8. O Sr (a) costuma consumir somente carne bovina ? Sim ( ) Não ( )

9. Caso negativo, costuma consumir qual tipo de carne?
Suínos ( ) Ovinos ( ) Frango ( ) Outro tipo (_____)

10. Qual o tipo de carne preferida em sua família? _____

11. Qual o consumo médio semanal de carne bovina em sua residência? ___kg

12. O Sr (a) geralmente costuma comprar carne em:
Açougues ( ) Supermercados ( ) Ambos ( ) Outros _____

13. O Sr (a) já ouviu falar em produção orgânica de carne bovina?
Sim ( ) Não ( ) Onde: _____

14. O Sr (a) alguma vez consumiu carne orgânica?
Sim ( ) Não ( ) Onde _____

15. O Sr (a) considera importante o consumo de carne orgânica?
Sim ( ) Não ( ) Por que? _____
_____

16. O Sr (a) já ouviu falar em carne de gado Curraleiro?
Sim ( ) Não ( ) Onde _____

17. O Sr (a) compraria a carne de Curraleiro orgânica, produzida por uma população remanescente de quilombo, os Kalungas? Sim ( ) Não ( )
Por que? _____
_____

18. O Sr (a) substituiria parte da carne bovina que o Sr consome pelo Curraleiro orgânico? Sim ( ) Não ( ) Por que? _____
_____

19. Se sim, com que freqüência substituiria?
Uma vez por semana ( ) Quinzenalmente( ) Uma vez por mês( ) Outros_____

20. O Sr (a) pagaria mais por uma carne de Curraleiro orgânica, com maior qualidade e maciez, que a carne bovina normalmente consumida por sua família? Sim ( ) Não ( ) Se sim, até quanto? _____%